



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 215 DE SANTA MARIA
PROEITI- 2020**

**PROPOSTA
PEDAGÓGICA
2020**

Santa Maria –Março de 2020

SUMÁRIO

1. Apresentação	3
1.1 Dados de Identificação	6
2. Histórico da Unidade Escolar	8
3. Diagnóstico	10
4. Função Social da Escola	14
5. Princípios	16
2.1 A comunidade contribui com a educação integral quando:	21
3.1 A escola promove a participação da comunidade quando:	21
6. Objetivos da Instituição	23
7. Fundamentos Teóricos.....	29
8. Organização administrativa- Pedagógica/Distribuição de Turmas	37
9. PLANO DE AÇÃO CONSELHO ESCOLAR.....	55
10. Organização Curricular	65
4.1 Música ensina de forma lúdica e divertida, aumentando o desempenho do aluno.77	
Música pode refletir contextos históricos e inserir os alunos dentro da cultura local e regional	77
Música pode ajudar a integração e interação entre alunos	77
Música estimula novas habilidades e formas de expressão	78
Música pode refletir contextos históricos e inserir os alunos dentro da cultura local e regional	79
Música pode ajudar a integração e interação entre alunos.....	79
Música estimula novas habilidades e formas de expressão	80
11. Plano de Ação para implementação da PP.....	88
12. Acompanhamento e Avaliação da PP.....	96
13. Referências Bibliográficas.....	105
14. Anexos	107

1. APRESENTAÇÃO

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Art. 205 da CF/88).

Com base nesse preceito constitucional, podemos visualizar a importância e a complexidade da educação, pois, trata-se de um dever fundamental do Estado, no entanto, haverá sempre, a necessidade de interação da família como coparticipante no processo formativo dos novos cidadãos.

Sob um ângulo estrutural, a educação formal constitui-se de três elementos fundamentais: a escola, a sociedade e o Estado, e de fato essa tríade está presente em todo o desenrolar da prática educativa, no entanto é em uma instância menor que de fato ela reflete: na prática escolar diária.

Atualmente a sociedade tem sofrido expressivas transformações de caráter econômico, social e político. Sendo a escola uma instância social, também é afetada por estas mudanças, sobretudo a partir da sanção da nova lei de Diretrizes e Bases (lei nº 9.394, de 26/12/1996) onde está estabelecido que “os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela”. (Capítulo II, Art. 26).

Com isto podemos inferir que, ao menos através da legislação brasileira, ultrapassamos a figura dos currículos prontos, ou seja, pré-estabelecidos. As escolas abrem as portas à construção de matrizes voltadas à especificidade de sua comunidade, o que implica dizer que ao passo em que se conquista liberdade também se angaria responsabilidade.

Assim, o papel da escola visa adequar-se a esta nova modalidade de ensino e para tanto necessita rever sua estrutura didática pedagógica e organizacional.

Neste aspecto uma importante ferramenta é a construção de uma Proposta Pedagógica, que é o fruto da interação entre os objetivos e prioridades estabelecidas pela coletividade, através da prática reflexiva, visando às ações necessárias à construção de uma nova realidade.

No entanto, a implementação de uma Proposta Pedagógica envolve elementos distintos e por isso é veio de conflitos, dúvidas e anseios no âmbito educacional brasileiro.

Este é o enfoque dado por *Veiga* e *Rezende*, em “Escola: espaço da Proposta Pedagógica”, onde tal projeto é abordado “como um processo em que não se desvinculam as ações de elaboração, acompanhamento e avaliação”.

Neste sentido, a Escola Classe 215 de Santa Maria fazendo uso de sua autonomia na elaboração da Proposta Pedagógica, busca estabelecer uma identidade própria por meio da responsabilidade e do comprometimento com as instituições que representam a comunidade, em nosso caso, o Conselho Escolar.

Dessa forma, acreditamos que a proposta pedagógica é hoje o instrumento mais viável na construção de uma prática significativa, e, partindo do pressuposto de que o processo formal de ensino, de fato, acontece na relação direta entre professor, aluno e meio, enfatizamos estratégias de intervenção nesta relação tríplice, tornando possível um estado permanente de observação ao longo do processo e não apenas perspectivas em se alcançar um resultado final.

Para isso é necessária a mobilização por parte da comunidade escolar e da sociedade em geral. Não basta esperar por propostas que venham, verticalmente, dos sistemas políticos, devemos criar dispositivos que culminem de fato na solidificação de uma escola democrática e de qualidade.

Dentro dessa perspectiva, juntam-se todos os membros da escola no intuito de formalizar uma proposta político pedagógica que abranja todos os setores da escola.

Nessa estrutura construtiva foram envolvidos todos os membros da escola, a saber (construção efetiva na elaboração do documento):

- ✓ Pais ou responsáveis: reuniões periódicas para avaliação da proposta anterior e construção nas esferas pertinentes aos responsáveis;
- ✓ Alunos: dinâmicas elaboradas pelos docentes no intuito de estabelecer uma perspectiva com as crianças, na visão (da escola que temos e a escola que queremos);

- ✓ Servidores: analisando e contribuindo com a logística e dinâmica de seus setores;
- ✓ Professores: construindo em reuniões periódicas uma análise crítica dos projetos desenvolvidos pela escola;
- ✓ Equipe de Apoio: estabelecendo diálogo amplo com a comunidade no tocante ao processo geral de acessibilidade;
- ✓ Coordenação: Trabalho direto na junção dos projetos e dados dos setores pedagógicos;
- ✓ Direção: Juntamente com membros de cada setor, participação direta e compilação dos dados levantados;

1.1 Dados de Identificação

Dados da Mantenedora

Mantenedora	Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
CNPJ	00.394.676/0001-07
Endereço completo	SGAN 607, Projeção D, sala 14, Brasília - DF
Telefone	3901 2296
Data da fundação	31/07/2000, Decreto nº 21.396
Utilidade Pública	Educacional
Governador	Ibaneis Rocha

Dados da Instituição Educacional

Nome	Escola Classe 215 de Santa Maria
Endereço completo	CL 215, Lote A, Área Especial, Santa Maria Norte – DF
Telefone	3901 6584
E-mail	Secretariacef215@gmail.com
Localização	Urbana
Coordenação Regional de Ensino	Santa Maria
Data de fundação	14 de setembro de 2001
Autorização	Portaria 152 de 17/06/2003
Histórico de Funcionamento	A escola funcionou de sua fundação em 2001 até 2007 como escola de anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e de 2008 a 2013 como Escola Classe para anos iniciais. Abrangendo turmas em dois turnos de 5 horas. A partir de 2014 a escola funcionará como PROEITI- Programa de Educação Integral em Tempo Integral em regime de 10 horas/diárias (Matutino e Vespertino), para os anos iniciais.
Programas e Projetos Especiais da Educação Básica	<ul style="list-style-type: none">• Integral de 10 horas• Bloco Inicial de Alfabetização;• Educação em Ciclos• Educação em Movimento
Atual Equipe Diretiva Diretora: João Paulo Araújo Barbosa Vice-Diretora: Tatiana Brito de Oliveira Supervisor: Agda Regina Alves dos Santos Secretária Escolar: Dhiego da Silva Santana	

2. HISTÓRICO DA UNIDADE ESCOLAR

A Escola Classe 215, foi inaugurada em 14 de setembro de 2001, tendo em vista a demanda, e iniciou seus trabalhos como Centro de Ensino Fundamental 215 atendendo alunos do ensino fundamental de 1ª a 8ª série, sendo uma das pioneiras em atendimento a alunos surdos.

A partir do ano letivo de 2008 a instituição foi renomeada como Escola Classe e passou a atender alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. A Escola Classe 215, situada na CL 215, Lote "A", está inserida numa região urbana e compõe a Diretoria Regional de Ensino de Santa Maria.

Esta escola sempre foi referenciada em sua Coordenação Regional de Ensino, sendo sua característica mais evidente a ampliação dos atendimentos a alunos com necessidades educacionais especiais, uma vez que possui boas condições de acessibilidade, boa localização e possui em seu quadro, profissionais habilitados ao atendimento de diversas especialidades.

Atualmente a escola possui seis turmas inclusivas e conta com o apoio de uma monitora exclusivamente para o atendimento desses alunos.

Atualmente, a instituição, como todas as escolas públicas do Distrito Federal, passa por grandes mudanças e inovações. Gestão Democrática — escolhida por meio de eleição realizada com a participação de toda a comunidade escolar em novembro de 2013, Programa de Descentralização Administrativa e Financeira, Ensino Fundamental de 9 anos, Bloco Inicial de Alfabetização e Educação Integral.

A partir do início do ano letivo de 2014 a escola ingressou com todos os alunos no PROEITI- Projeto de Educação Integral em Tempo Integral na modalidade de 10 horas.

Diante de tais modificações a escola tem vislumbrado possibilidade de mudanças e buscado proporcionar ao corpo docente coordenações coletivas de caráter formativo, principalmente no intuito de elucidar questões relativas à ampliação do ensino fundamental para nove anos, estudos sistematizados do sistema de avaliação da escola e suas implicações diante das avaliações nacionais/distritais (SIADE, PROVA BRASIL, PROVINHA BRASIL).

Por fim, acreditamos que a qualidade da atuação da escola não pode depender somente de atitudes isoladas e descontextualizadas. É preciso a participação conjunta de todos os setores envolvidos (direção, orientadores, supervisores, professores e auxiliares),

assim como da comunidade, para tomada de decisões sobre todos os aspectos do cotidiano escolar tornando possível, mudanças efetivas que darão prosseguimento à sua história.

Recursos Físicos

A Escola Classe 215 é constituída por:

- . 14 salas de aula:
- . 01 sala de professores;
- . 01 sala de coordenação;
- . 06 banheiros (03 femininos e 03 masculinos);
- . 01 cantina;
- . 01 Depósito de Gêneros Alimentícios;
- . 01 Almojarifado;
- . 01 Sala de Direção;
- . 01 Secretaria;
- . 01 Sala de leitura;
- . 01 Sala de Recursos;
- . 01 Sala do SOE (Serviço de Orientação Educacional);
- . 01 Sala de complementação curricular específica;
- . 01 Sala para o Laboratório de Informática;
- . 01 Sala de Apoio Pedagógico;
- . 01 Guarita;
- . 01 Copa;
- . 01 Parque;
- . 01 dependência dos servidores da Carreira Assistência;
- . Área verde;
- . Estacionamento.

3. DIAGNÓSTICO

A Escola Classe 215 de Santa Maria está situada em uma comunidade carente, é uma escola relativamente nova, com 19 anos de existência, com famílias oriundas de diversos pontos do Distrito Federal e do Brasil.

Grande parte dessas famílias participa de programas assistenciais, o que comprova que a grande maioria dispõe de poucos recursos financeiros, fazendo com que nossa escola seja espaço de transformação social.

A composição familiar da maioria não segue os padrões estruturais antigos por não possuem todos os membros residindo na mesma casa. Isso dificulta o trabalho pedagógico, a participação familiar no âmbito escolar e influencia diretamente no rendimento escolar dos alunos, os quais demonstram instabilidade emocional, insegurança, baixa autoestima ou agressividade.

Os alunos de um modo geral seguem o fluxo escolar compatível com a idade/série e participam das atividades propostas por esta instituição, porém alguns recebem pouco apoio e acompanhamento da família, ficando a escola responsável por suprir essa necessidade.

Portanto, o processo educativo ocorre respeitando a inter-relação da escola com a ampla rede de instituições sociais que a circunda vinculado à cultura, ao trabalho, à família e à construção das identidades.

Nossa escola tem como premissa atender as crianças aqui matriculadas em suas expectativas de aprendizagem, respeitando o ritmo próprio de cada educando, em cada etapa do ensino, fazendo uso das características da pedagogia de projetos. Esta estratégia de trabalho possibilita a colaboração para outra função essencial da escola, a formação do cidadão.

De modo geral, o emprego desta técnica possibilita o desenvolvimento das atividades de ensino e aprendizagem através da contribuição das diversas áreas do conhecimento e favorece a compreensão dos diversos aspectos que formam a realidade em que estão inseridos os alunos e o professor. Tanto o aluno quanto o professor possuem os mesmos objetivos de trabalho e seus conteúdos são organizados em torno de questões que possam ter novos significados no decorrer do processo ensino aprendizagem. Este método traz ao processo ensino aprendizagem uma dinâmica, que se observa como natural dos elementos que se utilizam das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação).

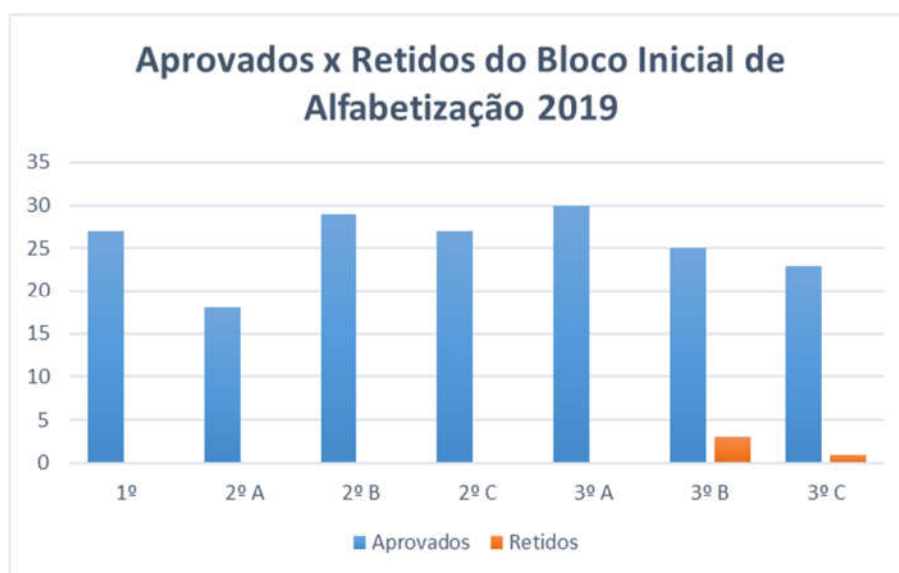
Nossa instituição busca no trabalho coletivo, desenvolver uma educação integral de qualidade, que garanta permanência e a formação de cidadãos participativos, colaborativos e críticos que possam atuar positivamente com a construção da nossa sociedade. Enquanto coletivo de profissionais da educação esperamos construir uma educação integral significativa e profícua. Queremos uma escola de leitura, literatura, arte, expressão, ludicidade, consciência, atitude, desafio, conhecimento, cooperação, comunicação, raciocínio lógico e alegria.

Segundo dados do IDEB-Índice Desenvolvimento da Educação Básica em 2013 já ultrapassamos a meta estabelecida para 2020, que era de 5.8 pontos. Alcançamos na ocasião 5.9, tendo um crescimento significativo nos anos em que a escola passou a integrar o modelo de educação integral em tempo integral.

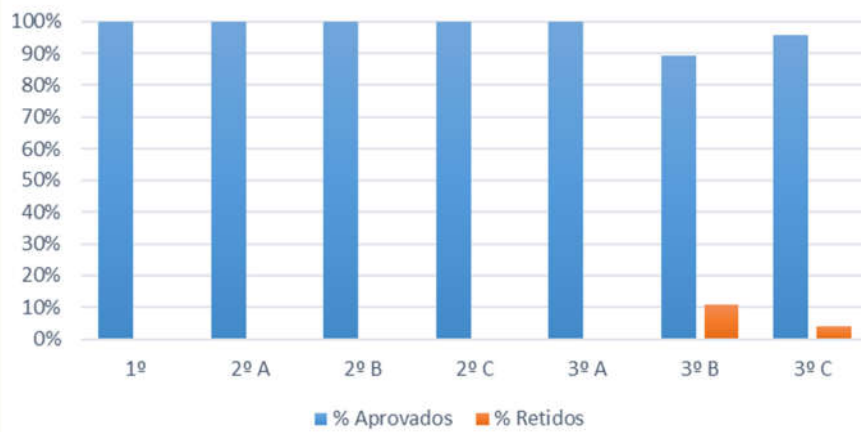
Dados relevantes em relação ao processo de ensino aprendizagem

Dados de 2019 - 377 Alunos

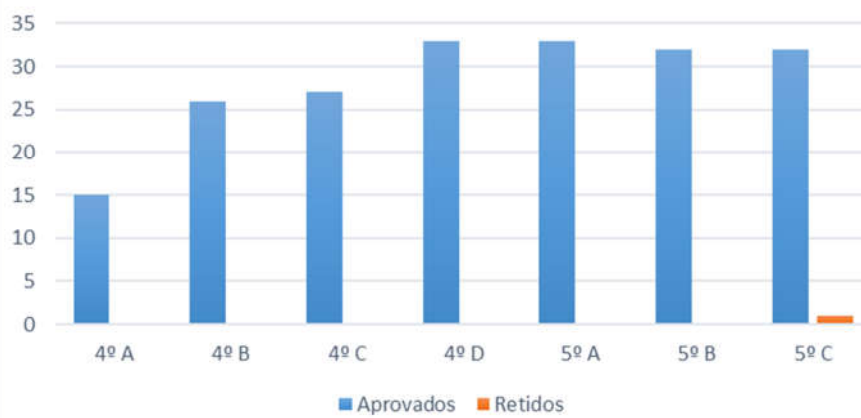
Alunos Retidos do Bloco Inicial de Alfabetização



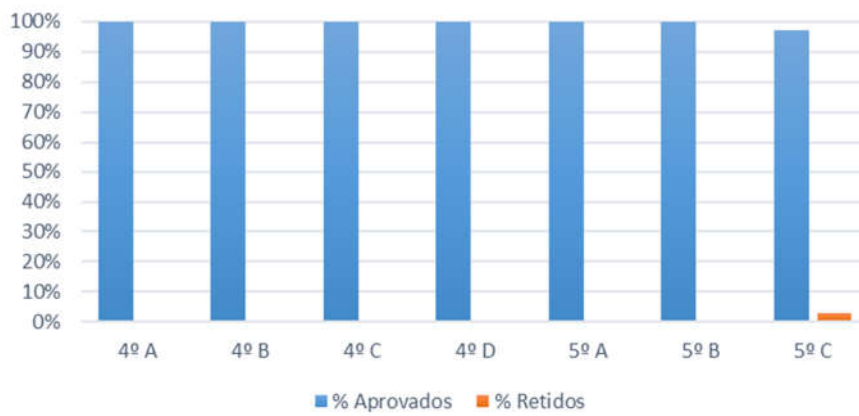
% de Aprovação x Retenção do Bloco Inicial de Alfabetização 2019



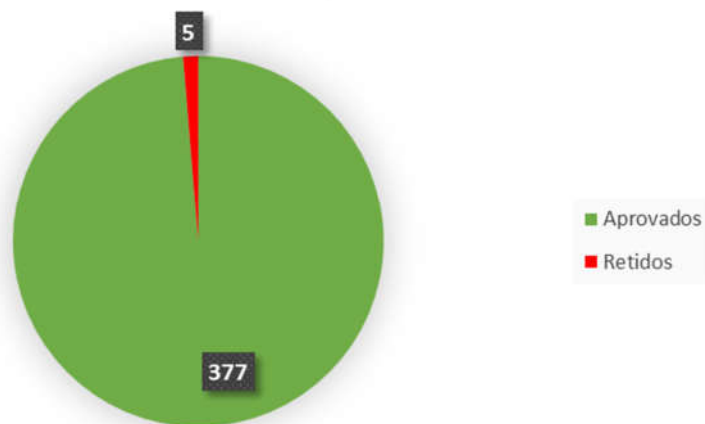
Aprovados x Retidos dos 4º e 5º anos 2019



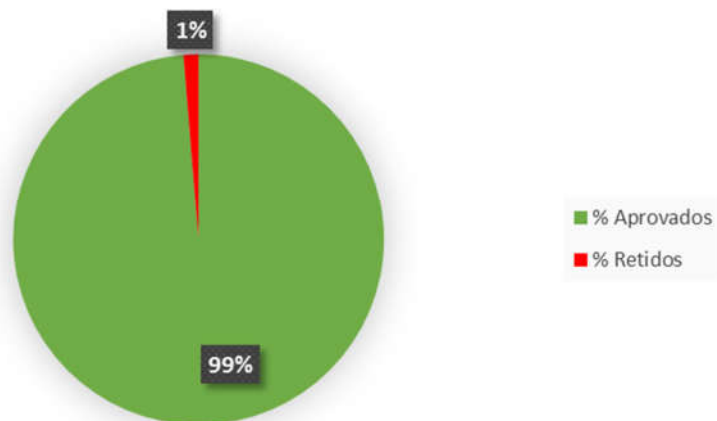
% de Aprovação x Retenção dos 4º e 5º anos 2019



Total de Retidos e Aprovados 2019



% de Retidos e Aprovados 2019



Com base na perspectiva de aprovação e visando um avanço nas potencialidades do processo de ensino aprendizagem, a Escola Classe 215 de Santa Maria, permeia seu PP para o ano letivo de 2020 numa abordagem de obter o índice de 0%(zero) de evasão escolar, bem como a democratização de fato aos saberes culturais a tantos quantos estiverem inseridos no contexto de tal instituição de ensino.

Faz-se salutar ressaltar a visão de manter e aprimorar as potencialidades e ter nas fragilidades e déficits caminhos e conquistas a vencer, com unidade e equilíbrio, traçando objetivos reais e que caminhem em consonância ao todo da escola.

4. FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

Por acreditar na escola como coparticipante na formação de uma sociedade igualitária, nós da Escola Classe 215 temos como premissa a função social da escola é a de proporcionar uma educação de qualidade a alunos do Ensino Fundamental Anos Iniciais, visando o aprimoramento da pessoa humana do educando em sua formação ética, bem como seu crescimento de forma plena, para que se desenvolvam em suas dimensões: intelectual, social, emocional, artística, física e motor, possibilitando assim, a formação de indivíduos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar e transformar a sociedade em que vivem, dentro de uma perspectiva de educação na integralidade.

Nosso maior interesse é refletir a presença da escola na sociedade, sabendo que ela se destina à promoção do homem. O que necessariamente requer um educador que seja um profundo conhecedor do próprio homem. Portanto compreendemos que a formação dos docentes é um ponto chave para a escola de qualidade, pois não basta apenas equipamentos tecnológicos, espaço físico, mobiliários, antes, docentes capacitados para fazer o seu trabalho, em ação coletiva com os educandos compreendendo o seu estar no mundo, o seu fazer, fazendo-se.

Percebemos a educação integral como instrumento a serviço da democratização, contribuindo pelas vivências comunitárias dos grupos sociais, no diálogo, para formar pessoas participantes. A reforma da educação e a reforma da sociedade andam juntas, sendo parte do mesmo processo.

Uma das premissas norteadoras de toda Proposta Pedagógica está intrinsecamente voltada para a pedagogia histórico crítica, que permeia os debates dentro da perspectiva de criar uma escola que seja a comunidade e vice-versa.

Para tanto, foram observados os fatores sociais dentro de uma visão de abrangência do contexto escolar que parte da análise da comunidade como ponto de partida do PP e que culmina na escola nas ações interligadas de todos do contexto escolar.

Desta forma, é relevante considerar o homem inserido na cultura por ele constituída, compreendendo as relações que se estabelecem na escola. Em que cada membro da escola perceba que cada indivíduo, deve despertar para a consciência de sentido do seu existir, devendo ao outro o respeito com a necessária competência e compromisso pedagógico, o que deve servir de referência na organização e valoração do fazer escolar. Perceber a existência de duas culturas, a do educando e a do educador, numa sociedade competitiva e de contradições requer ajustes, diálogo e sobre tudo disponibilidade em conviver e aceitar o outro.

Nesse sentido, percebe-se as dimensões e cumplicidades dos pilares da proposta, que se traduz no amplo sentido de ser:

- É **projeto** porque reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo.
- É **pedagógico** porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem.

5. PRINCÍPIOS

A escola, na perspectiva de construção e implementação de um currículo integrado abre espaço para temáticas de interesse social como: sustentabilidade ambiental, direitos humanos e complexidade das relações entre escola e sociedade. Sendo assim, esses temas permeiam as atividades docentes independente dos componentes curriculares, proporcionando às crianças, pertencentes aos diferentes grupos sociais, o direito de aprender.

Para tanto, é necessário que no processo de ensino aprendizagem todas as atividades pedagógicas, independente dos componentes curriculares sejam organizadas em torno dos eixos, que estruturam o trabalho pedagógico. O currículo em Movimento da Educação Básica empenha-se para garantir não apenas o acesso de todos à educação básica, mas a permanência com qualidade referenciada nos sujeitos sociais, em conformidade com os preceitos constitucionais e a Lei 4.751/2012 de Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal;

Entendemos, então, que a educação deve ser referenciada pela formação integral do ser humano, ou seja, a educação deve contemplar as diversas dimensões que formam o humano, não apenas os aspectos cognitivos. Deve reconhecer os estudantes como sujeitos de direitos e deveres e, decorrente dessa tomada de consciência, torna-se imprescindível proporcionar a eles oportunidades para ampliação de suas dimensões humanas, entre elas: a ética, a artística, a física, a estética, entre outras.

Observa-se que é primordial para todo e qualquer planejamento educacional o reconhecimento da educação como um processo que deve discutir e construir valores, cidadania, ética, valorizar e fortalecer a identidade étnica, cultural, local, de gênero, sendo valores essenciais para a construção de uma sociedade sustentável. como salientado por Anísio Teixeira: As democracias, sendo regimes de igualdade social e povos unificados não podem prescindir de uma sólida educação comum, a ser dada na escola primária, de currículo completo e dia letivo integral, destinada a preparar o cidadão nacional e o trabalhador ainda não qualificado e, além disto, estabelecer a base igualitária de oportunidades, de onde irão partir todos, sem limitações hereditárias ou quaisquer outras (Teixeira, 1999 Finalmente, a Educação Integral na Escola Classe 215 de Santa Maria pretende oferecer uma educação por inteiro em um turno integral de 10 horas com quantidade e qualidade educacionais para que nossos estudantes tenham oportunidades

para o desenvolvimento dos requisitos necessários para uma vida plena, com participação ativa e saudável na sociedade.

É uma proposta de Educação que visa a integralidade na formação do educando, pautando-se no caráter multidimensional do ser humano, composto por aspectos psicomotores, cognitivos, afetivos, intuitivos e socioculturais integrados às experiências da vida. Pretende, ainda, a equalização social ao cumprir a função de preparar os indivíduos para uma participação responsável na vida social.

O Distrito Federal, visando materializar a almejada Educação Integral, como produto de estudos pedagógicos, sociológicos e filosóficos, propõe um novo formato educacional que provoque mudanças na sociedade e na escola. Dentro dessa perspectiva de avanço, surge o PROEITI- Projeto de Educação Integral em Tempo Integral na modalidade de 10 horas, tendo como premissa a integralidade do atendimento ao aluno.

Dentro de tal proposta observa-se os fatores norteadores:

Integralidade

Na visão de educação integral, e tempo como premissa a integralidade, olhamos cada sujeito de forma abrangente, incluindo não apenas seu desenvolvimento mental-intelectual, mas também sua corporeidade, sua vida emocional, seu aspecto sociocultural (identidade, relações e interações, pertencimento, regras e combinações, percepção de contextos sociais etc.) e também o seu aspecto espiritual, ou seja, sua dimensão inerentemente livre e criativa, comum a todos os seres.

Compreendemos que o estabelecimento de bons hábitos relativos ao corpo e seu cuidado – tais como alimentação, saúde e consciência corporal, alternância entre movimento e repouso, bons hábitos de higiene e organização – são aprendizagens cruciais que, quando bem estabelecidas, funcionam como vantagens reais e proteção para a vida da criança durante muito tempo, facilitando-lhe o cotidiano e oferecendo-lhe condições de saúde.

Lidar com as emoções de maneira equilibrada, com o próprio corpo e o próprio intelecto é um dos grandes desafios do sujeito moderno. Por isso buscamos apoiar o desenvolvimento da inteligência emocional e incentivar o autoconhecimento, incluindo no cotidiano práticas meditativas, contemplativas e artísticas para o desenvolvimento da atenção plena.

A escola acolhe cada um no ponto em que ele está, ou seja, possibilita que cada criança manifeste suas histórias, emoções e leituras de mundo, a partir de trabalhos em grupo, com musicalidade, ao ensaiar teatro, ao cultivar plantas, observar pequenos

animais, desenhar ou produzir um vídeo etc. É necessário que a emoção esteja presente na escola, que haja um mergulho nos ambientes e que os alunos se sintam no mundo.

A partir do acolhimento de si e abertura para o outro, surge o enfoque no estabelecimento de relações positivas, tendo como metodologia o princípio do processo de auto formação permanente, encarado como parte indispensável da abordagem da escola.

Ainda em consonância com os princípios estabelecidos pela escola observamos que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, por sua vez, a legislação brasileira passou a prever a implementação da educação integral, destacando o aspecto do “tempo”, por meio das “escolas de tempo integral”. E, mais recentemente, com advento do programa Mais Educação e com o crescimento das experiências em todo o Brasil, observa-se uma mudança no conceito, não restringindo mais a integralidade ao fator temporal, mas também à expansão de espaços e à diversidade de agentes educativos nos processos.

Dessa forma, passou-se a compreender que as políticas intersetoriais de educação integral exigem articulação de saberes, tempos e espaços, planejamento, avaliação e o alcance de resultados por meio do enfrentamento de uma realidade extremamente complexa. “Apenas como exercício, poderíamos pensar que, na perspectiva intersetorial, os cuidados de saúde ofertados por programas ou serviços poderiam alçar alcance mais amplo quando articulados às práticas esportivas e estas, por sua vez, poderiam ser intensificadas por estratégias de convivência com as diferenças tão valorizadas no campo da cultura que, ganham intensidade pelos conhecimentos vindos da leitura praticada nas escolas”. Stella Ferreira, Salto para o Futuro/ MEC.

Acredita-se que a realização da educação integral convoca as diversas políticas setoriais a atuarem em conjunto para promover o desenvolvimento integral das crianças e dos adolescentes.

Nessa perspectiva, o trabalho em rede se torna chave em todas as ações centrais de um programa ou política de educação integral – do planejamento, à execução, monitoramento e avaliação. Para tanto, faz-se necessário que o modelo de gestão seja definido com planos de ações estruturados, responsabilidades e papéis dos envolvidos e instrumentos de monitoramento e avaliação da própria estrutura de rede.

Da mesma forma, prevê-se a articulação das dimensões financeiras e de recursos, integrando ações, equipes e projetos para um fim comum.

Na perspectiva da educação integral, a intersetorialidade deve fazer parte de sua concepção e estrutura, tomando como princípio a necessidade de todos – sociedade, escola, serviços e poder público – atuarem coletivamente e de forma interdependente para um mesmo fim.

Nesse contexto, a rede estimula a intersetorialidade como uma forma de organização horizontal e democrática no território, tanto na perspectiva gerencial, quanto na técnica e nas etapas de concepção e planejamento das ações. Como explica Lucia Helena Nilson, no texto Intersetorialidade de contextos territoriais, “a educação integral, na perspectiva da intersetorialidade, convoca os gestores e educadores a fazerem uma gestão destas relações nos territórios”, referendando que o que dá vida as redes intersetoriais são as dinâmicas que surgem das próprias relações institucionais e interpessoais, a qualidade dessas conexões, a integração de diversos grupos e setores sociais.

Por fim, a intersetorialidade na Educação Integral articula pessoas, organizações e instituições com o objetivo de compartilhar causas, projetos de modo igualitário, democrático e solidário. Ela instaura uma forma de organização baseada na colaboração e na divisão de responsabilidades e competências, uma nova articulação política que prevê uma aliança estratégica entre os atores sociais (pessoas) e forças (instituições).

A transversalidade enriquece a gama de princípios pois diz respeito à possibilidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade). A escola vista por esse enfoque, deve possuir uma visão mais ampla, acabando com a fragmentação do conhecimento, pois somente assim se apossará de uma cultura interdisciplinar. A transversalidade e a interdisciplinaridade são modos de trabalhar o conhecimento que buscam reintegração de procedimentos acadêmicos, que ficaram isolados uns dos outros pelo método disciplinar.

Necessário se torna uma visão mais adequada e abrangente da realidade, que muitas vezes se nos apresenta de maneira fragmentada. Através dessa ênfase poderemos intervir na realidade para transformá-la.

Quando nos referimos aos temas transversais nos os colocamos como um eixo unificador da ação educativa, em torno do qual organizam-se as disciplinas.

A abordagem dos temas transversais deve se orientar pelos processos de vivência da sociedade, pelas comunidades, alunos e educadores em seu dia-a-dia. Os objetivos e conteúdos dos temas transversais devem estar inseridos em diferentes cenários de cada uma das disciplinas. Considera-se a transversalidade como o modo apropriado para a ação pedagógica destes temas. A transversalidade só tem significado dentro de uma compreensão interdisciplinar do conhecimento, sendo uma proposta didática que possibilita o tratamento de conteúdos de forma integrada em todas as áreas do conhecimento. A transversalidade e interdisciplinaridade têm como eixo educativo a proposta de uma educação comprometida com a cidadania, conforme defendem os Parâmetros Curriculares.

A transversalidade já pertencia aos ideais pedagógicos do início do século, quando se falava em ensino global sendo objeto de estudos de ilustres educadores, como os franceses Decroly e Freinet, os norte-americanos Dewey e Kilpatrick. Atualmente a transversalidade surge como um princípio inovador nos sistemas de ensino de vários países.

Os temas transversais são campos férteis para a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade em concordância com as áreas do conhecimento, pois ao usar a criatividade de maneira a preservar os conteúdos programáticos vinculam-se aos contextos, que podem ter evidência prática na vida real, social e comunitária do aluno. Convém ressaltar que a ética e a cidadania são temas que devem ser inseridos em todas as disciplinas, de maneira interdisciplinar e transdisciplinar contribuindo para a qualidade da construção de saberes e valores cognitivos, afetivos e sociais.

Como princípio norteador, ainda se faz pertinente o diálogo constante com a comunidade em que estamos inseridos pois o desenvolvimento integral das crianças e jovens não é responsabilidade apenas da escola e da família. Quanto maior o envolvimento da comunidade, maiores são as possibilidades da educação integral se tornar uma realidade e alcançar seus objetivos.

Para tanto, é preciso que todo o entorno da escola se torne efetivamente um território educador, permitindo que os alunos aprendam a toda hora, em diferentes lugares e com as mais variadas pessoas, cada qual contribuindo com uma parcela da sua formação.

Nessa perspectiva, com o objetivo de estimular a participação da comunidade devem ser observadas seguintes situações:

2.1 A comunidade contribui com a educação integral quando:

- ✓ Compreende seu território como uma grande sala de aula, na qual a educação acontece a toda hora e em todo lugar, como resultado de um esforço compartilhado por toda a comunidade.
- ✓ Entende que a educação integral não acontece apenas nas instalações e com os profissionais que trabalham na escola, mas como uma prática pedagógica que reconhece e integra as oportunidades educativas do território.
- ✓ Colabora com a realização de diagnósticos participativos e mapeamento de recursos educativos locais, para apoiar a escola a conhecer melhor o território e utilizar seus ativos no processo de educação integral.
- ✓ Participa da construção e gestão da Proposta Pedagógica de suas escolas.
- ✓ Integra as instâncias de participação das escolas, como comitês escola-comunidade, conselhos escolares, comissões de trabalho, etc.
- ✓ Atua como protagonista de processos educativos, compartilhando seus saberes, apoiando os professores na condução de atividades, relacionando os conteúdos acadêmicos com a cultura local.

3.1 A escola promove a participação da comunidade quando:

- ✓ Cria canais de escuta para ouvir a comunidade sobre o que ela espera da escola e como pode agregar ideias e conhecimentos ao processo de educação integral.
- ✓ Comunica-se frequentemente com a comunidade, difundindo suas ações de educação integral e convidando-a a participar, por meio de linguagem e canais adequados, inclusive via processos de educomunicação e comunicação comunitária.

- ✓ Investe na formação dos gestores, coordenadores pedagógico e professores para que reconheçam a importância e saibam como promover a participação da comunidade na escola, inclusive podendo contratar ou designar educadores comunitários que cuidem prioritariamente desta relação.
- ✓ Desenvolve novas metodologias e práticas pedagógicas que valorizam os conteúdos e saberes locais, envolvendo agentes e espaços da comunidade no processo de ensino e aprendizagem.
- ✓ Estimula a participação da comunidade no planejamento e gestão do programa de educação integral, gerando sentimento de corresponsabilidade em relação ao desenvolvimento integral das crianças e jovens.
- ✓ Cria e/ou fortalece instâncias de participação que envolvem a comunidade, como comitês de articulação escola-comunidade, conselhos escolares, comissões de trabalho, etc.
- ✓ Atua com transparência, compartilhando seus planos e suas dificuldades com a comunidade, para que esta possa contribuir com a viabilização do seu projeto de educação integral.
- ✓ Constitui e trabalha em rede para articular ações intersetoriais que deem conta do desenvolvimento integral dos alunos.
- ✓ Contribui para a construção do imaginário da comunidade como um território educador, evidenciando o impacto da educação integral no desenvolvimento local e vice-versa.
- ✓ Reconhece que o desenvolvimento integral dos alunos envolve as dimensões política e social, cujas competências se constroem na interação com a comunidade, inclusive com o envolvimento dos estudantes na busca de soluções para os problemas do seu território.
- ✓ Mapeia e participa dos movimentos sociais em prol de melhorias para a própria comunidade, percebendo-se como um agente de transformação local.

- ✓ Promove espaços e ações que favorecem a interação com a população local, inclusive abrindo a escola para atividades da comunidade.
- ✓ Repensa seu projeto arquitetônico, a fim de abrir mais canais de interação com a comunidade.

6. OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Com base na estrutura existente no tocante às instituições públicas do Distrito Federal e...

... inspiradas nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, têm por finalidade oferecer ensino público gratuito e de qualidade, com a participação da família e da comunidade, assegurando:

I - o desenvolvimento integral do aluno;

II - a formação básica para o trabalho e para a cidadania;

III - o aprimoramento do aluno como pessoa humana, incluindo a formação ética, o desenvolvimento da autonomia intelectual, do pensamento reflexivo e crítico, e da criatividade.

(Art. 4º do Regimento das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do DF)

Diante das transformações ocorridas na sociedade atual é fundamental repensar o papel e a função social da Escola, seu foco, sua finalidade, seus valores, quebrando paradigmas, entendendo que a escola deve ser aberta e comprometida com a inclusão de todos, ao acesso, a permanência e ao sucesso na vida escolar, para que exista uma escola forte e uma educação de qualidade, são necessárias parcerias internas e externas. Dentro desse contexto o Estado surge com as provisões financeiras e o apoio logístico buscando dar sustentabilidade à educação na forma de descentralização da administração financeira.

O PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação) que estabelece uma série de medidas a fim de garantir uma educação básica de qualidade e que prevê entre as ações mais importantes a implantação de avaliações nacionais para o ensino fundamental, possibilita verificar a qualidade do processo de ensino aprendizagem e estabelece metas de crescimento para a educação básica.

Um dos focos estabelecido pelo PDE trata de elevar o nível de alfabetização no país, condição essa, diretamente relacionada ao desenvolvimento de qualquer nação. O objetivo

é verificar a qualidade do processo de alfabetização dos alunos no momento em que ainda é possível corrigir distorções e estabelecer um parâmetro nacional.

Entre as ações recomendadas pelos consultores estão o acompanhamento individual das crianças, a oferta de atividades de cultura esporte e lazer em turno contrário, a implantação de avaliações nacionais em nível de alfabetização, maior participação da comunidade nos conselhos de cada escola, entre outros.

Diante dessas orientações, a Escola Classe 215 tem como objetivo geral em sua ação pedagógica formar cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vive.

Pensando em uma educação que garanta o acesso aos saberes elaborados socialmente, o que constituem instrumentos para o desenvolvimento e a socialização da cidadania democrática, a Escola Classe 215 de Santa Maria tem como objetivos específicos trabalhar conteúdos que estejam em consonância com as questões sociais, propiciar o desenvolvimento integral do aluno, envolvendo questões culturais, sociais e políticas diversificadas e amplas, fundamentais para o exercício da cidadania; promover a inclusão e o desenvolvimento dos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (ANEE's); Viabilizar ações de caráter formativo e planejamento das atividades anuais; Definir metas de aprendizagem e critérios de promoção, considerando os referenciais curriculares propostos pela SEE/DF; Potencializar o uso da sala de leitura e promover campanha para aquisição de livros; Promover atividades desportivas e estudo das diversas modalidades a partir do acontecimento das Olimpíadas.

A Educação Integral em sua essência e qualidade é aquela que forma o ser humano em sua integralidade e para sua emancipação. Construir uma educação que emancipe e forme em uma perspectiva humana que considere suas múltiplas dimensões e necessidades educativas é a grande estratégia de melhoria da qualidade de ensino e promoção do sucesso escolar, que é a Educação Integral.

A ampliação progressiva do tempo diário de permanência do estudante na escola, previsto no artigo 34 da LDB, só faz sentido se trouxer uma reorganização inteligente desse tempo. Não se trata de imaginar uma escola sem horários ou regras, mas de recriá-los em função de projeto curricular ambicioso do ponto de vista das oportunidades formativas na perspectiva da aprendizagem multidimensional do cidadão, em respeito aos direitos humanos e à diversidade.

Outro diferencial para este ano, está na continuação do Projeto Educador Social Voluntário o qual oportuniza a participação direta da comunidade como voluntária e parceira nas atividades de monitoria com os alunos.

Por definição, a palavra integral significa inteiro, completo, total, o que é identificado nas diversas definições de escola e de educação propostas por Anísio Teixeira e retomadas mais recentemente nas discussões acerca da necessidade de ampliação do tempo de permanência do estudante na escola.

A educação integral prevê práticas não dicotomizadas, que reconhecem a importância dos saberes formais e não formais, a construção de relações democráticas entre pessoas e grupos, imprescindíveis à formação humana, e que valorizem os saberes prévios, as múltiplas diferenças e semelhanças e façam de todos nós sujeitos históricos e sociais.

A expressão “Escola Integral” vem sendo usada para se referir à instituição educacional que associe a oferta de educação integral ao tempo integral do estudante na escola. Dentro de tal perspectiva delimitamos alguns objetivos que nortearão o PROEITI- Projeto de Educação Integral em Tempo Integral nessa instituição em 2020:

Objetivos Gerais

- Proporcionar uma educação que visa à aprendizagem numa perspectiva de “integralidade”;
- Oportunizar à todos ensino de qualidade, garantindo a valorização das potencialidades e diversidade, desenvolvendo o currículo que visam abranger o todo, numa aprendizagem cidadã a partir do conhecimento que garanta o sucesso escolar numa vivência da Educação Humanitária e utilizando-se da tecnologia;
- Garantir as aprendizagens, a partir da democratização dos saberes, em uma perspectiva de inclusão de todos, respeitando e valorizando as diferenças socioculturais, afetivas, subjetivas, físicas, cognitivas, entre outras;
- Desenvolver a capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo e a formação de atitudes e valores, permitindo as vivências de diversos letramentos;

- Compreender os fenômenos naturais e sociais, os processos histórico-geográficos, o sistema político, a tecnologia, as artes e os valores, presentes na realidade brasileira, latino-americana e mundial;
- Fortalecer os vínculos de cidadania, os vínculos familiares, os laços de solidariedade humana e a tolerância recíproca;

Objetivos Específicos

- Reduzir o índice de reprovação nas turmas provenientes da promoção automática;
- Melhorar a cada ano o índice do IDDF e o do IDEB;
- Promover ações de participação mais efetiva da comunidade escolar em todos os aspectos;
- Estimular os profissionais da escola e capacitá-los constantemente;
- Promover a avaliação institucional semestralmente envolvendo toda a comunidade escolar;
- Realizar a gestão escolar baseada nos princípios da ética, democracia, paridade, transparência, justiça e no cumprimento das regras pré-estabelecidas;
- Estabelecer ações envolvendo todos os membros da equipe escolar e pais no atendimento qualitativo diferenciado aos alunos que necessitarem;
- Diminuir a distorção de ensino e aprendizagem com projeto interventivo envolvendo toda equipe pedagógica da escola para todos os alunos que necessitarem.

Para a viabilização dos objetivos foram delineadas metas para cada setor:

Os atores

Ao delinear as responsabilidades específicas de cada ator do processo educacional em uma Escola Integral, vemos que elas se complementam e por isso devem estar em total sintonia como partes de uma engrenagem, na qual cada um assumirá sua função ciente de que assim como sua atuação depende das ações dos demais, é a atuação dos demais que permite que se possa atuar.

• **Estudante** – A definição do estudante identificado e pensado como demandante de uma Escola Integral, é de um sujeito único e plural, totalmente conectado às redes sociais. Portanto, um sujeito pleno de seus direitos.

• **Equipe Gestora** – É a responsável pelo gerenciamento dos recursos financeiros, pela articulação das ações administrativas e pedagógicas, pela manutenção de um ambiente escolar harmônico e pela articulação do trabalho pedagógico.

• **Professores** – Têm a responsabilidade de capitanear os trabalhos referentes não somente à Base Nacional do Currículo, como também às atividades complementares.

• **Equipe de Apoio:** A Equipe de Apoio é composta pelo orientador educacional, pela profissional da sala de recursos, pela psicóloga e pela pedagoga do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem;

• **Coordenador Pedagógico** – Cabe a este profissional garantir a articulação entre professores, equipe gestora e comunidade escolar. Responsável pela articulação do espaço/tempo de coordenação pedagógica. Para tanto, precisa assumir o protagonismo no apoio ao trabalho pedagógico, à formação continuada, ao planejamento e ao desenvolvimento do PP, sempre visando à aprendizagem de todos os estudantes. Responsabiliza-se pela articulação do trabalho entre professores de turnos diferentes de modo que seus trabalhos complementem-se. É o profissional que operacionaliza a integração entre os diversos saberes nos diversos espaços.

• **Comunidade Escolar** – A relação entre escola e comunidade pode ser marcada pelo diálogo, a troca de experiências, a construção de saberes e também pela possibilidade de juntas, constituírem-se em uma comunidade de aprendizagem, de modo que a interação entre ambas auxilie na superação de desafios que se apresentarão.

• **Outros profissionais de Apoio** – Nesta proposta, os Educadores Voluntários, assumem o papel de auxiliar no trabalho pedagógico desenvolvido pelo professor e nos projetos gerais da escola.

A participação articulada, reflexiva, criativa e comprometida entre os atores escolares e a mobilização dos potenciais educativos da comunidade local são fatores de extrema importância para o sucesso da Escola Integral. Esta participação deve estar presente nos diversos níveis de planejamento.

Importante frisar que o atendimento dar-se-á em tempo contínuo, sem que haja fragmentação dos turnos letivos, incluindo-se neste período o tempo destinado a alimentação, higienização, passeios e demais atividades pedagógicas, sendo tais atividades realizadas no período de 07h30 às 17h30, perfazendo um total de 10h. Dessa forma, a jornada de tempo integral pressupõe um turno único, mesmo que haja um momento focado nas atividades da Base Nacional Comum ou nas atividades complementares.

Durante o dia letivo o estudante recebe 04 refeições diárias (de acordo com parecer da Coordenação de Alimentação Escolar CORAE/GIAE), sendo o cardápio apropriado para

as especificidades próprias da faixa etária. O período destinado às refeições na Escola de Educação Integral em Tempo Integral é planejado e pensado como um momento para a formação de hábitos alimentares saudáveis, de higiene, boas maneiras, valores e, acima de tudo, socialização e interação dos estudantes com todos os envolvidos na unidade escolar.

Os períodos destinados às atividades diárias realizadas, é de responsabilidade dos professores regentes que podem e devem ocorrer dentro de sala de aula e/ou em outros espaços: salas ambientes, sala de vídeo, pátio, parque, ambientes externos (Centro Olímpico, bibliotecas, museu, parques, reservas ambientais, hortas,) etc.

Haverá transportes para realização de atividades externas. Tais saídas deverão ser sistematizadas, mediante articulação junto aos parceiros, devendo nestas saídas, o estudante estar acompanhado por seu professor, que é o responsável pelo aluno neste período.

Para composição das turmas de tempo integral, visando viabilizar a execução das atividades diversificadas, estas poderão ser agrupadas de acordo com seu nível de aproveitamento para a atividade proposta e/ou por faixa etária, devendo, no entanto, obedecer à capacidade e as especificidades da escola, das atividades e principalmente do grupo de alunos.

Um profissional que surge para colaborar com o trabalho desenvolvido nessa perspectiva, é o professor de Educação Física, que dentro da carga horária específica de cada um, terá a organização deste período definida pela escola. O atendimento estará voltado às expressões corporais, à psicomotricidade, à música e à prática lúdico-artística, sendo estas dimensões indispensáveis à formação integral do estudante. No período em que o estudante está sob a responsabilidade do profissional de Educação Física, o professor regente terá a oportunidade de realizar coordenação com o seu par de regência de classe (responsável pelo outro turno). Este período de encontro semanal pode constituir-se como espaço de troca de informações e experiências pedagógicas vivenciadas, a fim de evitar as rupturas cronológicas, didáticas ou outras de qualquer ordem no trabalho.

O registro do trabalho pedagógico é obrigatório, seja das atividades previstas na Base Nacional Comum do currículo ou naquelas desenvolvidas nos diversos projetos

interdisciplinares da parte diversificada, sendo tais registros feitos em diários de classe específico

7. FUNDAMENTOS TEÓRICOS

A educação enquanto meio sistematizado de ensino é parte integrante e resultante das relações de uma sociedade. De maneira bastante ampla, constitui-se de acordo com as particularidades vigentes de um período. Sendo assim, ao longo dos tempos, o sistema educacional brasileiro passou por várias mudanças, sobretudo de enfoque.

Dessa forma, as práticas educacionais surgem de manifestações sociais, pedagógicas, culturais e filosóficas.

Para a elaboração desse Projeto considerou-se a pedagogia histórico-crítico.

Neste enfoque, a premissa é não direcionar, mas, orientar o processo, considerando como princípios norteadores à valorização do indivíduo como ser livre, ativo e social.

Sendo assim, a escola deve atuar adequando o processo educativo às necessidades dos indivíduos, promovendo experiências que permitam ao aluno desenvolver-se num processo ativo de construção e reconstrução dos conceitos, conforme as novas experiências suscitem.

Dessa forma, ao conceber o Projeto Pedagógico como eixo da ação a ser desenvolvida na escola de forma coletiva e cooperativa, buscamos compartilhar das ideias de tal tendência. Observa-se que no quadro de tendências pedagógicas progressistas, a Pedagogia Histórico-crítica tem merecido destaque especial tanto no meio acadêmico, quanto na sua assunção como proposta pedagógica oficial por parte de políticas governamentais recentes.

Tal tendência é nascida nos meios acadêmicos justamente no momento da redemocratização brasileira e tem, como seu “fundador” Dermeval Saviani que escreveu livro homônimo a essa tendência. Em linhas gerais a Pedagogia Histórico-crítica, buscava se por como uma tendência que revisitasse o papel da escola, de modo a transformá-la numa escola contextualizada com a realidade local, atingindo assim as camadas populares.

No livro de João Luiz Gasparin são expostos cinco passos a se seguir no planejamento docente para se efetivar uma prática docente na perspectiva histórico-crítica: “Prática social inicial do conteúdo”, 'problematização', 'instrumentalização', 'catarse' e

'Prática social final do conteúdo' – nos quais se tentou explicitar o novo processo dialético da aprendizagem escolar” (GASPARIN, 2007, p.9). A saber:

Prática Social Inicial

A prática Social Inicial vem a ser o ponto de partida de todo o processo pedagógico. Nela, devem ser trazidos para a sala de aula todas as vivências e experiência que o educando já tem sobre o conteúdo a ser trabalhado. Isso se faz necessário para que o conteúdo a ser trabalhado mostre, de fato, vinculação com a realidade, sendo assim socialmente necessário. Na visão de Gasparin:

“O primeiro passo do método caracteriza-se por uma preparação, uma mobilização do aluno para a construção do conhecimento escolar. É uma primeira leitura da realidade, um contato inicial com o tema a ser estudado.[...] Uma das formas para motivar os alunos é conhecer sua prática social imediata a respeito do conteúdo curricular proposto” (2007, p.15)

Cabe ao professor nesse momento, instigar os alunos para que os mesmos possam “viver” este conteúdo, mostrando-lhes que o mesmo, de uma forma ou de outra, está presente no seu cotidiano, tirando-lhes da tradicional posição de meros receptores de um conteúdo já pronto.

Problematização

Nesta etapa de problematização, ocorre a discussão de questões inerentes ao conteúdo proposto. É aqui inclusive, que ocorre o ato de vislumbrar o conteúdo em diferentes dimensões sociais. Um conteúdo problematizado deverá mostrar-se através de dimensões várias: conceitual, histórica, social, política, estética, religiosa, etc. Nos termos de Gasparin (2007, p. 35),

“O processo de busca, de investigação para solucionar as questões em estudo, é o caminho que predispõe o espírito do educando para a aprendizagem significativa”.

Tal procedimento de problematização, na obra de Gasparin faz-se como elo fundamental de transição entre prática social inicial e teoria.

É o momento de ligar aquela vivência do conteúdo percebida no momento da prática social inicial ao conteúdo em sua teoria, é quando se aproximam conhecimentos espontâneos dos conhecimentos científicos.

Instrumentalização

Instrumentalização não é senão o momento em que o educando vai se apropriar de instrumentos culturais e científicos necessários para transformar, melhorar, enfim, modificar aqueles conhecimentos espontâneos mostrados na prática social inicial e “realiza-se nos atos docentes e discentes necessários para a construção do conhecimento científico” GASPARIN (2007, p.51)

Para isso, o professor deve se colocar como mediador entre o aluno e o conhecimento científico que muitas vezes estará nele próprio, professor. Para explicar melhor esse processo, Gasparin (2007, p,52) faz referência a Vasconcellos. Nos seus termos, “neste processo, parte-se do conhecimento que se tem (sincrético) e aos poucos (pela mediação da análise) este conhecimento anterior vai se ampliando, negando, superando, chegando a um conhecimento mais complexo e abrangente (sintético = 'concreto')”.

Nesta etapa, o professor deve trabalhar o conteúdo de modo sistematizado, buscando equacionar, conceitualmente, os problemas levantados na etapa anterior. Isso só ocorrerá, havendo aprendizagem desses conteúdos pelos educandos. Na obra de Gasparin (2007, p.80-1), o conceito de Zona de desenvolvimento proximal é usado para elucidar como se dá essa aprendizagem: “a zona de desenvolvimento imediato – nome do segundo nível de desenvolvimento da criança – também se refere a ações que a criança é capaz de realizar não sozinha, mas com ajuda de outra pessoa.[...]

Dessa maneira, o nível de desenvolvimento de uma criança resulta daquilo que ela consegue realizar sozinha e daquilo que ela desempenha com a ajuda dos outros.” Somente entendendo em cada um de seus alunos esses níveis, o professor será capaz de otimizar o seu processo de ensino.

Catarse

A catarse é o momento em que ocorre a síntese mental por parte do educando dos conteúdos trabalhados. Essa síntese é expressa quando o educando compreende e disserta sobre aquele conteúdo, mostrando que o mesmo foi assimilado e auxiliou na transformação de seus conceitos prévios.

Nas palavras de Gasparin (2007, p.130), neste momento, o aluno:

“Traduz oralmente ou por escrito a compreensão que teve de todo o processo de trabalho. Expressa a sua nova maneira de ver o conteúdo e prática social. É capaz de entendê-los em um novo patamar, mais elevado, mais consistente e mais bem estruturado. Compreende, da mesma forma, com mais clareza, tanto a Problematização quanto a Instrumentalização”.

Ao professor cabe, nesse momento, criar mecanismos avaliativos para perceber se, de fato, essa síntese mental ocorreu e como ocorreu, para, com isso, propiciar a realização do último passo – prática social final.

Prática Social Final

Prática social final é o momento em que o aluno demonstra através de ações ou intenções que aquele conteúdo vivido, problematizado, teorizado e sintetizado mentalmente, agora é capaz de transformar a sua existência. Novamente, Gasparin (2007, p.146) vai explicar que:

“Desenvolver ações reais e efetivas não significa somente realizar atividades que envolvam um fazer predominantemente material, como plantar uma árvore, fechar uma torneira, assistir a um filme etc. Uma ação concreta, a partir do momento em que o educando atingiu o nível do concreto pensado, é também todo o processo mental que possibilita análise e compreensão mais amplas e críticas da realidade, determinando uma nova maneira de pensar, de entender e julgar os fatos, as ideias. É uma nova ação mental.”

De nada serve portanto, uma proposta histórico-crítica sem esse momento de “chegada”, no qual o educando, através de sua transformação individual auxilia na transformação de sua realidade social.

A ESSÊNCIA DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA – A DIALÉTICA

Propor etapas, passos a se seguir no processo pedagógico facilita, sem dúvida o trabalho docente. Entretanto, põe-se como fundamental, também, que haja uma teorização mais aprofundada daquilo que realmente fundamenta tal tendência. No caso da Pedagogia histórico-crítica, os pressupostos de Marx sobre a educação e a dialética prática – teoria – prática.

Segundo Marx e Engels (2004, p.48), “a universalidade do indivíduo não se realiza já no pensamento nem na imaginação; está viva nas relações teóricas e práticas. Encontra-se, pois, em condições de apreender sua própria história como uma processo e de conceber a natureza, com a qual forma realmente corpo, de maneira científica (o que lhe permite dominá-la na prática)”.

Assim, não é possível a emancipação do sujeito, sem a apropriação pelo mesmo dos conhecimentos historicamente construídos e socialmente necessários e sistematizados, tendo como partida e de chegada a prática social vivida pelo educando, respeitando “as três

fases do método dialético de construção do conhecimento – prática, teoria, prática” (Gasparin, 2007, p.8). Entende-se desse modo, a Pedagogia histórico-crítica, como a pedagogia dialética. Segundo SAVIANI (1992, p.74), “A denominação 'tendência histórico-crítica' eu iria introduzir depois, porque a denominação dialética também gerava algumas dificuldades: há um entendimento idealista da dialética [...]. Cunhei então, a expressão 'concepção histórico-crítica, onde eu procurava reter o caráter crítico de articulação com as condicionantes sociais que a visão reprodutivista possui, vinculado porém à dimensão histórica que o reprodutivismo perde de vista.”

Assim, a Pedagogia Histórico-crítica e seu processo de ensino tem, indubitavelmente, como seu elemento fundante a dialética – prática – teoria – prática. E é nesse ponto que o trabalho docente, que pretende ser histórico-crítico deve se focar.

E é dentro dessa perspectiva que a Escola Classe 215 de Santa Maria fundamenta sua proposta, numa perspectiva de uma escola onde o sujeito tem como base ao conhecimento sua vivência.

Verifica-se, nesse discurso, uma visão ampliada dos fins da educação escolar. As expressões: a escola já não poderia ser parcial e educar no sentido mais lato, demonstra claramente a visão de que a educação a ser oferecida aos filhos da classe trabalhadora, que estavam adentrando a escola, por meio da ampliação da oferta no número de vagas, deveriam se dar de modo integral. Esses novos alunos precisavam de atendimento que extrapolasse a mera instrução. O atendimento escolar e educacional deveria ser capaz de propiciar e assumir aquilo que, em casa, a família não conseguia lhes oferecer. Para Anísio Teixeira (1971), no intuito de atingir aos fins da educação, a escola deveria ser um ambiente bonito, moderno e acolhedor. O trabalho pedagógico deveria apaixonar tanto aos alunos quanto aos professores. Estes deveriam desenvolver suas atividades visando construir um “solidário destino humano, histórico e social”, com destaque para a liberdade de criação e em “permanente diálogo com a arte, concebida como conceito antropológico como defendia Mário de Andrade” (CLARICE NUNES, 2001, p. 163).

Cavaliere (2000) ao discorrer sobre a educação integral relembra que tal concepção assumiu, na década de 1930, diferentes projetos políticos e diferentes concepções filosóficas e ideológicas. Uma dessas concepções diz respeito ao recurso doutrinário de inculcar e educar as crianças, com o objetivo último de adaptá-las aos serviços e interesses do estado integral. Esta visão integralista representava um projeto autoritário de educação, uma vez que proporcionar educação e alfabetização para todos os indivíduos equivaleria a formular a

cura da nação, ou seja, a solução dos males, enfrentados, seguindo sempre os lemas da disciplina e da higiene. Contrariamente a esse entendimento, a autora acima citada, destaca que Anísio Teixeira, ao defender o seu conceito ampliado de educação, não compartilhava de tal concepção doutrinária dos integralistas da década de 1930, para os quais era necessária uma educação integral para um homem integral, vinculado a uma crença higienista, que entendia a educação como ação capaz de propagar a doutrina integralista: seus valores de sofrimento, disciplina e obediência. A sua filosofia de educação encontra respaldo na corrente pragmatista de Dewey e representa uma ação libertadora e progressista que entende a educação como detentora de força, capaz de libertar o homem e prepará-lo para a cidadania. Sobre a interpretação dada ao conceito de educação integral na obra de Anísio Teixeira, Cavaliere (2000) assim escreve: Educação integral, significando uma educação escolar ampliada em suas tarefas sociais e culturais com o objetivo de reconstrução das bases sociais para o desenvolvimento democrático, o qual só poderia se dá a partir de indivíduos intencionalmente formados para a cooperação e a participação. (CAVALIERE, 2000, p. 01)

A defesa de Anísio Teixeira por uma escola com atividades ampliadas e voltadas à formação integral da personalidade e do caráter humano, que seja capaz de impulsionar os destinos da nação, se junta à defesa de vários outros intelectuais. Intelectuais esses, que se uniram em prol de projetos de reformas no campo educacional e organizaram diversos debates e manifestações em busca de uma escola pública gratuita e de qualidade.

Embora alguns possam interpretar desta forma, o nível de desenvolvimento intrapsicológico não é uma mera cópia da realidade cultural, mas uma atividade complexa interna, na qual o sujeito reconstrói a realidade, inserindo-a num sistema de significações.

Diferente de Piaget, a abordagem histórico-cultural entende que o desenvolvimento é impulsionado pelas aprendizagens que acontecem no meio cultural, mediadas pelos sistemas simbólicos.

Assim, segundo Vygotsky, o conhecimento do mundo pela criança, passa necessariamente pelo outro, adquirindo então a educação um papel fundamental para esta teoria, uma vez que a considera (...) o traço distintivo fundamental da história do pequeno ser humano. A educação pode ser definida como sendo o desenvolvimento artificial da

criança. Ela é o controle artificial dos processos de desenvolvimento natural. A educação faz mais do que exercer influência sobre um certo número de processos evolutivos: ela reestrutura de modo fundamental todas as funções do comportamento (Vygotsky, 1985: 45).

Desse modo o desenvolvimento psicológico, sendo um processo culturalmente constituído, depende das condições sociais e culturais, além dos modos como as relações sociais cotidianas se organizam. Concepção esta bem distinta das outras, já que considera os atravessamentos produzidos pela organização social, cultural e podemos ir mais além, econômica, na qual o processo de desenvolvimento acontece.

Ainda com relação ao desenvolvimento, Vygotsky compreendia que havia dois níveis de desenvolvimento:

1. Nível de desenvolvimento real que seria relativo a atividades ou tarefas que a pessoa é capaz de realizar sozinha;
2. Nível de desenvolvimento proximal relativo a atividades ou tarefas que a pessoa é capaz de realizar com a ajuda de alguém mais experiente.

Segundo a análise de Vygotsky, a aprendizagem ao impulsionar o desenvolvimento, cria o que ele denominou de zona de desenvolvimento proximal, que pode ser entendida como a distância entre o que a criança pode fazer sozinha e o que faz com a ajuda de outra pessoa.

“Zona de desenvolvimento proximal (...) é a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes.” (Vygotsky, 1994:112).

Logo, aquilo que a criança faz com a ajuda de alguém hoje – nível de desenvolvimento proximal – será o nível de desenvolvimento real amanhã, ou seja, será capaz de fazer sozinha. Da mesma forma, a simples observação da criança da ação de um adulto, ou o mero contato com objetos de conhecimento e sua imersão em ambientes estimuladores, não

garantem a aprendizagem, nem promovem necessariamente o desenvolvimento. Necessária, pois, é a participação do adulto como pai ou professor para que a criança consiga elaborar a aprendizagem.

Qual é o papel da escolarização para esta abordagem?

Quando a criança chega à escola, ela não é uma 'folha em branco'. Já possui conhecimento adquirido, informalmente, na relação com as pessoas que fazem parte do seu universo social e cultural. Embora muitos destes conhecimentos não sejam intencionalmente desenvolvidos, eles são produtos da vivência da criança nos diversos ambientes que interage. Na escola inicia-se o processo de educação formal, onde uma gama de conhecimentos deve ser aprendida pela criança num determinado espaço de tempo. As interações que acontecem, principalmente entre professor e aluno, visam um objetivo maior que é promover o conhecimento ligado a determinados conteúdos.

Desta forma, a professora orienta a criança na sua atenção, destacando elementos que considera importante para a compreensão de determinados conhecimentos, analisa situações com a criança, levando-a a classificar, ordenar, comparar, estabelecer relações lógicas, ensina como utilizar o mapa, ou qualquer outro instrumento que auxilie na aprendizagem. Estas ações levam a criança a aprender significados, formas diferentes de pensar e raciocinar e também de agir frente a determinadas situações. Também reestrutura significados e começa a se dar conta das atividades mentais que realiza. Fica clara, a importância do papel do professor no desenvolvimento do indivíduo.

Fazendo junto, contribuindo com o novo aprendizado, colaborando, dando pistas, o professor interfere no desenvolvimento proximal, contribuindo com processos de elaboração e desenvolvimento que não aconteceriam espontaneamente.

A escola, possibilitando o contato sistemático e intenso dos indivíduos com os sistemas organizados de conhecimento e fornecendo a eles instrumentos para elaborá-los, mediatiza seu processo de desenvolvimento. (Fontana e Cruz, 1997: 66)

8. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA- PEDAGÓGICA/DISTRIBUIÇÃO DE TURMAS

Localização

A Escola Classe 215 está localizada na CL 215,Lote A, Área Especial, Santa Maria Norte – DF.

NÍVEIS/MODALIDADES DE ENSINO/ ENSINO FUNDAMENTAL -9 ANOS

PROEITI-2020

<i>Anos</i>	<i>Total de alunos</i>
<i>1º ano A</i>	<i>29 alunos</i>
<i>1º ano B</i>	<i>29 alunos</i>
<i>2º ano A</i>	<i>28 alunos</i>
<i>2º ano B</i>	<i>26 alunos</i>
<i>3º ano A</i>	<i>19 alunos</i>
<i>3º Ano B</i>	<i>28 alunos</i>
<i>3º Ano C</i>	<i>27 alunos</i>
<i>4º Ano A</i>	<i>21 alunos</i>
<i>4º Ano B</i>	<i>24 alunos</i>
<i>4º Ano C</i>	<i>31 alunos</i>
<i>5º Ano A</i>	<i>15 alunos</i>
<i>5º Ano B</i>	<i>23 alunos</i>
<i>5º Ano C</i>	<i>31 alunos</i>
<i>5º Ano D</i>	<i>34 alunos</i>
TOTAL	365 ALUNOS

RECURSOS HUMANOS

- *Corpo Docente (estrutura pedagógica):*
 - 28 Professores de 1º ao 5º ano;
 - 01 Professor de Educação Física;
 - 16 Educadores Social Voluntários;
 - 03 Coordenadores para séries iniciais;
 - 01 Professor da Sala de Recursos;
 - 01 Professor da Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem;
 - 01 Orientador Educacional;

- *Auxiliares de Educação:*
 - Agente de Portaria (03 servidores);
 - Cozinheira (04 servidores);
 - Serviços Gerais (terceirizado) (10 funcionários);
 - Agente de vigilância (05 servidores)

- *Corpo Discente*
 - Turno Integral: 365 alunos;

No tocante a organização curricular, a base para construção desse plano, norteia-se pela perspectiva da SEE/DF que prevê para Educação em Ciclos que:

“No cenário educacional brasileiro, o Ensino Fundamental constitui-se como eixo central das discussões voltadas para assegurar o direito à educação. A estrutura e organização dessa etapa da Educação Básica têm sido objeto de mudanças em busca de melhorias que promovam a qualidade social (DCN 2013 – Resolução nº 4 de 13 de julho de 2010), entendida para além do acesso de estudantes à escola, assegurando também sua permanência no processo escolar, por meio da democratização de saberes e da formação integral rumo à emancipação, ou seja, qualidade que se configura como questão de Direitos

Humanos. A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) compreende que tal qualidade se consolida à medida que se garante acesso, permanência e aprendizagens dos estudantes para que se insiram com dignidade no meio social, econômico e político da vida moderna.

Nesse sentido, a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos que tornou obrigatório o ingresso da criança na escola a partir dos seis anos de idade, estabelecida pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001 - Plano Nacional de Educação (PNE), acarretou a necessidade de reorganizar essa etapa escolar, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Básica, que estabelecem o acolhimento de estudantes, na lógica do cuidar e educar, como forma de assegurar a aprendizagem de todos (DCN 2013 – Resolução nº 4 de 13 de julho de 2010). A obrigatoriedade, nesse caso, implica diretamente a reorganização administrativa e pedagógica das unidades escolares e, por conseguinte, sua estrutura curricular que nessa secretaria compreende a organização escolar em ciclos e seriação.

A avaliação formativa foi adotada como concepção e prática norteadora para toda a Educação Básica e suas respectivas modalidades e, neste caso, para o Ensino Fundamental, independentemente da organização escolar seriada ou em ciclos e fundamenta-se na utilização de diferentes instrumentos e procedimentos a fim de possibilitar as aprendizagens de todos na escola. A avaliação formativa possibilita análise e apreciação do processo de ensino e de aprendizagem, oportunizando a progressão continuada e assistida das aprendizagens de todos os estudantes de maneira responsável. Com base nessa concepção, torna-se possível corroborar avanços, progressos e a continuação de aprendizagens durante toda a trajetória dos estudantes.

Para que se sustente a avaliação formativa, o estímulo às práticas como auto avaliação para estudantes e demais profissionais da unidade escolar, bem como o feedback constituem-se elementos imprescindíveis para tornar o processo avaliativo em um espaço-tempo das aprendizagens de todos no interior da escola (LIMA, 2012). A proposta de trabalho no Ensino Fundamental, com as diferentes áreas do conhecimento, requer ação didática e pedagógica sustentada em eixos transversais do Currículo da Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF): Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade. Considerando a importância da articulação de componentes curriculares de forma interdisciplinar e contextualizada, o currículo propõe ainda eixos integradores:

alfabetização, somente para o Bloco Inicial de Alfabetização (BIA), letramentos e ludicidade para todo o Ensino Fundamental.

Para que o currículo seja vivenciado e reconstruído no cotidiano escolar, a organização do trabalho pedagógico da escola é imprescindível. A utilização de estratégias didático-pedagógicas deve ser desafiadora e provocadora, levando em conta a construção dos estudantes, suas hipóteses e estratégias na resolução de problemas apresentados. Conselho de Classe preferencialmente participativo, análise das aprendizagens para reorganização da prática docente, formação continuada no lócus da escola, coordenação pedagógica como espaço e tempo de trabalho coletivo, entre outros, constituem-se como aspectos fundamentais para essa construção. O ambiente educativo rico em recursos, materiais didáticos atrativos e diversificados e situações problematizadoras, que contemplem todas as áreas do conhecimento disponibilizadas aos estudantes, promove a reconstrução das aprendizagens por meio da ação investigativa e criadora.

Os objetivos do Ensino Fundamental estão pautados nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e ressignificados pelas Diretrizes Pedagógicas desta Secretaria de Educação:

- Possibilitar as aprendizagens, a partir da democratização de saberes, em uma perspectiva de inclusão considerando os eixos transversais: Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos, Educação para a Sustentabilidade.

- Promover as aprendizagens tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo e a formação de atitudes e valores, permitindo vivências de diversos letramentos.

- Oportunizar a compreensão do ambiente natural e social, dos processos histórico-geográficos, da diversidade étnico-cultural, do sistema político, da economia, da tecnologia, das artes e da cultura, dos direitos humanos e de princípios em que se fundamenta a sociedade brasileira, latino-americana e mundial.

- Fortalecer vínculos da escola com a família, no sentido de proporcionar diálogos éticos e a corresponsabilização de papéis distintos, com vistas à garantia de acesso, permanência e formação integral dos estudantes.

- Compreender o estudante como sujeito central do processo de ensino, capaz de atitudes éticas, críticas e reflexivas, comprometido com suas aprendizagens, na perspectiva do protagonismo infanto-juvenil.

Os estudantes do Ensino Fundamental assumem em seu percurso formativo a condição de sujeitos de direito e constroem gradativamente sua cidadania (DCN, 2013).

Nessa etapa da vida, os estudantes de 11 a 14 anos, independentemente de sua condição de vida, buscam referências para formação de princípios para enfrentar situações do cotidiano. Este é um momento em que a capacidade de simbolizar, perceber e compreender o mundo e suas diversidades, por meio de relações socioculturais, possibilita a estruturação de seu modo de pensar e agir no mundo, além da construção de sua autonomia e de sua identidade. Ao promover experiências pessoais e coletivas com o objetivo de formação de estudantes colaborativos, pesquisadores, críticos, corresponsáveis por suas aprendizagens, a escola ressignifica o currículo articulando conteúdos com eixos transversais e integradores.” (Currículo em Movimento da Educação Básica)

Nessa perspectiva, estrutura-se as demandas setoriais nos quesitos pedagógicos da instituição.

Orientação Educacional

A Orientação Educacional tem a finalidade de colaborar com a formação integral dos educandos, contribuindo para a melhoria da qualidade de ensino, bem como para a busca de uma sociedade mais justa, democrática e humana. No contexto atual, faz-se necessária uma maior aproximação com o projeto pedagógico da escola.

Suas ações devem estar voltadas a ajudar o aluno a se ver, ver o outro e ver o mundo, através de olhares múltiplos do conhecimento, da afetividade e do próprio sentido de vida. No momento em que o direito à diferença está presente em todas as instituições e, portanto na escola, também há que se ter um espaço dentro dela para que os alunos vivenciem seu projeto de construção da própria cidadania.

Nesse sentido, o Serviço de Orientação Educacional tem como principal objetivo contribuir para a melhoria do ensino público, promovendo ação–reflexão das atividades educativas como forma de facilitar a socialização do conhecimento e ampliar as possibilidades do aluno de compreender e agir como cidadão crítico e participativo.

Algumas das atribuições do Orientador são:

- ✓ Planejar, implantar e implementar o Serviço de Orientação Educacional, incorporando-o ao processo educativo global, na perspectiva da Educação Inclusiva e da Educação para a diversidade, com ações integradas às demais instâncias pedagógicas da Instituição Educacional;
- ✓ Participar do processo de conhecimento da comunidade escolar, identificando suas possibilidades concretas, seus interesses e necessidades;

- ✓ Participar do processo de elaboração, execução e acompanhamento da Proposta Pedagógica, promovendo ações que contribuam para a implantação e implementação das Orientações Curriculares em vigor na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;
- ✓ Promover atividades pedagógicas orientadas para que os alunos da instituição educacional sejam orientados em sua formação acadêmica, profissional e pessoal, estimulando o desenvolvimento de suas habilidades, desenvolvimento e responsabilidades;
- ✓ Auxiliar na sensibilização da comunidade escolar para a educação inclusiva, favorecendo a sua implementação no contexto educativo;
- ✓ Proporcionar reflexões com a comunidade escolar sobre a prática pedagógica, por meio de discussões quanto ao sistema de avaliação, questões de evasão, repetência, normas disciplinares e outros;
- ✓ Participar da identificação e encaminhamentos de alunos que apresentem queixas escolares, incluindo dificuldades de aprendizagem, comportamentais, ou outras que influenciem o seu sucesso escolar;
- ✓ Participar ativamente do processo de integração escola-família – comunidade, realizando ações que favoreçam o envolvimento dos pais e familiares no processo educativo;
- ✓ Apoiar e subsidiar os segmentos escolares como: Conselho Escolar e Associação de Pais e Mestres;

Serviço de Atendimento Psicopedagógico

O Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, no contexto da Educação para a Diversidade, constitui-se em apoio pedagógico especializado oferecido aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, de caráter temporário ou permanente, por meio da atuação conjunta de professores com formação em pedagogia e com licenciatura em psicologia ou psicólogo, em um trabalho de equipe interdisciplinar.

A proposta é de atuação preventiva e interventiva no sentido de colaborar para a superação das dificuldades encontradas no processo de ensino e de aprendizagem, numa abordagem contextualizada ao meio sócio-histórico-cultural no qual o aluno está inserido e nas relações estabelecidas com os mediadores e a comunidade escolar.

Seu principal objetivo é promover a melhoria do processo de ensino e de aprendizagem dos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem e/ou necessidades educacionais especiais.

Tem como competências: realizar avaliação diagnóstica, processual e intervenção psicopedagógica; apoiar e subsidiar o corpo docente auxiliando-o a desenvolver estratégias educacionais que respondam às diferentes necessidades dos alunos; sensibilizar as famílias para maior participação no processo avaliativo/interventivo, tornando-as corresponsáveis no desenvolvimento e na aprendizagem dos alunos e; intervir na comunidade escolar, de forma preventiva, visando a informar e a sensibilizar sobre a importância dos procedimentos a serem adotados por esse serviço. (DIRETRIZES PEDAGÓGICAS DA SEEDF, 2009, p. 99).

Atualmente a professora Gisele Fernandes Silva Braz é a pedagoga responsável pelo setor.

Sala de Recursos

A Educação Especial deve possibilitar aos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (ANEE's) o desenvolvimento de competências permitindo-lhes uma vida plena e o usufruto da sua cidadania, além de proporcionar a convivência com outros alunos visando à ampliação de suas potencialidades.

Entendemos como Educação Inclusiva processo primordial para promover a participação social das pessoas devendo ser incentivada e investida de recursos e constituída de prioridade nos sistemas de ensino.

O processo de inclusão escolar preconiza uma escola de qualidade para todos e com todos, indistintamente, sem exclusão das minorias, como parte de um mundo inclusivo “no qual todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades de ser e estar em sociedade de forma participativa.” (Plano Orientador-p. 32)

Dessa forma, nossa Instituição de Ensino tem a responsabilidade de fazer valer os direitos dos Alunos com deficiências, oferecendo o Atendimento Educacional Especializado para o resgate a dignidade de vida, permitindo aos demais alunos à oportunidade de conviver com as diferenças e aprender a respeitá-las, fortalecendo a vivência de valores humanos como a solidariedade e a cooperação.

O Atendimento Educacional Especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula

comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (PNEE/2008-p. 16)

Dentre os serviços de apoio pedagógicos especializados relacionados nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica constam as Salas de Recursos (2001, p.50), estrutura indicada para funcionamento em instituições educacionais regulares visando atender na complementação ou suplementação pedagógica aos alunos com necessidades especiais matriculados nas classes comuns.

As salas de recursos da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal destinam-se ao atendimento de alunos com necessidades educacionais, é o espaço da escola onde se realiza o Atendimento Educacional Especializado para os alunos com necessidades educacionais especiais, por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos, pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar (MEC/SEE/2006).

As Salas de Recursos Generalistas atendem estudantes com:

- Deficiência Mental/Intelectual;
- Deficiência Física;
- Deficiência Múltipla;
- Deficiência Visual;
- Deficiência Auditiva;
- Surdo-cegueira;
- Transtorno Global do Desenvolvimento; e
- Altas Habilidades/Superdotação.

Como tal, sua organização coaduna-se com o paradigma de escola inclusiva, podendo ser constituída por mais de um professor, com formação em educação especial, e em condições de apoiar alunos, professores e demais integrantes da comunidade escolar nas questões referentes à aprendizagem, desenvolvimento e integração social desses alunos.

A fim de orientar o trabalho do professor atuante, são atribuições do professor da Sala de Recursos:

- Atuar, como docente nas atividades de complementação ou suplementação curricular;
- Interagir de forma colaborativa com o professor da classe comum na definição de estratégias pedagógicas que favoreçam a inclusão;

- Promover as condições de inclusão desses alunos em todas as atividades da escola;
- Orientar as famílias para seu envolvimento e sua participação no processo educacional;
- Informar a legislação escolar acerca da legislação que assegura a inclusão;
- Participar do processo de identificação e avaliação pedagógica das necessidades especiais e tomada de decisões quanto ao apoio especializado necessário ao aluno;
- Preparar material específico para uso dos alunos na sala de recursos;
- Orientar a elaboração de material didático-pedagógico que possam ser utilizados pelos alunos em classes comuns;
- Indicar e orientar o uso de equipamentos e materiais específicos e outros recursos existentes na família e na comunidade escolar;
- Articular a comunidade escolar para que o Projeto Pedagógico se organize numa perspectiva de educação inclusiva;
- Responsabilizar-se pela garantia da realização das Adequações Curriculares necessárias ao processo educacional dos ANEE's.

Ressalta-se que as adequações curriculares implicam a planificação pedagógica e as ações docentes fundamentadas em critérios que definem:

- O que o aluno deve aprender;
- Como e quando aprender;
- Que formas de organização de ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem;
- Como e quando avaliar.

Essas adequações não devem ser entendidas como um processo exclusivamente individual ou como uma decisão que envolve apenas o professor e o aluno, uma vez que se realizam na proposta pedagógica da instituição educacional, no currículo desenvolvido em sala de aula e individualmente.

As adequações têm o currículo regular como referência básica e adotam formas progressivas de adequá-lo, norteando a organização do trabalho de acordo com as necessidades do aluno.

A maior parte das adequações curriculares realizadas na instituição educacional é considerada de pequeno porte, visto que constituem facilmente realizadas pelo professor no planejamento das atividades docentes e representam pequenos ajustes no contexto de sala de aula.

Justificativa:

A Sala de Recursos da Escola Classe 215, foi instituída no início do ano letivo de 2008, e atualmente atende sete alunos provenientes da referida escola, inseridos em turmas de integração inversa, e classe comum inclusiva. Atualmente a professora da sala de recursos é Evanilde Paes Landim de Negreiros.

Objetivo Geral:

- Promover a inclusão e o desenvolvimento dos alunos com deficiência e TGD, em todo âmbito escolar;

Objetivo Específico:

- Favorecer o desenvolvimento global dos alunos com deficiências interação e a troca de experiências entre a comunidade escolar;

Público alvo:

Alunos portadores de:

- Deficiência Intelectual;
- Deficiência Física;
- Deficiência Múltipla;
- TGD (Transtorno Global do Desenvolvimento);
- Deficiência Auditiva; (intermediação professor itinerante/professor regente e suporte na elaboração e avaliação da Adequação Curricular);

Plano de Ação da Coordenação Pedagógica

Concepção de Ensino e de Aprendizagem:

Os pressupostos teóricos do Currículo em Movimento da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SE/EDF), entende que a escola “é um lugar de instrução e socialização, de expectativas e contradições, de chegadas e partidas, de encontros e desencontros, ou seja, um lugar onde as diversas dimensões humanas se revelam e são reveladas”. Dessa forma, entende que “o ser em formação é multidimensional, com identidade, história, desejos, necessidades e sonhos”.

Saviani (2007), por sua vez, afirma que a natureza da educação se constitui do “trabalho não-material” que se caracteriza pela “produção de ideias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes e habilidades”. Sintetizando, “trata-se da produção do saber, seja do saber sobre a natureza, seja do saber sobre a cultura” Nesta perspectiva, o autor subdivide o “trabalho não material” em duas subcategorias, uma em que a produto se separa do produtor, outra em que produto e produtor se entrelaçam no processo. “É nessa segunda modalidade do trabalho não material que se situa a educação”. Portanto, o ato de dar aula é inseparável da produção desse ato e de seu consumo.

Para a implementação do Currículo em Movimento, faz-se necessário e imprescindível “a superação das concepções de currículo escolar como prescrição de conteúdo, desconsiderando saberes e fazeres constituídos e em constituição pelos sujeitos em seus espaços de vida” Este currículo, por sua vez, abre espaço para “grandes temáticas de interesse social que produzem convergência de diferentes áreas do conhecimento como: sustentabilidade ambiental, direitos humanos, respeito, valorização das diferenças e complexidade das relações entre escola e sociedade”. Estes temas devem permear todas as atividades docentes, independente das disciplinas/componentes curriculares e os professores devem ter como referência os eixos transversais (Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade) no tratamento dos conteúdos científicos.

Pensar a aprendizagem implica “compreender o (a) estudante como um sujeito complexo, que constrói hipóteses e que, para ir ao encontro de seu pensamento, importa acolhê-lo, para trazer situações didáticas e pedagógicas de intervenção contribuindo no sentido de que repense o próprio pensamento nem a mais, nem a menos daquilo que é capaz”.

Ressalta-se que os temas que interessam aos alunos na atualidade em muitos momentos não vão ao encontro daqueles sugeridos pelos currículos, o que justifica, uma atualização constante dos saberes dos professores, gestores e da organização escolar para que estes encontrem diferentes caminhos que levem à aprendizagem e ao interesse dos educandos.

Para tanto, buscando integrar os conhecimentos do Currículo em Movimento aos temas relevantes da atualidade, perpassando estes temas com os eixos transversais do conhecimento, esta escola buscará se pautar nos referências teóricos que a SEE/DF propõe, que são aqueles da pedagogia histórico-crítica e da psicologia histórico-cultural. Estes

referenciais entendem que quando o estudante é colocado como protagonista do processo de ensino-aprendizagem, o professor como mediador do conhecimento historicamente acumulado e este planeja ações didaticamente organizadas para a formação de um sujeito histórico e social o desenvolvimento deste educando é favorecido.

A Escola Classe 215 enquanto Projeto de Educação Integral em Tempo Integral visa, de acordo com o Currículo em Movimento, ampliar tempos, espaços e oportunidades educacionais. E tem como princípios: o da “integralidade”, que visa dar a devida atenção à formação integral do indivíduo em todas as áreas da dimensão humana, com equilíbrio entre os aspectos cognitivos, afetivos, psicomotores e sociais; o da “intersectorialização”, em que projetos sociais, econômicos, culturais e esportivos sejam articulados, visando potencializar a oferta de serviços públicos como forma de contribuição para a melhoria da qualidade da educação; o da “transversalidade” que busca uma concepção interdisciplinar de conhecimento, vinculando a aprendizagem aos interesses e aos problemas reais dos alunos e da comunidade; o “diálogo entre escola e comunidade” que implica pensar na escola como um polo de indução de intensas trocas culturais e de afirmação de identidades sociais dos diferentes grupos presentes, com abertura para receber e incorporar saberes próprios da comunidade, resgatando tradições e culturas populares; o da “territorialidade” que significa romper com os muros escolares, entendendo a comunidade como um rico laboratório de aprendizagem, e por fim; o “trabalho em rede” onde todos devem trabalhar em conjunto, trocando experiências e informações com o objetivo de criar oportunidades de aprendizagem para todos os indivíduos que atuam diretamente no ambiente escolar.

Objetivos

- Diagnosticar os pontos críticos do processo de ensino aprendizagem;
- Participar da elaboração do PP da escola, responsabilizar-se em conjunto com a gestão escolar e a equipe de apoio, pela divulgação e execução do mesmo de forma participativa e cooperativa;
- Sugerir e propor atividades visando o aperfeiçoamento do trabalho pedagógico;
- Destacar a importância dos diferentes setores da escola (discentes, docentes, coordenação pedagógica, SOE, EEAA, SAE, gestão escolar) na construção do conhecimento;
- Oportunizar momentos de formação, de estudo e de reflexão sobre a prática docente e explorar alternativas de trabalho que permita a concretização da proposta pedagógica;

- Auxiliar a gestão escolar no planejamento e execução das atividades coletivas escolares;
- Buscar formas de estreitar o diálogo entre os diversos setores escolares envolvidos no processo de ensino-aprendizagem (gestão escolar, professores, Serviço de Orientação Especializada, Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem);
- Auxiliar a gestão escolar a planejar e executar projetos escolares que foquem nas dificuldades e particularidades da Escola Classe 215 de Santa Maria: Projetos para os alunos diagnosticados com dificuldade de aprendizagem; projetos para aqueles alunos que possuem alta incidência de ocorrências disciplinares ou por agressividade; projeto de aproximação da comunidade e a escola;

Metas

- Coordenar e subsidiar a elaboração de diagnósticos, tais como: Psicogênese da língua escrita, simulados de matemática que ocorrerão bimestralmente;
- Propiciar o trabalho em conjunto por área, por ano para analisar, discutir, estudar e aperfeiçoar as questões pertinentes ao processo de ensino – aprendizagem. Este processo ocorrerá dentro das “seriadas” que ocorrerão quinzenalmente;
- Incentivar e promover condições para dar continuidade aos projetos já existentes assim como dar início a novos atendendo as necessidades da unidade escolar levantadas após cada conselho de classe bimestral;
- Promover dinâmicas de grupo nos momentos de formação continuada de forma a fortalecer o trabalho da equipe diretiva, coordenação pedagógica e corpo docente;
- Levantar temas relativos às questões pedagógicas, decorrentes de demandas observadas em sala de aula para reflexão e orientação da equipe diretiva, coordenação pedagógica, corpo docente e discente. Este levantamento deverá ser realizado mensalmente para melhor sistematização desse processo. Decorrerá daí estratégias de intervenção buscando combater possíveis problemas;
- Propor um ambiente de formação contínua de modo a realizar apreciações junto aos professores sobre os seguintes temas: Bullying e violência escolar; avaliação formativa; projetos de leitura e utilização do espaço da biblioteca; matemática e ludicidade; elaboração, aplicação e avaliação da psicogênese da língua escrita; indisciplina, diversidade, sexualidade e alimentação adequada.
- Buscar parcerias com outros órgãos do governo, ou profissionais da iniciativa privada que possam ampliar as possibilidades de ensino-aprendizagem dos profissionais dos diversos

segmentos da escola (professores, gestão, coordenadores pedagógicos, SOE, EEAA, funcionários da Interativa e G&E e comunidade escolar).

Objetivos Específicos	Ações/Estratégias	Parcerias envolvidas na ação	Público-alvo	Cronograma	Avaliação das ações
Diagnosticar os pontos críticos do processo de ensino aprendizagem;	<ul style="list-style-type: none"> •Coordenar e subsidiar a elaboração de diagnósticos, tais como: Psicogênese da língua escrita, simulados de matemática que ocorrerão bimestralmente; •Propiciar o trabalho em conjunto por área, por ano, para analisar, discutir, estudar e aperfeiçoar as questões pertinentes ao processo de ensino – aprendizagem. Este processo ocorrerá dentro das “seriadas” que acontecerão quinzenalmente; •Levantar temas relativos à questões pedagógicas, decorrentes de demandas observadas em sala de aula para reflexão e orientação da equipe diretiva, coordenação pedagógica, corpo docente e discente. Este levantamento deverá ser realizado mensalmente para melhor sistematização desse processo. Decorrerá daí estratégias de intervenção buscando combater possíveis problemas; •Estabelecer metas a serem atingidas no decorrer dos bimestres ou semestres; 	<ul style="list-style-type: none"> • Equipe de gestão escolar (Direção, Vice-Direção e Supervisão) que planejam, auxiliam na execução e correção durante os diagnósticos; professores de sala de aula, que executarão os testes em sala e farão as devidas correções e contribuições; Equipe de Apoio (SOE, EEAA e SAE), que auxiliarão na execução dos testes para aqueles alunos com dificuldade de aprendizagem e com deficiência; 	<ul style="list-style-type: none"> • Estudantes do 1º ao 5º ano da Escola Classe 215; • Professores regentes de classe, professores de educação física e mediadores do Programa Novo Mais Educação 	<ul style="list-style-type: none"> • Psicogênese e simulado de matemática acontecerá bimestralmente, preferencialmente no início do bimestre; 	<ul style="list-style-type: none"> • Todas as ações serão registradas por meio de fotos, fotocópias de registros com atividades sugeridas e realizadas, feedback dos professores durante as seriadas e coletivas, e será confeccionado um portfólio com as ações da coordenação.
• Sugerir e propor atividades visando o aperfeiçoamento do trabalho pedagógico;	<ul style="list-style-type: none"> •Dentro das seriadas, levar sugestões de atividades, jogos, vídeos, fotos, exposições e outros, que auxiliem o professor a atingir as metas esperadas para o período; •Nas seriadas, planejar com os professores os melhores caminhos para atingir os objetivos propostos para o período; 	<ul style="list-style-type: none"> • Equipe de Gestão escolar (Direção, Vice-Direção e Supervisão) que auxiliarão nas sugestões e confecções das atividades; equipe de apoio (SOE, EEAA e SEA) auxiliarão nas sugestões de atividades de modo coletivo e, de modo individual, para aqueles alunos que tem dificuldade de aprendizagem, comportamento e alunos com deficiência. 	<ul style="list-style-type: none"> • Professores regentes de classe, professores de educação física e mediadores do Programa Novo Mais Educação; 	<ul style="list-style-type: none"> • As seriadas ocorrerão quinzenalmente; 	<ul style="list-style-type: none"> • Todas as ações serão registradas por meio de fotos, fotocópias de registros com atividades sugeridas e realizadas, feedback dos professores durante as seriadas e coletivas, e será confeccionado um portfólio com as

					ações da coordenação;
<ul style="list-style-type: none"> Destacar a importância dos diferentes setores da escola (discentes, docentes, coordenação pedagógica, SOE, EEAA, SAE, gestão escolar) na construção do conhecimento; 	<ul style="list-style-type: none"> Buscar parcerias com outros órgãos do governo, ou profissionais da iniciativa privada que possam ampliar as possibilidades de ensino-aprendizagem dos profissionais dos diversos segmentos da escola (professores, gestão, coordenadores pedagógicos, SOE, EEAA, funcionários da SERVIGEL E G&E e comunidade escolar); 	<ul style="list-style-type: none"> Equipe de Gestão escolar (Direção, Vice-Direção e Supervisão) que auxiliarão nas sugestões das atividades, palestras e/ou cursos de formação para os diversos segmentos escolares; 	<ul style="list-style-type: none"> professores, gestores, coordenadores pedagógicos, SOE, EEAA, funcionários da SERVIGEL E G&E e comunidade escolar; 	<ul style="list-style-type: none"> Nas coletivas de formação, que estão previstas para ocorrer quinzenalmente ou de acordo com a necessidade; 	<ul style="list-style-type: none"> Todas as ações serão registradas por meio de fotos, fotocópias de registros com atividades sugeridas e realizadas, feedback dos professores durante as seriadas e coletivas, e será confeccionado um portfólio com as ações da coordenação;
<ul style="list-style-type: none"> Oportunizar momentos de formação, de estudo e de reflexão sobre a prática docente e explorar alternativas de trabalho que permita a concretização da proposta pedagógica; 	<ul style="list-style-type: none"> Promover dinâmicas de grupo nos momentos de formação continuada de forma a fortalecer o trabalho da equipe diretiva, coordenação pedagógica e corpo docente; Propor um ambiente de formação contínua de modo a realizar apreciações junto aos professores sobre os seguintes temas: bullying e violência escolar; avaliação formativa; projetos de leitura e utilização do espaço da biblioteca; matemática e ludicidade; elaboração, aplicação e avaliação da psicogênese da língua escrita; indisciplina, diversidade, sexualidade e alimentação adequada. Buscar parcerias com outros órgãos do governo, ou profissionais da iniciativa privada que possam ampliar as possibilidades de ensino-aprendizagem dos profissionais dos diversos segmentos da escola (professores, gestão, coordenadores pedagógicos, SOE, EEAA, funcionários da 	<ul style="list-style-type: none"> Equipe de Gestão escolar (Direção, Vice-Direção e Supervisão) que auxiliarão nas sugestões das atividades, palestras e/ou cursos de formação para os diversos segmentos escolares; Equipe de Apoio (SOE, EEAA e SEA) que auxiliarão nas sugestões das atividades, palestras e/ou cursos de formação para os diversos segmentos escolares; Órgãos e entidades públicas e privadas que se interessarem em contribuir para a melhoria do processo de ensino aprendizagem no âmbito escolar; 	<ul style="list-style-type: none"> Professores regentes de classe, professores de educação física e mediadores do Programa Novo Mais Educação; 	<ul style="list-style-type: none"> As coletivas de formação continuada ocorrerão quinzenalmente; As seriadas ocorrerão quinzenalmente de forma a não chocar com as coletivas; Esporadicamente, quando houver necessidade e profissionais disponíveis, ocorrerão palestras, cursos e/ou vivências de formação; 	<ul style="list-style-type: none"> Todas as ações serão registradas por meio de fotos, fotocópias de registros com atividades sugeridas e realizadas, feedback dos professores durante as seriadas e coletivas, e será confeccionado um portfólio com as ações da coordenação;

	<p>SERVIGEL E G&E e comunidade escolar);</p> <ul style="list-style-type: none"> •Promover estudos e pesquisas para ressaltar a importância da relação teoria - prática do processo de ensino - aprendizagem; •Estabelecer em conjunto com os professores condições de planejamentos de atividades voltadas para interdisciplinaridade dos conteúdos e a integração destes com os eixos transversais do conhecimento; •Avaliar as práticas já planejadas, discutindo com os envolvidos e sugerindo inovações; 				
<ul style="list-style-type: none"> •Auxiliar a gestão escolar no planejamento e execução das atividades coletivas escolares; 	<ul style="list-style-type: none"> •Incentivar e promover condições para dar continuidade aos projetos já existentes assim como dar início a novos atendendo as necessidades da unidade escolar levantadas após cada conselho de classe bimestral; •Auxiliar a gestão escolar a planejar e executar projetos escolares que foquem nas dificuldades e particularidades da Escola Classe 215: Projetos para os alunos diagnosticados com dificuldade de aprendizagem; projetos para aqueles alunos que possuem alta incidência de ocorrências disciplinares ou por agressividade; projeto de aproximação da comunidade e a escola; 	<ul style="list-style-type: none"> •Em parceria com os professores regentes de sala, professores de educação física, profissionais do programa Novo Mais Educação, Equipe de Apoio Especializada (SOE, EEAA e SEA) e a gestão escolar (Direção, Vice Direção e Supervisão); 	<ul style="list-style-type: none"> • Todos os alunos e profissionais da Escola Classe 215; 	<ul style="list-style-type: none"> • De acordo com o calendário letivo da SEEDF e com os projetos escolares. A coordenação organizará um calendário próprio para facilitar a visualização das atividades; 	<ul style="list-style-type: none"> • Todas as ações serão registradas por meio de fotos, fotocópias de registros com atividades sugeridas e realizadas, feedback dos professores durante as seriadas e coletivas, e será confeccionado um portfólio com as ações da coordenação;
<ul style="list-style-type: none"> •Buscar formas de estreitar o diálogo entre os diversos setores escolares envolvidos no processo de ensino-aprendizagem 	<ul style="list-style-type: none"> • Levantar junto desses setores estratégias para melhorar a comunicação e as intervenções. Possibilitando assim, maior eficácia das ações escolares; 	<ul style="list-style-type: none"> •Todos os setores deverão colaborar para a melhora desse processo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar e tornar mais eficaz o atendimento à comunidade e aos alunos, bem como, o suporte aos profissionais 	<ul style="list-style-type: none"> •Por meio de reuniões periódicas (quinzenal ou mensal), de acordo com a demanda escolar, haverá o levantamento dessas estratégias; 	<ul style="list-style-type: none"> • Todas as ações serão registradas por meio de fotos, fotocópias de registros com atividades sugeridas e realizadas, feedback dos

(gestão escolar, professores, Serviço de Orientação Especializada, Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem);			da Escola Classe 215;		professores durante as seriadas e coletivas, e será confeccionado um portfólio com as ações da coordenação;
---	--	--	-----------------------	--	---

9. PLANO DE AÇÃO CONSELHO ESCOLAR

OBJETIVOS GERAIS:

- Avançar na concretização dos princípios e diretrizes constitucionais da gestão democrática, no que diz respeito à participação da comunidade escolar e local, organizadas em Conselho Escolar, na construção de uma escola de qualidade e cidadã;
- Estabelecer um ponto de partida para ações que mobilizem a comunidade escolar e local para trilhar um caminho em busca da melhoria contínua do processo educativo escolar;
- Promover regularmente a integração entre os diversos segmentos que compõem à comunidade escolar visando a uma concepção educacional comum e a unidade de propósitos e ações.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Consolidar um legítimo espaço de debate, negociação e encaminhamento de demandas educacionais, sob o ponto de vista de cada segmento representado;
- Descentralizar os deveres e ações relativos à gestão escolar para fortalecer a própria escola e reforçar a ligação família-escola e escola comunidade;
- Tornar o Conselho escolar atuante capaz de expressar comprometimento, iniciativa e efetiva colaboração na construção, no desenvolvimento, na avaliação e acompanhamento da Proposta Pedagógica.
- Participar ativamente das reuniões semestrais para construção de planejamento, avaliação e replanejamento;
- Acompanhar e fiscalizar:
 - Merenda escolar, livros e materiais didáticos;
 - Serviço de reforma e ampliação do prédio escolar;
 - Plano de aplicação e prestação de contas dos recursos financeiros;
- Participar ativamente dos eventos escolares e da divulgação da chamada da população;
- Acompanhar o desempenho dos alunos e propor medidas para superar as dificuldades;
- Mobilizar as comunidades escolar e local na participação das ações escolares;

- Elaborar e encaminhar à CRE – Santa Maria documentos que proponham alternativas de solução, visando à melhoria dos trabalhos;

Justificativa:

Por entender que a gestão democrática e participativa pressupõe uma ação organizada em constante aprendizado para a formação da consciência cidadã e que ao constituir interações entre os membros que a compõem, organizados em Conselhos Escolares, contribui para transformar a dinâmica do cotidiano escolar e para o cumprimento da sua principal função social que é o acompanhamento responsável da prática educativa que se desenvolve na escola e com o propósito de constituir uma gestão democrática mais legítima e voltada à realidade, desejos e necessidades da escola é que se percebeu a necessidade da construção de um “Plano de Ação” que venha consolidar e possibilitar a atuação de todos os segmentos da comunidade escolar de forma colaborativa, na perspectiva de efetivar o compartilhamento de responsabilidades sobre o conjunto de ações voltadas para o desenvolvimento da educação, que venha estabelecer um ponto de partida para ações que mobilizem a comunidade escolar e local para trilhar um caminho em busca da melhoria contínua do processo educativo escolar.

Ações:

Ação	Responsável	Envolvidos	Cronograma	Produto/ Instrumento/ Evidencia
Convocação para reuniões ordinárias e extraordinárias.	Conselho Escolar	Equipe gestora, membros eleitos e todos os segmentos da comunidade Escolar	Ao longo do ano.	Ata de posse do Conselho Escolar.
Criação de Blog para o Conselho Escolar.	Gestora e presidente do Conselho	Gestora e membros do Conselho Escolar	Ao longo do ano.	Visita ao Blog, fotos, vídeos e registros.
Analisar o Projeto Pedagógico da escola.	Gestora e presidente do Conselho	Gestora e membros do Conselho Escolar	Ao longo do ano.	PP

Participação efetiva em eventos programados pela UE.	Gestora e presidente do Conselho	Gestora e membros do Conselho e comunidade escolar.	No decorrer da gestão, sempre que houver necessidade	Registro em Atas e assinaturas em lista de presença, relatórios outros.
--	----------------------------------	---	--	---

PROFISSIONAIS READAPTADOS

Os profissionais da área de magistério que trabalham na EC 215 exercem apoio administrativo de forma a contribuir efetivamente com o bom andamento da escola integral. Dentre as atribuições destacam-se: apoio direto no tocante a organização da merenda escola; auxílio na conferência de documentação e escrituração escolar; atendimento pontual aos professores quanto a requisição de materiais entre outras funções pontuais.

EDUCADOR SOCIAL VOLUNTÁRIO

Educador Social é um profissional que utiliza ferramentas pedagógicas para intervir nas problemáticas dos indivíduos. Este é responsável por atividades pedagógicas, que visam a promoção e a integração social de pessoas em situação de risco, excluídas ou em vulnerabilidade social.

Dentro da perspectiva do PROEITI as principais atribuições do ESV são:

- Ministras oficinas, palestras, aulas e atividades pedagógicas para estimular a participação de crianças;
- Fazer acompanhamento visando o desenvolvimento dos educandos;
- Elaborar planejamento, relatórios e instrumentos avaliativos das oficinas;
- Realizar orientações e atendimento em grupo específicos;
- Estimular a boa convivência de educandos entre si e com colaboradores, familiares e a comunidade em geral;

MONITOR DE ENSINO ESPECIAL

O profissional de apoio escolar não é um **monitor** ou um auxiliar do professor, portanto, sua função principal é facilitar a acessibilidade do aluno com deficiência. Cada profissional deve atender, no máximo, três crianças, de forma a facilitar a inserção delas na sala de aula da melhor maneira possível.

Estratégias de Avaliação

Avaliação

A partir da análise dos Testes da Psicogênese e da avaliação Matemática diagnóstica, ficou estabelecido que os alunos que apresentam defasagem idade série e possuem histórico de retenção participarão dos Projetos Interventivos.

O principal objetivo do projeto inicialmente é despertar nos alunos o interesse pelo universo da leitura e da escrita, através dos temas centrais da Feira Literária. Paralelamente a este trabalho prático, o projeto criará situações nas quais o aluno seja levado a vivenciar situações de construção da escrita, coletivas e individuais, de maneira intercalada a uma experiência prática anterior.

A proposta de avaliação para esse projeto consiste na construção individual de um portfólio com as atividades que envolvam registro, de modo que o professor possa acompanhar a evolução da escrita do aluno, e, avaliar a necessidade de mudanças em suas intervenções.

A avaliação da aprendizagem escolar se faz presente na vida de todos nós que, de alguma forma, estamos comprometidos com atos e práticas educativas. Pais, educadores, educandos, gestores das atividades educativas públicas e particulares, administradores da educação, todos, estamos comprometidos com esse fenômeno que cada vez mais ocupa espaço em nossas preocupações educativas. O que desejamos é uma melhor qualidade de vida.

A avaliação da aprendizagem não é e não pode continuar sendo a tirana da prática educativa, que ameaça e submete a todos. Chega de confundir avaliação da aprendizagem com exames. A avaliação da aprendizagem, por ser avaliação, é amorosa, inclusiva,

dinâmica e construtiva, diversa dos exames, que não são amorosos, são excludentes, não são construtivos, mas classificatórios. A avaliação inclui, traz para dentro; os exames selecionam, excluem, marginalizam.

O ato de avaliar, devido a estar a serviço da obtenção do melhor resultado possível, antes de tudo, implica a *disposição de acolher*. Isso significa a possibilidade de tomar uma situação na forma como se apresenta, seja ela satisfatória ou insatisfatória agradável ou desagradável, bonita ou feia. Ela é assim, nada mais. Acolhê-la como está é o ponto de partida para se fazer qualquer coisa que possa ser feita com ela. Avaliar um educando implica, principalmente, acolhe-lo no seu ser e no seu modo de ser, como está, para, a partir daí, decidir o que fazer. A *disposição de acolher* está no sujeito do avaliador, e não no objeto da avaliação. O avaliador é o adulto da relação de avaliação, por isso ele deve possuir a disposição de acolher. Ele é o detentor dessa disposição. E, sem ela, não há avaliação. Não é possível avaliar um objeto, uma pessoa ou uma ação, caso ela seja recusada ou excluída, desde o início, ou mesmo julgada previamente. Que mais se pode fazer com um objeto, ação ou pessoa que foram recusados, desde o primeiro momento? Nada, com certeza! Imaginemos um médico que não tenha a disposição para acolher o seu cliente, no estado em que está; um empresário que não tenha a disposição para acolher a sua empresa na situação em que está; um pai ou uma mãe que não tenha a disposição para acolher um filho ou uma filha em alguma situação embaraçosa em que se encontra. Ou imaginemos cada um de nós, sem disposição para nos acolhermos a nós mesmos no estado em que estamos. As doenças, muitas vezes, não podem mais sofrer qualquer intervenção curativa adequada devido ao fato de que a pessoa, por vergonha, por medo social ou por qualquer outra razão, não pode acolher o seu próprio estado pessoal, protelando o momento de procurar ajuda, chegando ao extremo de 'já não ter muito mais o que fazer!'. A disposição para acolher é, pois, o ponto de partida para qualquer prática de avaliação.

É um estado psicológico oposto ao estado de exclusão, que tem na sua base o julgamento prévio. O julgamento prévio está sempre na defesa ou no ataque, nunca no acolhimento. A disposição para julgar previamente não serve a uma prática de avaliação, *porque exclui*. Para ter essa disposição para acolher, importa estar atento a ela. Não nascemos naturalmente com ela, mas sim a construímos, a desenvolvemos, estando atentos ao modo como recebemos as coisas. Se antes de ouvirmos ou vermos alguma coisa já estamos julgando, positiva ou negativamente, com certeza, não somos capazes de acolher. A avaliação só nos propiciará condições para a obtenção de uma melhor qualidade de vida

se estiver assentada sobre a disposição para acolher, pois é a partir daí que podemos construir qualquer coisa que seja.

Assentado no ponto de partida acima estabelecido, o ato de avaliar implica dois processos articulados e indissociáveis: *diagnosticar* e *decidir*. Não é possível uma decisão sem um diagnóstico, e um diagnóstico, sem uma decisão é um processo abortado. Em primeiro lugar, vem o processo de *diagnosticar*, que constitui-se de uma *constatação* e de uma *qualificação* do objeto da avaliação. Portanto, é preciso constatar o estado de alguma coisa (um objeto, um espaço, um projeto, uma ação, a aprendizagem, uma pessoa...), tendo por base *suas propriedades específicas*. A constatação sustenta a configuração do 'objeto', tendo por base suas propriedades, como estão no momento. O ato de avaliar, como todo e qualquer ato de conhecer, inicia-se pela constatação, que nos dá a garantia de que o objeto é como é. Não há possibilidade de avaliação sem a constatação.

Quando atuamos junto a pessoas, a qualificação e a decisão necessitam ser dialogadas. O ato de avaliar não é um ato impositivo, mas sim um ato dialógico, amoroso e construtivo. Desse modo, a avaliação é uma auxiliar de uma vida melhor, mais rica e mais plena, em qualquer de seus setores, desde que constata, qualifica e orienta possibilidades novas e, certamente, mais adequadas, porque são assentadas nos dados do presente.

A avaliação deve ser entendida como suporte do processo decisório da gestão da educação básica, bem como da relação ensino-aprendizagem nela desenvolvida. Esta concepção de avaliação como processo decisório:

...Muda radicalmente o processo avaliativo do aluno, não mais voltado à mera frequência e às notas das provas, mas na pesquisa e elaboração própria. Está em jogo sua capacidade de questionar e reconstruir, na teoria e na prática, com qualidade formal e política. Busca-se avaliar as condições de formação da competência, dentro de um processo evolutivo sustentado à longo prazo, através sobretudo de um sistema de acompanhamento cuidadoso e dedicado, mais do que por notas, semestre a semestre. Avaliar não é apenas medir, mas, sobretudo sustentar o desempenho positivo dos alunos (...) não se avalia para estigmatizar, castigar, discriminar, mas para garantir o direito à oportunidade. As dificuldades devem ser transformadas em desafios, os percalços em retomadas e revisões, as insuficiências em alerta. (DEMO, 2000, p. 97).

Assim, é preciso que a avaliação seja diagnóstica, processual, mediadora e formativa envolvendo toda a comunidade escolar.

O caráter diagnóstico da avaliação assume a função de um processo abrangente, cuja ênfase deve recair, não só na aprendizagem do/a aluno/a, mas também, e concomitantemente, na organização do ensino e nas relações que se estabelecem em sala de aula. Configura-se, dessa forma, como um processo reflexivo, contínuo e permanente das práticas pedagógicas, cujo objetivo principal é o planejamento e a intervenção.

A concepção de avaliação para a Escola Classe 215 deve ser processual e constituir-se na análise e reflexão do programa de aprendizagem, das atividades curriculares, do desenvolvimento do/a aluno/a, bem como da ação do/a professor/a.

Dessa forma a ação avaliativa mediadora proposta por esta escola, oportunizará aos/as alunos/as momentos de expressão e discussão dos saberes, tarefas diversificadas que auxiliam na localização das dificuldades e descobertas das soluções. Essa possibilidade de reflexão do processo ensino-aprendizagem tem como instrumento básico os registros de avaliação com anotações significativas sobre o acompanhamento dos/as alunos/as em seu processo de construção do conhecimento.

Portanto, a Escola Classe 215 propõem a avaliação formativa como instrumento de regulação da aprendizagem permitindo ao professor conhecer, sobretudo, o que o aluno aprendeu ou não, para otimizar as situações de aprendizagem propostas a cada aluno. (Perrenoud, 2004)

Nesse sentido, a avaliação formativa garantirá que os processos de construção de conhecimento se adéquem às características dos alunos, permitindo a adaptação do ensino às características individuais.

É importante ressaltar que por se tratar de uma escola inclusiva, garantirá aos alunos em processo de diagnóstico e alunos que possuam alguma necessidade educacional especial, condições diferenciadas de avaliação observando o desenvolvimento biopsicossocial, sua funcionalidade. A avaliação será uma ação conjunta e articulada entre professores de classes comuns, equipe pedagógica e professores especializados da sala de recursos para elaboração /adequações curriculares necessárias que respondam às necessidades dos alunos em todos os elementos do currículo.

Portanto, e, em consonância com o documento, Diretrizes de Avaliação da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, a avaliação dos alunos da Escola Classe 215 baseia-se na observação e no acompanhamento das atividades individuais e coletivas. Essencialmente diagnóstica e contínua, que permitirá a constatação dos avanços obtidos pelo aluno e o (re) planejamento docente considerando as dificuldades enfrentadas no processo e a busca de soluções. Os resultados das avaliações serão registrados sob forma

de relatórios individuais discursivos, construídos no Conselho de Classe ao final de cada bimestre, permanecendo como instrumento oficial o Registro de Avaliação – RAV.

Dentro de uma perspectiva de avaliação cotidiana existe no tocante ao trabalho da base diversificada a construção de um portfólio individual de cada aluno, que é uma forma de sistematizar e compilar o processo de registro.

É preciso saber “O que deve fazer parte de um Portfólio”. Na verdade, dois portfólios nunca são iguais, porque as crianças são todas diferentes e, assim, suas atividades pedagógicas também devem ser diferentes. Da mesma forma, dois professores não deveriam criar portfólios que sejam exatamente iguais, embora possam utilizar os mesmos princípios e as mesmas estratégias de organização desse material.

O portfólio é definido como uma coleção de itens que revelam, conforme o tempo passa, os diferentes aspectos do crescimento e do desenvolvimento de cada criança: essa é a melhor resposta que podemos dar aos professores.

Essas coleções podem ser iniciadas com um único tipo de item, como amostras de trabalhos, e gradualmente ser amplificadas, de modo que incluam mais tipos de itens. Cabe aqui ressaltar que servem para o portfólio atividades de rotina como produções, relatos, pesquisas, e diversas tarefas que ressaltem o desenvolvimento de cada criança nas diversas áreas do conhecimento.

Isso garante ao professor mais tempo para testar, adaptar e dominar cada nova estratégia de avaliação, antes de avançar para a próxima etapa.

A avaliação baseada em portfólios pode e deve concentrar a atenção de todos (das crianças, dos professores e dos familiares) nas tarefas importantes do aprendizado. O processo pode estimular o questionamento, a discussão, a suposição, a proposição, a análise e a reflexão.

Instruções para a construção do Portfólio do Aluno

- Envolver a família no processo de construção do portfólio do aluno;
- Comunicar à família sobre a importância deste material, esclarecendo seu objetivo, demonstrando assim, que os educadores desta unidade escolar estão interessados na maneira como o aluno, em particular, cresce e aprende;
- Utilizar métodos variados para observar e documentar o progresso do aluno.

- Organizar o portfólio significa guardar, colecionar os trabalhos que o aluno desenvolva em sala de aula ou em outro ambiente;
- Registrar através de fotos, registro de observação do professor e atividade do aluno;
- Levar em conta que o portfólio tem caráter avaliativo, e deve registrar o desenvolvimento do aluno;
- As atividades selecionadas (textos escritos, fotos, atividades do aluno, etc) deverão ser significativas, apontando gradativamente o desenvolvimento do aluno.

Como forma de estabelecer uma avaliação que envolva os aspectos biopsicossociais de cada aluno, foi construída uma proposta que registra o avanço de tais aspectos em forma uma avaliação processual(documento anexo).

Faz-se pertinente ressaltar algumas das avaliações em larga escala implementadas pelo Estado:

- SIPAE/DF - O objetivo do SIPAEDF é aferir a qualidade da educação do Distrito Federal, acompanhando o desempenho dos estudantes do Ensino Fundamental.
- ANA – A Avaliação Nacional da Alfabetização é um dos instrumentos do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e mede os níveis de alfabetização e letramento em língua portuguesa, a alfabetização em matemática e as condições de oferta do ciclo de alfabetização das redes públicas.
- SAEB- O Saeb, Sistema de Avaliação da Educação Básica, de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), é um sistema composto por três avaliações externas, que são aplicadas em larga escala e que têm como principal objetivo diagnosticar a Educação Básica do Brasil.

Conselho de Classe

É importante perceber que o Conselho de Classe é um fórum de discussão e tomada de decisões, sobre um grupo ou um aluno em particular, dessa forma, é preciso buscar instrumentos e critérios que permitam diagnosticar as principais dificuldades encontradas ao longo do processo, para assim promover um novo planejamento e elaboração de estratégias que possam auxiliar de maneira coerente às necessidades da turma e/ou de um aluno em específico, principalmente se considerar necessário a intervenção junto à família ou contar com auxílio de órgãos externos.

Na nossa escola teremos duas modalidades de Conselho de Classe: uma entre o corpo docente (a maneira convencional) outra na modalidade participativa com a presença de pais, alunos, professores, direção e equipe pedagógica.

As funções gerais de um conselho de classe:

De acordo com o Regimento Interno das Escolas Públicas do Distrito Federal

Art. 41. Compete ao Conselho de Classe:

- Acompanhar e avaliar o processo de ensino aprendizagem dos alunos;
- Analisar o rendimento escolar dos alunos a partir dos resultados das avaliações;
- Propor alternativas que visem o melhor ajustamento dos alunos com dificuldades;
- Sugerir procedimentos para resolução dos problemas no processo de aprendizagem dos alunos que apresentem dificuldades;
- Discutir e deliberar sobre a aplicação do regime disciplinar;
- Deliberar sobre os casos de aprovação e reprovação de estudos.

Conselho de Classe Participativo

A Gestão Democrática prevista pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei nº 9394/1996) em seu artigo 12. inciso VI, estabelece uma nova perspectiva de Planejamento Participativo, possibilitando a autonomia das escolas em definir as suas regras democráticas bem como a participação da Comunidade Escolar.

Nesse intuito, consideramos prioritário aos responsáveis por toda dinâmica da ação educativa, repensar o processo ensino-aprendizagem dos educandos, envolver e comprometer pais, alunos e gestores para que todos possam participar da tomada de decisões coletivamente e contribuir para uma melhor qualidade do ensino.

Sendo assim, entendemos que para que o processo de gestão da escola seja realmente participativo e democrático necessita promover a colaboração efetiva de todos os segmentos envolvidos. Neste sentido resolvemos que o Conselho de Classe Participativo acontecerá ao final do primeiro semestre e do ano letivo, ou, extraordinariamente, quando convocado pela equipe gestora da Instituição educacional como previsto no *Regimento Interno das Escolas Públicas do DF*.

Devem participar do Conselho de Classe: o Orientador Educacional, o diretor ou vice, o Coordenador Pedagógico com a presença de todos os alunos e professor regente da

turma, bem como pais ou responsáveis, o representante da Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem e do Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos).

Nesse contexto, é necessária uma nova dinâmica para o Conselho de Classe, possibilitando uma reflexão avaliativa dos conteúdos dados, a qualidade do trabalho desenvolvido, o aproveitamento dos alunos, o desempenho e a metodologia utilizada pelos professores bem como a estrutura física e a administração geral da escola na melhoria do ensino e da Instituição Escolar como um todo. Procuramos, com isso, construir uma nova possibilidade de Planejamento Participativo na escola, que parte das necessidades reais estabelecidas pela comunidade escolar. Atribui-se, portanto, *outro caráter ao Projeto Pedagógico, isto é, o caráter da legitimidade e da coletividade*, uma vez que estarão inseridos nestas propostas concretas de construção do espaço escolar, cuja qualidade se faz de acordo com os interesses de seus participantes.

Dentro da perspectiva de educação integral faz-se primordial a realização de um conselho de classe que envolva todos os professores de cada aluno, seja por segmento, ano, etc. Dessa forma, será articulada através da direção da escola, momentos bimestrais em que os professores realizem um conselho unificado com a visão dos dois professores da turma, do professor de educação física e dos demais profissionais que acompanham cada turma.

Para que tal momento seja executado de forma significativa e participativa, faz-se imprescindível que durante a última semana de cada bimestre o horário de aula seja de forma compactada, garantindo-se assim o dia letivo do aluno com uma carga diária de 5 horas e um conselho de classe e análise de cada turma completa, uma vez que no período da tarde os professores se encontram para realização do conselho de classe.

Tais perspectivas serão de porte pedagógico e toda comunidade escolar encontra-se disposta a vivenciar tal estrutura avaliativa.

10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Os fundamentos da educação integral vêm sendo discutido por vários estudiosos e rege sobre a relevância da compreensão adequada de educação e ensino, já que nas ciências pedagógicas e sócias a realidade toma olhares e dizeres, através de conceitos

e práticas e esta realidade multifacetada evita a explicação de uma única vertente. Os novos paradigmas ditam (preveem) incertezas refazendo novos caminhos a se trilhar, determinando reconfigurações de identidade sociais. Conceitos visíveis mostrados em ações coletivas da classe, fenômenos relacionados ao processo de constituição de indivíduos em sujeitos autores, relacionando a dialética de uma sociedade de identidades, somente podem ser significadas nas diferenças.

Para definir os fundamentos da educação integral tomamos como base os conceitos sociais, psicológicos, biológicos e filosóficos.

Entendemos como conceito social, aquele que dita e projeta o aluno como um ser social, que interage de acordo com a sociedade em que vive. Os fundamentos sociológicos postulam que os educadores devem oferecer ao aluno a capacidade de se adaptar em qualquer âmbito da sociedade independente da camada social que ele ocupa e isto deve ser feito de forma gradativa através da classe (turma).

Já os conceitos psicológicos consideram a educação como qualquer situação que produz ou conduz à aprendizagem e dentro do âmbito da educação considera a sistematização e a capacidade de transformação como atributos principais. Os conceitos biológicos levam ao professor noções para que ele possa entender os fatores biológicos que insere diferenças entre os alunos, para que seja trabalhado de forma que essas diferenças possam desaparecer, ou seja, atuando sobre as variações individuais da espécie humana não deixando tais variações interferir no processo ensino/aprendizagem. Os conceitos filosóficos buscam no educador a prática de filosofar sobre o que faz a fim de usar este processo na melhoria da educação.

Para definir currículos e programas usaremos a concepção de currículo que o definimos como um conjunto de conhecimentos e habilidades intelectuais selecionados e transformados em saberes escolares, aplicados aos nossos alunos a fim de direcioná-los a uma educação de qualidade, onde não se deve ignorar os saberes populares e a bagagem que o aluno carrega em si. Deve-se ser agregado em uma perspectiva de unidade ao currículo, influenciando sobre o aluno, trazendo um conjunto de elementos como: material didático, atividades, relação aluno/professor, aluno/escola, ambiente físico e sociológico no qual o aluno é submetido. É pensar o currículo escolar não fragmentado e sim adequado à idade e realidade de cada aluno.

Assim como a educação, o currículo escolar, em sua trajetória histórica vem sofrendo alterações e sendo alvo de discussão por estudiosos, que tentam entender, montar e delinear as funções do currículo escolar. No entanto defendemos a ideia de que o conteúdo curricular

da educação deve ser passado ao aluno de forma criativa e lúdica, abrangendo todos os segmentos ao qual o aluno é submetido. Conteúdo este que deve ser exposto de forma que, venha interagir com a vida do aluno fora da escola.

A educação e ensino nunca caminharam próximos, no entanto, há ainda um grande abismo entre eles. Pois ainda existe, profissionais que olham a educação, como adestramento de sujeitos, levando o aluno a ver o ensino como ameaça e despertando nele o desejo de libertação, levando-o a fuga. Em consequência de fatores pelas várias lutas, a história inverteu estes objetivos dando ênfase aos sinais. A educação, do povo foi e ainda é temida, enquanto se defende a ideia que toda criança tem direito a escola. A educação em todos os seus aspectos deve abranger o conceito onde descobrimos os educandos como gente e não apenas como alunos, humanos, aprendizes e hora “ensinadores” de algo mais do que nossa matéria. Relativizando conteúdos, repensando, selecionando- os em função dos alunos, de sua formação e educação. Diante deste processo, de redefinir o saber escolar, as funções sociais, políticas e culturais da escola em função de projetos de sociedade e de ser humano, de cidade e de cidadania não perdemos a centralidade nem do conhecimento, nem do ofício de ensinar.

Considerando a Lei de Diretrizes e Bases - 9394/96, a escola se propõe a um trabalho baseado nas diferenças individuais e na consideração das peculiaridades de cada um.

Embora as crianças desenvolvam suas capacidades de maneira heterogênea, a educação tem por função criar condições para o desenvolvimento integral de todos, considerando, que esta Unidade Escolar baseia sua proposta pedagógica na perspectiva da Educação em Tempo Integral e de forma Inclusiva propiciando assim o desenvolvimento de capacidades envolvendo aquelas de ordem física, afetiva, cognitiva, ética, estética, de relação interpessoal e inserção social.

A concepção de currículo, adotada pela Escola Classe 215 de Santa Maria pretende ultrapassar a estrutura linear e compartimentalizada das disciplinas isoladas e desarticuladas. Assim, busca relações de reciprocidade e colaboração entre as diversas áreas em uma atitude dialógica e cooperativa permanente, necessária à compreensão das múltiplas relações que constituem o mundo da vida, no qual os sujeitos, mediados pela comunicação, organizam-se e interagem construindo saber, cultura e condições necessárias à existência. Corroborar com essa ideia FERRAÇO:

Pensar os currículos de uma escola pressupõe, então, viver seu cotidiano que inclui, além do que é formal e tradicionalmente estudado, toda uma dinâmica das relações estabelecidas, ou seja, para se poder falar dos currículos praticados nas escolas, é necessário estudar os hibridismos culturais vividos nos cotidianos. (2006, p. 10)

O currículo deve redimensionar, constantemente, os espaços e tempos escolares, revendo concepções e práticas pedagógicas. Nesse contexto, a formação permanente dos/as educadores é indispensável, promovendo a cooperação entre os implicados no processo educativo, possibilitando mudanças, a partir de uma práxis reflexiva, tendo em vista a qualificação do processo de ensino – aprendizagem.

Todo o processo de educação escolar, por ser intencional e sistemático, implica a elaboração e realização de um programa de experiências pedagógicas a serem vivenciadas em sala de aula, na escola e fora dela. O currículo é entendido aqui como o conjunto dessas atividades, carregadas de sentido, com uma intencionalidade educativa, capaz de indicar os caminhos, admitindo mudanças, atalhos e alterações significativas em busca da aprendizagem de todos os alunos. Assim, a educação ultrapassa a reprodução de saberes e fazeres, possibilitando a troca de experiências e a construção de aprendizagens significativas.

Dessa forma, o currículo está diretamente relacionado ao contexto sócio-político-cultural e, assim, é construído de forma dinâmica e participativa através de uma abordagem interdisciplinar, tendo em vista, prioritariamente, a formação do cidadão comprometido eticamente com a transformação da sociedade.

Dentro da perspectiva de educação integral ampliou-se a opção por operacionalizar o currículo, através da elaboração de projetos, que de forma eficaz pudessem desenvolver os conteúdos e procedimentos previstos nas Orientações Curriculares de forma mais elaborada e possível de se acompanhar. A fim de garantir a eficácia dessa decisão buscamos referenciais teóricos que pudessem dar base para o trabalho.

No quesito alfabetização temos como referência a psicolinguista argentina, Emília Ferrero. Sua concepção do processo de alfabetização tem influência fundamental no nosso dia-a-dia. Através da Psicogênese da Língua Escrita compreendemos os processos de aprendizado das crianças e assim conduzimos o planejamento das atividades diárias. Por meio de observação constante acompanhamos as crianças na construção do próprio conhecimento e na sua aprendizagem. Esse acompanhamento nos fornece elementos para

elaborar intervenções dinâmicas que garantam que as crianças efetivamente aprendam a ler e escrever.

Nas questões ligadas a leitura e escrita e com a intenção de formarmos verdadeiros leitores/produtores de textos, e norteados pela pesquisa da professora-pesquisadora em didática da língua materna, Josette Jolibert, desenvolvemos o Projeto da Feira Literária e Científica, que tem como foco a utilização/estudo de todos os tipos/gêneros de textos, em situações concretas do uso da língua. Executamos o projeto, planejando rotinas e atividades que favorecem o estudo dos mais diversos textos em situações que os habilitem a reconhecerem a função social da escrita. Queremos crianças que saibam usar a língua tendo pleno conhecimento do que estão fazendo, para quê e para quem, pois acreditamos que é somente desta forma que o aluno desenvolverá estratégias de autonomia no ato de ler e escrever.

No processo de estudo da matemática destacamos a enorme influência que há vários anos a teoria de Constance Kamii tem sobre nosso trabalho. Cada conteúdo/procedimento proposto no currículo é trabalhado por nós com o objetivo de desenvolver nas crianças a autonomia ou confiança em sua habilidade matemática. Orientadas pelos estudos de Piaget, Kamii, Nilza Bertoni,, Ubiratam D'ambrósio e outros que são da linha da educação matemática, buscamos inúmeras possibilidades de trabalho e ressaltamos algumas posturas essenciais: priorizamos o raciocínio lógico-matemático; prestigiemos a interação social e o uso de situações da vida diária; valorizamos e incentivamos a utilização de procedimentos próprios na solução de problemas; exploramos o valor dos algarismos conforme a posição que ocupam; realizamos diariamente a análise e a reflexão sobre o sistema de numeração, evitamos memorizações desnecessárias; encorajamos a conquista de desafios; buscamos entender a lógica existente nos erros como "elemento de estudo"; proporcionamos o confronto entre o raciocínio de um aluno e o dos colegas e etc.

Nos outros conteúdos, a seleção e organização dos direitos de aprendizagem e dos conteúdos programáticos se baseiam nas orientações e documentos da Secretaria de Educação, sem perder a autonomia de selecionar aquilo que o plano pedagógico vê como saber necessário para a formação do aluno.

Com a nova perspectiva de um atendimento em Tempo Integral, a Escola Classe 215 abrange o seu currículo a fim de atender a seus alunos de forma ampla. Para isso, faz-se necessária uma nova proposta curricular, onde a Educação Básica é ampliada e oficinas são inseridas na grade curricular, como expressa a seguir:

Segue: Grade Curricular da Escola Classe 215 de Santa Maria para o ano de 2020.

Grade Curricular da Escola Classe 215 de Santa Maria em 2020:

PARTES DO CURRÍCULO	COMPONENTES CURRICULARES						Responsável
		1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	
BASE NACIONAL COMUM	Atividades 1. Língua Portuguesa; 2. Matemática; 3. História; 4. Geografia; 5. Ciências; 6. Psicomotricidade 7. Artes	28	28	28	28	28	Professores Regentes
	Atividades Esportivas- 1. Educação Física;	02	02	02	02	02	Professor de Educação Física
PARTE DIVERSIFICADA	Projeto interdisciplinar – Acompanhamento Pedagógico; 1- Letramento de Português/Literatura; 2- Letramento de Matemática;	06	06	06	06	06	Mediadoras Professor regente
	Projeto interdisciplinar – Promoção à Saúde 3- Alimentação; 4- Higiene;	05	05	05	05	05	Professores regentes
	Projeto interdisciplinar/arte Cultura 5- Teatro 6- Música 7- Leitura	05	05	05	05	05	Educador Social Professor
	Projeto interdisciplinar – Tecnologia 8- Robótica	02	02	02	02	02	Professor e Educador Social
	Projeto interdisciplinares- Ciências 9- Horta/Culinária	01	01	01	01	01	Educador Social
Recreio/intervalos dirigidos 10- Intervalo dirigido	01	01	01	01	01	Professores Regentes	
TOTAL SEMANAL DE MÓDULOS-AULA		50	50	50	50	50	
TOTAL ANUAL DE HORAS		2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	

Cada atividade foi pensada com base na análise do perfil geral da escola, levando em consideração o público alvo e a comunidade como um todo:

Objetivos Gerais das Oficinas

Nesta nova perspectiva de Educação Integral, a Escola Classe 215, visa ampliar o atendimento do aluno nos aspectos pedagógicos, sociais e culturais. Para que isso seja possível precisamos adotar meios e métodos que valorizem nosso aluno e ao mesmo tempo buscar trabalhar dentro de uma proposta inovadora e consciente, pois encontramos desafios e precisamos preparar os alunos e ao mesmo tempo estarmos preparados para novas mudanças.

Nesse processo contínuo, é necessário partilhar as ideias e desenvolver o pensamento, pois “o aluno não nasce pronto”, é necessário que lhe seja inserido informações, orientações e ao mesmo tempo, conduzi-lo ao caminho da descoberta, da expectativa. Sabemos que o aluno motivado, aprende com mais facilidade, com mais interesse, e consegue estabelecer relações entre sua vivência e o que acontece ao seu redor.

O importante é esclarecer que a aprendizagem vivenciada é duradoura, progressiva, e não podemos ser “os responsáveis” em deixar “lacunas” na aprendizagem dos alunos. Devemos procurar meios e formas adequadas de conduzir o nosso aluno a um crescimento pessoal, intelectual e fazê-lo um “aluno criativo, feliz”, capaz de realizar suas atividades com interesse, bom desempenho e vontade de aprender.

Objetivando levar a criança a uma aprendizagem mais significativa e de modo lúdico, faz-se necessárias atividades intensificadoras no que tange a aquisição de habilidades na leitura, escrita, na produção textual, raciocínio lógico, no convívio social, no desenvolvimento do corpo e da mente. Temos como ponto de partida a inserção de oficinas de aprendizagem como parte de nosso currículo.

Oficina: Letramento de Português/Literatura/Projeto Interventivo

OBJETIVOS GERAIS

- Permitir ao aluno que compreenda o seu potencial;
- Criar condições favoráveis que leve o aluno a aproximar-se mais do conhecimento, principalmente o que tange ao uso da leitura e da escrita;
- Estimular o aluno a localizar os erros;
- Criar novas técnicas, métodos e procedimentos para trabalhar as atividades, as quais o aluno apresenta dificuldades;

- Estimular o aluno a solucionar suas dúvidas, proporcionando um conhecimento amplo sobre o assunto estudado.
- Despertar o gosto pela leitura, vislumbrando a obra literária em seu sentido estético, a fim de contribuir para a formação de leitores;
- Propiciar um momento de reflexão a partir das estratégias utilizadas por personagens perante situações conflituosas;
- Utilizar a apreciação estética literária para contribuir com a construção positiva da identidade dos estudantes, além de estimular a construção do respeito à diversidade e da autoestima;
- Estimular a prática docente voltada para a utilização da Literatura infantil no espaço escolar, de modo que haja cotidianamente o incentivo à formação de leitores.
- Trabalhar e abordar a maior diversidade possível de gêneros textuais, por ano conforme o diagrama a seguir:

1º. Ano	2º. Ano	3º. Ano	4º. Ano	5º ano
Não verbal Listas Rótulo Lenda Fábulas Embalagens Calendários Tiras Cantigas Infantis Receitas Biografias Cartas Poemas Contos de Fada Literatura Infantil	Rótulo Slogan Anedotas Regras de Jogo Lendas Fábulas Embalagens Calendários Calendários Quadrinhos Cantigas Receitas Biografias Cartas Poemas Contos Infantis Anúncios Não verbal Manchetes Mitos Folhetos Publicitários Parlendas Advinhas Cartazes Legendas Literatura Infantil	Slogan Anedotas Regras de Jogo Lendas Fábulas Embalagens Calendários Quadrinhos Cantigas Receitas Biografias Cartas Poemas Contos Anúncios Não verbal Manchetes Mitos Folhetos Panfletos Informativos Científicos Novelas Infantis Dicionários Enciclopédias Contas de Águas, luz,... Literatura Infantil	Regras de Jogo Lendas Fábulas Instrucionais Quadrinhos Músicas Receitas Biografias Bulas Cartas Poemas Contos Anúncios Não verbal Manchetes Classificados Propagandas Mitos Reportagens Informativos Científicos Dicionário Enciclopédia Crônicas Trava língua Postais Estatutos Declarações Literatura Infantil	Instrucionais Tiras de Jornal Músicas Receitas Biografias Cartas de Leitor Poemas Contos E-mails Não verbal Mitos Entrevistas Notícias Informativos Científicos Novelas Verbetes Dicionário Enciclopédia Crônicas Legendas Romances Diagramas Tabelas Roteiros Relatos Cordel Formulários Estatutos Declarações Diários Pessoais Literatura

Oficina: Letramento de Matemática/Projeto Interventivo

OBJETIVOS GERAIS

- Incorporar soluções alternativas, reestruturar e ampliar a compreensão acerca dos conceitos envolvidos de acordo com o conteúdo pretendido;
- Desenvolvimento da capacidade de investigação e da perseverança na busca de resultados, valorizando o uso de estratégias de verificação e controle de resultados,
- Predisposição para alterar a estratégia prevista para resolver uma situação-problema quando o resultado não for satisfatório,
- Reconhecimento que pode haver diversas formas de resolução para uma mesma situação- problema e conhecê-las,
- Valorização e uso da linguagem matemática para expressar-se com clareza, precisão e concisão,
- Estimular o trabalho coletivo, colaborando na interpretação de situações-problema, na elaboração de estratégias de resolução e na sua validação.

Oficina: Alimentação

OBJETIVOS GERAIS

- Adquirir hábitos e atitudes necessárias para uma boa alimentação;
- Identificar os diferentes tipos de vitaminas e suas funções;
- Reconhecer a importância de uma boa alimentação;
- Diferenciar grupos de alimentos e suas funções;
- Incentivar aos bons hábitos alimentares;
- Conscientizar os alunos sobre a importância e os motivos pelos quais nos alimentamos;
- Reconhecer os alimentos que fazem bem à nossa saúde;

Oficina: Higiene

OBJETIVOS GERAIS

- Levar o aluno a perceber a necessidade de adquirir bons hábitos de higiene;
- Identificar e criar o hábito de uma boa higiene e cuidados com o corpo para ser saudável;
- Desenvolver independência para manter sua higiene pessoal;
- Desenvolver hábitos diários de higiene;

EDUCAÇÃO FÍSICA

Justificativa

A implantação das aulas de Educação Física ministradas por professor especialista nos anos iniciais visa democratizar o acesso a essa prática pedagógica, desenvolvida de forma interdisciplinar e entendida como área de conhecimento, historicamente constituída, que envolve as dimensões afetivas, cognitivas e socioculturais dos estudantes.

O processo de ensino e aprendizagem de Educação Física tem seus fundamentos nas concepções de corpo e movimento. Conforme Piaget (citado por FONSECA, 1987), “a inteligência tem origem na ação e ação é movimento (ou ausência consciente de movimento). A ação é inteligência em movimento.” Portanto, o ensino da Educação Física não se restringe ao simples exercício de certas habilidades e destrezas. Não visa à repetição de gestos estereotipados com vistas a mecanizá-los, e reproduzi-los. É preciso possibilitar ao sujeito refletir sobre suas possibilidades corporais para que possa de maneira autônoma, exercê-las.

Baseado nessa premissa, a Educação Física deve estar integrada de forma significativa ao cotidiano escolar, uma vez que a ludicidade, e todos os elementos da cultura corporal do movimento, são esferas da vida social e fundamentais ao desenvolvimento da criança. Este desenvolvimento implica planejar, experimentar, avaliar, escolher, interagir, enfim, aprender a movimentar-se, levando em conta a diversidade humana e o contexto histórico social.

Objetivo Geral – Na perspectiva da ampliação do atendimento na rede da SEEDF:

Implementar, de forma gradativa, o Projeto Piloto Educação com Movimento nas turmas de séries iniciais do Ensino Fundamental, iniciando por uma escola-polo de cada Coordenação Regional de Ensino, nos turnos matutino e vespertino, que tenha, preferencialmente, classes de correção da distorção idade/série, afim de que, de forma

interdisciplinar, promova a formação integral do estudante ampliando o seu repertório de experiências corporais mediante a intervenção pedagógica de um professor especializado nesta área, o professor de Educação Física.

Objetivos Específicos:

- Aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem dos conteúdos da cultura corporal presentes na Educação Física, tais como: o jogo, a brincadeira, o esporte, a luta, a ginástica e a dança mediante a intervenção pedagógica de um professor especialista nesta área do conhecimento que integrado e inter-relacionado ao trabalho do professor regente, contemple um melhor atendimento das necessidades pedagógicas do estudante dos anos iniciais do Ensino Fundamental;

- Fortalecer o vínculo do estudante com a escola visando à melhoria da aprendizagem daqueles que estão em defasagem idade/série por meio de um atendimento pedagógico diferenciado utilizando instrumentos específicos da Educação Física, tais como: eventos esportivos, festivais de dança, de lutas e ginástica que resultem em uma aprendizagem adequada ao prosseguimento dos estudos ou ao avanço para a série/ano indicada (o) pela equipe de professores e da direção da instituição educacional no Conselho de Classe da turma do estudante.

- Adquirir conhecimento de como melhorar a qualidade do movimento, conhecendo as informações essenciais das habilidades motoras básicas e suas combinações, para aplicá-las na organização espacial e temporal dos diferentes jogos;

- Ampliar seu repertório motor, demonstrando capacidade de executar as habilidades básicas de locomoção, manipulação, estabilização e suas combinações;

- Adquirir conhecimentos acerca das dimensões biológicas, comportamentais e socioculturais do movimento, suas implicações e os aspectos conceituais inerentes a ela;

- Ter acesso à cultura do movimento, conhecendo a história, as regras e as curiosidades sobre jogos, esportes, atividades rítmicas e expressivas, ginástica e lutas.

Música

Tratada como linguagem universal, a música é atualmente parte do cotidiano de qualquer pessoa. Sendo incorporada e encontrada nos mais variados contextos: por meio de fontes de entretenimento como novelas, filmes ou festas; ou até mesmo em ambientes de trabalho, na busca por uma atmosfera convidativa e favorável.

Desde criança brincadeiras de roda e cantigas propiciam nosso contato inicial com melodias e canções, contato esse que ganha dimensão cada vez maior com o passar dos anos. Música é, afinal, parte de qualquer cultura e reflete valores e costumes de toda sociedade.

4.1 Música ensina de forma lúdica e divertida, aumentando o desempenho do aluno

Não é raro vez ou outra professores e alunos enfrentarem dificuldades em de sala de aula. Seja a didática escolhida, o grau de complexidade do assunto, ou mesmo determinadas características pessoais a cada um deles; nem sempre a transmissão e aprendizagem da matéria consegue acontecer e fluir facilmente.

Para esses momentos a música pode atuar como elemento auxiliador e potencializador do ensino. A composição de melodias sobre a temática, utilização de determinada canção relacionada ao assunto, ou adoção de estratégias similares contribuem para descontrair o ambiente e quebrar a tensão em classe.

Unindo o lúdico ao processo de aprendizado, os alunos poderão ter um desempenho melhor, dada a atmosfera mais acolhedora e estimulante. Além disso, a grande vantagem é que independente da matéria, a música poderá atuar no processo de troca de conhecimentos, justamente por conta da diversidade de maneiras e táticas para seu emprego.

MÚSICA PODE REFLETIR CONTEXTOS HISTÓRICOS E INSERIR OS ALUNOS DENTRO DA CULTURA LOCAL E REGIONAL

A música reflete os valores e costumes de qualquer sociedade. Dessa forma, sua utilização dentro do cenário escolar poderá contribuir e possibilitar ao aluno conhecer as raízes da música brasileira e preservar nosso patrimônio. Maximizando, por consequência, seu entendimento cultural.

Ademais, como é retrato de nossa sociedade, poderá contribuir em disciplinas tais como história e literatura, através da análise de canções cujo tema seja reflexo do período histórico estudado.

Música pode ajudar a integração e interação entre alunos

Seja pela criação de grupos específicos como corais, orquestras ou mesmo pela utilização cotidiana em sala de aula, se tratando de algo em comum interesse entre os alunos, a música poderá estimular a cooperação e proatividade entre eles, reforçando o sentimento grupal e auxiliando a interação mesmo entre aqueles mais tímidos.

No caso do seu ensino como disciplina, ou através do desenvolvimento de projetos, ela poderá introduzir o sentido de parceria, pela necessidade de harmonização de vozes e instrumentos, o que contribui, ainda, no desenvolvimento de conceitos como sincronia e estilos.

MÚSICA ESTIMULA NOVAS HABILIDADES E FORMAS DE EXPRESSÃO

Diversas aptidões conseguem ser aprimoradas pelo uso da música. Enquanto o uso de sons estimulará habilidades auditivas, e os gestos e danças derivados poderão influenciar no desenvolvimento motor, a prática do canto será determinante para o aprimoramento das capacidades de respiração e concentração.

No campo cognitivo, os benefícios também são múltiplos, já que o estímulo a criatividade promoverá o impulsionamento de novas formas de expressão, atuando por consequência na melhoria da autoestima dos alunos.

Além de projetos e/ou oficinas esporádicas, mas o ensino perene e busca pela integração com as demais matérias.

Num quadro geral, a educação musical promoverá as crianças, ainda, melhorias significativas na sua cultura escolar, com a integração e aperfeiçoamento do desempenho dos alunos e otimização do ensino como um todo.

Tais benefícios servirão de indicadores de qualidade e poderão ser determinantes no grau de credibilidade percebido dentro da região em que o colégio atua, atraindo cada vez mais pais e alunos.

Musicalização

Tratada como linguagem universal, a música é atualmente parte do cotidiano de qualquer pessoa. Sendo incorporada e encontrada nos mais variados contextos: por meio de fontes de entretenimento como novelas, filmes ou festas; ou até mesmo em ambientes de trabalho, na busca por uma atmosfera convidativa e favorável.

Desde criança brincadeiras de roda e cantigas propiciam nosso contato inicial com melodias e canções, contato esse que ganha dimensão cada vez maior com o passar dos anos. Música é, afinal, parte de qualquer cultura e reflete valores e costumes de toda sociedade.

Música ensina de forma lúdica e divertida, aumentando o desempenho do aluno

Não é raro vez ou outra professores e alunos **enfrentarem dificuldades** em de sala de aula. Seja a didática escolhida, o grau de complexidade do assunto, ou mesmo determinadas características pessoais a cada um deles; nem sempre a transmissão e aprendizagem da matéria consegue acontecer e fluir facilmente.

Para esses momentos a música pode atuar como **elemento auxiliador e potencializador do ensino**. A composição de melodias sobre a temática, utilização de determinada canção relacionada ao assunto, ou adoção de estratégias similares contribuem para descontrair o ambiente e quebrar a tensão em classe.

Unindo o lúdico ao processo de aprendizado, os alunos poderão ter um desempenho melhor, dada a atmosfera mais acolhedora e estimulante. Além disso, a grande vantagem é que independente da matéria, a música poderá atuar no processo de **troca de conhecimentos**, justamente por conta da diversidade de maneiras e táticas para seu emprego.

MÚSICA PODE REFLETIR CONTEXTOS HISTÓRICOS E INSERIR OS ALUNOS DENTRO DA CULTURA LOCAL E REGIONAL

A música **reflete os valores e costumes** de qualquer sociedade. Dessa forma, sua utilização dentro do cenário escolar poderá contribuir e possibilitar ao aluno conhecer as raízes da música brasileira e **preservar nosso patrimônio**. Maximizando, por consequência, seu entendimento cultural.

Ademais, como é retrato de nossa sociedade, poderá **contribuir em disciplinas** tais como história e literatura, através da análise de canções cujo tema seja reflexo do período histórico estudado.

MÚSICA PODE AJUDAR A INTEGRAÇÃO E INTERAÇÃO ENTRE ALUNOS

Seja pela criação de grupos específicos como corais, orquestras ou mesmo pela utilização cotidiana em sala de aula, se tratando de algo em **comum interesse** entre os alunos, a música poderá estimular a cooperação e proatividade entre eles, reforçando o sentimento grupal e auxiliando a interação mesmo entre aqueles mais tímidos.

No caso do seu ensino como disciplina, ou através do desenvolvimento de projetos, ela poderá introduzir o **sentido de parceria**, pela necessidade de harmonização de vozes e instrumentos, o que contribui, ainda, no desenvolvimento de conceitos como sincronia e estilos.

MÚSICA ESTIMULA NOVAS HABILIDADES E FORMAS DE EXPRESSÃO

Diversas aptidões conseguem ser aprimoradas pelo uso da música. Enquanto o uso de sons estimulará **habilidades auditivas**, e os gestos e danças derivados poderão influenciar no **desenvolvimento motor**, a prática do canto será determinante para o aprimoramento das capacidades de respiração e concentração.

No campo cognitivo, os benefícios também são múltiplos, já que o estímulo a criatividade promoverá o impulsionamento de novas formas de expressão, atuando por consequência na **melhoria da autoestima dos alunos**.

Além de projetos e/ou oficinas esporádicas, mas o ensino perene e busca pela integração com as demais matérias.

Num quadro geral, a educação musical promoverá as crianças, ainda, melhorias significativas na sua cultura escolar, com a integração e aperfeiçoamento do desempenho dos alunos e otimização do ensino como um todo.

Tais benefícios servirão de **indicadores de qualidade** e poderão ser determinantes no grau de credibilidade percebido dentro da região em que o colégio atua, atraindo cada vez mais pais e alunos.

Oficina: Horta

O maior desafio dos educadores no século XXI é se adequar a maneira como as crianças e adolescentes pensam para que o conteúdo seja absorvido de maneira satisfatória. Uma boa estratégia é trazer a prática para a aula. Deste modo, a teoria passada em sala ganha exemplos reais e deixa de ser abstrata.

A educação ambiental é um dos tópicos mais importantes a serem absorvidos pelas crianças, explorar sua relação com a natureza e os impactos que suas ações podem causar no sentido ecológico. É aí que os projetos de horta escolar se inserem, eles aproximam os estudantes da realidade, fazendo com que as crianças criem hábitos sustentáveis e ecologicamente corretos.

A horta serve objeto de estudo interdisciplinar. Os estudantes discutem temas como alimentação, nutrição e ecologia que aliados ao trato com a terra e plantas, geram situações de aprendizagem reais e diversificadas. Assim, os educadores devem dar o máximo de

responsabilidades às crianças, inserindo-os nas discussões sobre o rumo do projeto e cuidados com as plantas.

Entre os benefícios alcançados com o projeto horta escolar, se destacam a produção e consumo de alimentos naturais pelos alunos, atividades ligadas à culinária na escola, troca de conhecimentos, inserção de assuntos como a economia doméstica, a influência nas escolhas alimentares das crianças, além de apresentar na prática as consequências que ações do homem têm em relação ao meio ambiente.

As hortas também podem inserir a comunidade, trazendo para o projeto os pais e familiares dos alunos. As crianças servem de multiplicadores, porque levam o que aprendem na escola para casa e, deste modo, a influência da horta não se restringe à escola.

O resultado do projeto horta na escola são alunos mais conscientes que levam para a vida ensinamentos ecológicos, amplificando a necessidade de uma mudança de postura que é preciso implantar na sociedade com relação à natureza.

Objetivos

- Trabalhar conceitos de educação ambiental;
- Despertar o pensamento crítico no aluno para que ele se reconheça enquanto parte do meio ambiente, e também por isso, é necessário preservá-lo;
- Utilizar o espaço e os alimentos cultivados para ministrar aulas multidisciplinares a respeito de conteúdos relacionados à horta em ciências, biologia, geografia e outras matérias pertinentes;
- Estimular a adoção de bons hábitos alimentares;
- Produzir insumos que podem complementar a merenda escolar;
- Valorizar o trabalho em equipe;
- Conscientizar a respeito da importância dos alimentos orgânicos, não só pela questão da saúde, mas pelo viés da importância econômica, uma vez que são cultivados principalmente por pequenos produtores;
- Trabalhar o processo de cultivo de alimentos e todas as variáveis que o envolvem;
- Estimular a observação como meio para levantar hipóteses e solucionar problemas.

Oficina Leitura e Biblioteca

Ler e escrever são exercícios que envolvem a reflexão, raciocínio e experimentação. (Eliane Mingues - Educadora e Assessora Pedagógica, Apud, Revista Nova Escola - Abril/2003).

As estratégias para formar um leitor competente não se esgotam. Seguem exemplos de como o professor pode desenvolver a leitura em sala de aula:

- **CONTADOR DE HISTÓRIA**, no momento da integração, o professor, o pai, a coordenadora, Educador Social e outros mais, serão convidados para contar uma história;
- **ALÔ LEITURA**: o professor dividirá a turma em grupos de dois a dois, em que todos simularão uma ligação telefônica para contar ao amigo o livro que escolheu e aquilo que mais chamou sua atenção ao lê-lo;
- **SELF- SERVICE**: o professor colocará à disposição dos alunos várias opções de leitura, por exemplo, gibis, literatura e outros, para que escolham a leitura do dia;
- **A CADEIRA DO LEITOR**: o professor enfeita uma cadeira para colocá-la em frente aos demais alunos e, assim, o aluno escolhido falará sobre o livro lido;
- **GIRA - GIRA DO LIVRO**: cada aluno lerá uma página do livro, e ao final todos terão participado;
- **FEIRA DO LIVRO**: o professor promoverá na escola uma feira de exposição dos livros lidos pelos alunos. Cada um pode apresentar três livros na exposição;
- **TROCA - TROCA DE LEITURA**: após a realização da leitura diária, o professor fará a divisão da turma em grupos de dois ou três para que nos grupos aconteça a troca de experiência do livro lido, cada grupo fala sobre o que leu;
- **TEATRO DA LEITURA**: procedida à leitura do livro escolhido, o aluno apresentará o conteúdo da história através de teatro de vara, fantoches, dobraduras e outros;
- **RECONTANDO A HISTÓRIA**: momento em que cada aluno terá a oportunidade de recontar uma história, uma lenda ou outros;
- **TEXTOTECA**: é quando o professor colocará a disposição dos alunos, textos diversos para leitura;

- **REPÓRTER DA LEITURA:** o professor escolherá um aluno para ser repórter. As perguntas deverão ser direcionadas para o questionamento do livro lido pelo entrevistado;
- **PERSONAGEM DA HISTÓRIA:** realizada a leitura do dia, o aluno deverá comentar os personagens que mais se destacaram na história em questão.
- **FALANDO COM O ESCRITOR:** o professor propõe a leitura de um livro e depois chama o escritor para um bate-papo;
- **DESENHANDO A HISTÓRIA,** após a leitura os alunos representam com desenhos o que entenderam;
- **LEITURA DE UMA CARTA:** O professor pode trabalhar todas as características de uma carta.

Objetivos

Segundo o Ministério da Educação (MEC) e outros órgãos ligados à Educação, a leitura:

- **Desenvolve o repertório:** ler é um ato valioso para o nosso desenvolvimento pessoal e profissional. É uma forma de ter acesso às informações e, com elas, buscar melhorias para você e para o mundo.
- **Liga o senso crítico na tomada:** livros, inclusive os romances, nos ajudam a entender o mundo e nós mesmos.
- **Amplia o nosso conhecimento geral:** além de ser envolvente, a leitura expande nossas referências e nossa capacidade de comunicação.
- **Aumenta o vocabulário:** graças aos livros, descobrimos novas palavras e novos usos para as que já conhecemos;
- **Estimula a criatividade:** ler é fundamental para soltar a imaginação. Por meio dos livros, criamos lugares, personagens, história;
- **Emociona e causa impacto:** quem já se sentiu triste (ou feliz) ao fim de um romance sabe o poder que um bom livro tem;

- Muda sua vida: quem lê desde cedo está muito mais preparado para os estudos, para o trabalho e para a vida;
- Facilita a escrita: ler é um hábito que se reflete no domínio da escrita. Ou seja, quem lê mais escreve melhor;
- Avaliando estes oito itens e percebendo que nossa comunidade escolar não frequenta a sala de leitura, vemos a necessidade de implantar o projeto Biblioteca Ativa em nossa unidade escolar;

Oficina de Artes Cênicas

OBJETOS GERAIS

Oficinas de artes cênicas, música, dança, origami, mosaico, fotografia, pintura, desenho que acontecem semanalmente.

Realizado pelo Educador Social Voluntário em conjunto com o professor regente

“Por meio da arte, a criança aprende a trabalhar melhor em sociedade, a ser curiosa, a ganhar autoestima. Não é perda de tempo.” Christina de Luca, em depoimento sobre o trabalho da Escola Lugar de Arte.

A arte é reconhecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), como disciplina integrante do currículo e deve atender às orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Arte. Deve dar ênfase aos conteúdos da cultura brasileira, linguagens artísticas e patrimônio cultural, incluindo, entre outros temas, a história indígena, afro-brasileira e africana.

A ludicidade, a criatividade e a sensibilidade foram, durante o ano de 2013, várias vezes, apontadas como necessárias para o trabalho pedagógico da Escola Classe 215 de Santa Maria.

Dentre os bens culturais e científicos que são objeto de trabalho da atividade pedagógica que realizamos estão os conhecimentos relacionados com o patrimônio cultural, nas suas mais variadas expressões artísticas.

O Plano Nacional de Cultura coloca em suas metas a necessidade de confluência de ações entre o setor de educação e cultura, aponta querer que as culturas regionais sejam difundidas e valorizadas e pensa que para isso as instituições educacionais, entre muitos

outros espaços, sejam, conforme a Meta, “o grande espaço para circulação da cultura brasileira, acesso aos bens culturais e respeito à sua diversidade.” (pág.47).

Diante de tudo isso nossa escola deseja fomentar o conhecimento e a produção artística no cotidiano escolar a partir da experiência de cada professor. Deseja possibilitar aos docentes aproximarem-se dos bens culturais e da criação cultural, conhecendo, vivenciando e compartilhando seus conhecimentos e experiências.

Acreditamos que essa ação manterá viva a curiosidade e a criatividade do professor para que possa levá-las para a sala de aula e aos seus alunos.

Desejamos ser uma escola onde haja espaço para a circulação da cultura brasileira, ambiente de acesso aos bens culturais e vivência do respeito à diversidade.

Assim, seguem os objetivos do estudo de artes:

- Reconhecer a arte como área de conhecimento autêntico e autônomo, respeitando o contexto sócio cultural em que está inserida;
- Apreciar a arte nas suas diversas formas de manifestação, considerando-a elemento fundamental da estrutura da sociedade;
- Compreender a arte no processo histórico, como fundamento da memória cultural, importante na formação do cidadão, agente integrante e participativo nesses processos.
- Proporcionar vivências significativas em arte, para que o aluno possa realizar produções individuais e coletivas.
- Experimentar e explorar as possibilidades de cada expressão artística;
- Compreender e utilizar a arte como expressão, mantendo uma atitude de busca pessoal e/ou coletiva, articulando a percepção, a imaginação, a emoção, a investigação, a sensibilidade e a reflexão ao realizar e fruir produções artísticas;
- Experimentar e conhecer materiais, instrumentos e procedimentos artísticos diversos em arte (Artes Visuais, Dança, Música, Teatro), de modo que os utilize nos trabalhos pessoais, identifique-os e interprete-os na apreciação e contextualize-os culturalmente;
- Construir uma relação de autoconfiança com a produção artística pessoal e conhecimento estético, respeitando a própria produção e a dos colegas, sabendo receber e elaborar críticas;

- Identificar, relacionar e compreender a arte como fato histórico contextualizado nas diversas culturas, conhecendo, respeitando e podendo observar as produções presentes no entorno, assim como as demais do patrimônio cultural e do universo natural, identificando a existência de diferenças nos padrões artísticos e estéticos de diferentes grupos culturais;
- Observar as relações entre a arte e a realidade, refletindo, investigando, indagando, com interesse e curiosidade, exercitando a discussão, a sensibilidade, argumentando e apreciando arte de modo sensível;
- Identificar, relacionar e compreender diferentes funções da arte, do trabalho e da produção dos artistas;
- Identificar, investigar e organizar informações sobre a arte, reconhecendo e compreendendo a variedade dos produtos artísticos e concepções estéticas presentes na história das diferentes culturas e etnias;

Oficina de Robótica

A robótica como forma de auxílio na educação é um dos grandes debates abertos no Brasil. Em países de primeiro mundo esse assunto já foi superado, pois a maioria da população já tem acesso a recursos como computador, internet e programas educativos na escola e até na própria residência. Por outro lado, a realidade brasileira aponta para o uso intenso de soluções livres, abrindo assim um campo interessante para disseminação de recursos tecnológicos a baixo custo para governos e entidades.

O Brasil tem procurado caminhos para prover ao cidadão em fase escolar melhores condições de competitividade no mundo globalizado. O conceito de analfabeto, atualmente, inclui o analfabetismo tecnológico, que ocorre quando a pessoa não tem acesso e/ou não domina os recursos em voga nessa Era da Informação. É correto afirmar que, ao mesmo tempo em que gera oportunidades, a tecnologia pode expelir um cidadão de sua carreira profissional ou pode não permitir a ascensão social através da carreira almejada durante a fase escolar. Por isso, diferentes esferas de governo procuram meios de oportunizar acesso à internet e ao computador valendo-se da expansão e implantação de laboratórios nas escolas. Também a expansão nos lares brasileiros começa a ter incentivos, como por exemplo a isenção de impostos na produção de computadores “populares”.

Iniciativas como essa são louváveis, mas não completam a formação de um cidadão plenamente consciente do uso da tecnologia na resolução de problemas cotidianos. Atualmente, o computador é usado como ferramenta de captação de informações, ou seja, uma biblioteca mais fácil, rápida e atrativa que bibliotecas tradicionais. Entretanto, aliar o computador a programas específicos para o ensino e dotar os laboratórios de estrutura de ponta, como a robótica, é um salto de qualidade evidente.

O principal objetivo da robótica educacional é promover estudo de conceitos multidisciplinares, como física, matemática, geografia, raciocínio lógico entre outros. Há variações no modo de aplicação e interação entre os alunos, estimulando a criatividade e a inteligência e promovendo a interdisciplinaridade. Usando ferramentas adequadas para realização de projetos, é possível explorar alguns aspectos de pesquisa, construção e automação.

11. PLANO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA PP

Observa-se que para uma efetiva participação dos membros escolares e todos os responsáveis por realizar de forma efetiva a presente proposta, é necessário observar alguns fatores de suma importância na condução de todo processo, tais como atribuições do Plano de Ação, os objetivos, metas, ações, avaliação das ações, responsáveis e o cronograma. Tais observações pontuais dos quesitos citados, embasará a avaliação gradual e de desempenho ao longo de todo processo.

Como gestão, percebemos a importância da conexão entre os setores com intuito primeiro de fazer-se cumprir as metas estabelecidas pelo PP.

Observando que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado pelo INEP em 2007 e representa a iniciativa pioneira de reunir num só indicador, dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do INEP a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar e médias de desempenho nas avaliações do INEP, o SAEB – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios. Baseados no desenvolvimento desta Instituição de Ensino no ano de 2015 e preocupados em melhorar o IDEB no ano de 2020 estabelecemos algumas metas que perpassam pelas ações que implementam o presente PP. Seguem.

Metas da Instituição Educacional

- Ampliar em oitenta por cento o índice de alunos alfabetizados ao término do 3º ano do Ensino Fundamental;
- Continuar com cem por cento dos alunos do Bloco Inicial de Alfabetização nos reagrupamentos;
- Realizar os projetos citados nesta proposta pedagógica;
- Aplicar o teste de Matemática bimestralmente em consonância com o Teste da Psicogênese da Escrita;
- Elevar o rendimento dos alunos em relação às Avaliações externas;

- Realizar um recreio dirigido com atividades lúdicas e psicomotoras;
- Despertar o grupo de professores para a necessidade do trabalho em equipe durante o ano;
- Aprimorar o documento avaliativo institucional;
- Desenvolver estratégias de acompanhamento e avaliação dos alunos para o ano;
- Utilizar com transparência e eficiência os recursos financeiros recebidos pela instituição, de forma coerente e eficaz, com a participação da comunidade escolar durante o ano;
- Ampliar o patrimônio da escola;
- Preservar o patrimônio escolar em sua totalidade;
- Manter o índice de zero por cento de evasão escolar;
- Atender a todos os alunos com necessidades educacionais especiais em sua totalidade, ou seja, cem por cento, garantido o acesso e a permanência do aluno em classes regulares ou de ensino especial conforme a especificidade e legislação;
- Realizar atendimento em período integral com qualidade;
- Promover estudos de temas específicos semanais com os professores para elevar o nível de qualidade das aulas;
- Divulgar a comunidade escolar em que consiste o trabalho do Orientador Educacional, da professora da Sala de Recursos e do profissional do Serviço de apoio à aprendizagem;
- Promover palestras/estudos para todos os funcionários da instituição abordando o tema Educação Especial durante o ano letivo;
- Implementar política de capacitação continuada e valorização de profissionais, para garantir atendimento de qualidade aos discentes;

Diretrizes pedagógicas para implementação da proposta

- Implantar o atendimento das turmas nas oficinas de forma lúdica, dinâmica e prazerosa por meio de projeto específico;
- Proporcionar palestras orientando a importância do envolvimento dos pais na aprendizagem dos alunos;
- Realizar visitas ao domicílio de alunos infrequentes;
- Promover palestra de esclarecimento acerca da legislação vigente quanto à permanência da criança na escola;

- Realizar o teste de Matemática bimestralmente em consonância com o Teste da Psicogênese da Escrita;
- Aumentar a autoestima dos alunos defasados, dando atenção individualizada e estimulando aqueles com dificuldade;
- Realizar Projeto Interventivo;
- Realizar os reagrupamentos propostos pelo Bloco Inicial de Alfabetização (BIA);
- Agilizar os atendimentos da Equipe Psicopedagógica de Ensino para os alunos com dificuldade de aprendizagem;
- Promover a parceria no atendimento de projetos do governo ou convênios, que contemplem alunos com defasagem idade-série;
- Facilitar e estimular o acesso e o uso de material pedagógico;
- Disponibilizar equipamentos tecnológicos, de áudio e vídeo, bem como instalações físicas para facilitar o desenvolvimento cognitivo dos alunos com necessidades educacionais especiais;
- Solicitar o atendimento do ANEE em salas de apoio ou recursos;
- Desenvolver um currículo integrado, organizado e articulado por meio de estudo e aplicação adequada do instrumento;
- Adaptar a estrutura curricular adequada às necessidades especiais com a ajuda da professora da Sala de Recursos e do (a) professor (a) do aluno;
- Capacitar, adequadamente os profissionais da escola promovendo palestras e incentivando a participação em cursos;
- Eliminar barreiras discriminatórias de qualquer natureza com projetos voltados para a valorização das diferenças;
- Promover palestras informativas e de orientação sobre a escola inclusiva;
- Construir processos diferenciados de avaliação, levando em consideração a adaptação curricular, observando o crescimento da criança por ela mesma e não em relação ao outro;
- Proporcionar práticas efetivas dentro de sala de aula utilizando linguagem simples e clara;
- Promover estratégias de ensino diferenciadas por meio de tarefas individuais, discussão em sala, trabalhos em grupo e monitorias;
- Favorecer a utilização de recursos didático-pedagógicos que permitam atividades diversificadas dentro de sala de aula;

- Construir avaliação contínua do desenvolvimento dos alunos por meio de auto avaliação, integração de conteúdos e transferências das aprendizagens em contextos diferentes;
- Estimular o trabalho em equipe formando grupos de estudos e coordenação coletiva por série;
- Promover maior envolvimento dos pais na aprendizagem do aluno por meio de bilhetes, comunicados, convites, convocações, reuniões e palestras;
- Apoiar o Serviço de Orientação Educacional no desenvolvimento do plano de ação para o atendimento do aluno, suporte ao professor e orientação às famílias;
- Dinamizar a coordenação pedagógica com estudos, palestras, cursos, trocas de experiências, filmes, textos, atividades diversificadas e suporte necessário;
- Oferecer suporte financeiro às atividades desenvolvidas pela equipe escolar, por meio da unidade executora.
- Promover eventos culturais resultantes da prática pedagógica em sala de aula e de interesse dos alunos como feiras culturais, festas temáticas, datas comemorativas, culminâncias, exposições e mostras;
- Promover a integração dos professores de séries distintas por meio da coordenação pedagógica para a continuidade do desenvolvimento da aprendizagem;
- Realizar encontros bimestrais com professores, coordenador pedagógico, orientador educacional e direção em busca de soluções para os alunos com baixo desempenho escolar;
- Realizar reuniões bimestrais com os pais/responsáveis do aluno;
- Sensibilizar os pais dos alunos com baixo desempenho sobre a necessidade do reforço escolar com encontros promovidos pela direção, coordenação pedagógica, SOE e professor;
- Realizar estudo com professores para definição de pré-requisitos necessários à promoção do aluno para a série seguinte, conforme lei;
- Despertar o interesse pela leitura por meio de divulgação de títulos no período da entrada;
- Convidar contadores de história para estímulo e incentivo da leitura;
- Promover concursos literários para estímulo e incentivo da leitura;
- Incentivar o estudo da Constituição Brasileira nas turmas de 4º e 5º anos do Ensino Fundamental;

- Revitalizar a Hora Cívica por meio de atividades que incentivem o espírito patriota do aluno e temas relacionados à paz.
- Sensibilizar os alunos quanto à importância e necessidade de cumprir as regras da escola por meio de conversas informais, rotina e regras de sala de aula;
- Reorganizar a rotina da escola divulgando o Regimento Interno aos pais e funcionários;
- Aplicar o Regimento Interno com a comunidade escolar, caso seja necessário;
- Promover discussão sobre os principais direitos/deveres do servidor público que regem a Lei 8112/90;
- Aplicar as punições cabíveis quando houver descumprimento dos regimentos e leis;
- Organizar reuniões periódicas para avaliar o desempenho dos servidores em suas respectivas funções;
- Promover a valorização dos servidores por meio de mecanismos de profissionalização e responsabilização;
- Promover eventos que envolvam a participação de todos os servidores;
- Sensibilizar o corpo discente a colaborar e participar da organização e da conservação da limpeza da escola;
- Desenvolver junto aos alunos atividades de valorização dos servidores;
- Fazer levantamento junto à comunidade escolar das maiores necessidades de bens de consumo e permanente por meio de questionários;
- Fazer levantamento junto aos professores, de materiais didáticos e logística necessários à melhoria de sua prática pedagógica em sala de aula;
- Melhorar a oferta da merenda escolar conforme a disponibilidade;
- Fornecer material básico aos alunos considerados carentes;
- Promover eventos pedagógicos que possam gerar recursos financeiros a serem utilizados em prol dos alunos;
- Auxiliar os monitores em relação às atividades e projetos da escola, por meio de formação na própria escola em coordenação específica.
- Cumprir o calendário escolar estabelecido pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal;
- Utilizar os recursos financeiros do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) Acessibilidade e Mais Educação e Programa de Descentralização dos Recursos Financeiros (PDAF) conforme legislação e participação efetiva do Conselho Escolar;

- Incentivar o fortalecimento do Conselho Escolar, meio de discussões sobre a necessidade da atuação de cada membro e reuniões periódicas;

PLANO DE AÇÃO GERAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PP

GESTÃO PEDAGÓGICA

OBJETIVOS	META	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	PRAZOS	RECURSOS
Organizar e acompanhar as atividades educacionais com interação da comunidade escolar.	Interação escola/família e comunidade.	Viabilizar e norteiar o gerenciamento com competência.	Direção	Durante todo ano letivo	Recursos Humanos: Diretora, Vice diretora e Supervisor
Atender as demandas pertinentes ao processo de coordenação das ações educacionais	Que todos os professores sejam atendidos conforme as necessidades, durante o ano letivo.	Plantão de atendimento, nas coordenações coletivas Visitas às salas de aulas para atendimentos específicos; Organização de um cronograma para atendimentos; Registros sobre as ações.	Supervisor pedagógico Coordenação Pedagógica	Em todas as reuniões seriadas e coletivas que ocorrerem durante o ano	Recursos Humanos Supervisor pedagógica Coordenação Pedagógica
Acompanhar o processo de ensino do professor em sala de aula.	Que todos os professores sejam acompanhados em sala de aula, no mínimo 4 visitas ao ano (bimestralmente); Acompanhamento prioritário a alguns professores, conforme as necessidades apresentadas durante o processo.	Visitas e intervenções em salas de aulas; Organização de um cronograma para visitas; Acompanhamento do Planejamento do professor; Registro sobre as ações.	Coord. Pedagógica	Em todas as reuniões seriadas e coletivas que ocorrerem durante o ano	Recursos Humanos Supervisor pedagógica Coordenação Pedagógica
Promover a formação continuada, orientando e buscando suprir as necessidades dos professores para a melhoria do ensino e da aprendizagem nesta U. E. Proporcionar estudos de temas pertinentes à realidade da escola.	Que todos os professores tenham conhecimento da concepção de Educação da escola, contemplando competências e habilidades em suas práticas; Atendimento às necessidades dos professores conforme a realidade da escola, durante o ano letivo.	Preparação, organização e condução das Reuniões de Estudos Pedagógicos (REP); Estudos, reflexões, textos diversos, jogos, dinâmicas, indicações de livros, análise de indicadores, etc.; Temas relevantes: Ens. Fundamental de 9 anos; Plano de Metas; Processo de Avaliação; Hipóteses de escritas; Projetos e Programas comuns da Rede; Modalidades Organizativas; Entre outros que se fizerem necessários.	Coord. Pedagógica	Em todas as reuniões coletivas que ocorrerem durante o ano	Recursos Humanos Direção Soe Equipe de apoio Professora da sala de recursos Supervisor pedagógica Coordenação Pedagógica
Organizar, elaborar, avaliar e acompanhar o PP	Que 100% da comunidade escolar conheçam e participem da construção das	Momentos de estudos e planejamento de ações específicas: levantamento da realidade escolar,	Coord. Pedagógica	Nas reuniões direcionadas.	Recursos Humanos Supervisor pedagógica

	ações propostas pela escola.	estratégias, cronograma e avaliações.			Coordenação Pedagógica
Orientar os professores quanto à organização e registro de documentos da vida escolar do aluno e seu processo de aprendizagem.	Que todos os registros e documentos oficiais sejam preenchidos de acordo com as normas legais e orientações da SEDF.	Diário de Classe; Registro Avaliativo do aluno; Plano de aula; Registro de Sondagem; Plano de Ação; Diário de classe	Coord. Pedagógica	Durante todo ano letivo	Secretaria Supervisão Direção Coordenação professor
Organizar registros e relatórios	Que todos os registros sejam feitos dentro do prazo previsto.	Registro e atas de reuniões Planejamento Anual e replanejamento; Registro de acompanhamento em sala de aula e atendimento ao professor; Registro de acompanhamento da Recuperação Paralela e alunos retidos.	Coord. Pedagógica	Durante todo ano letivo	Professor Coordenação Supervisão direção Equipe de apoio
Organizar e acompanhar as atividades educacionais com interação da comunidade escolar.	Interação escola/família e comunidade.	Viabilizar e o gerenciamento com competência.	Direção	Durante todo ano letivo	Recursos Humanos: Diretora ,Vice diretora e Supervisor

GESTÃO DE RESULTADOS EDUCACIONAIS

OBJETIVOS	META	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	PRAZOS	RECURSOS
Transformar junto com a equipe escolar os resultados das avaliações(em todas as esferas) em políticas e ações para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.	Que seja garantido o acesso, permanência e o sucesso de todos os alunos, garantindo avanços significativos na aprendizagem dos educandos.	Acompanhando todo o processo de desenvolvimento dos alunos, compartilhar e refletir junto com a equipe escolar soluções e sugestões de ações pertinentes em cada caso.	Direção . Coordenação e toda Equipe Escolar.	Durante todo ano letivo	Todos os recursos humanos da escola
Elevar a meta do IDEB	Manter os índices do IDEB nos parâmetros significativos	Simulados periódicos, avaliações contextualizadas	Direção Supervisão Coordenação professores	Durante todo ano letivo	Materiais impressos

GESTÃO PARTICIPATIVA

OBJETIVOS	META	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	PRAZOS	RECURSOS
Observar e fazer-se cumprir segundo as políticas públicas os princípios que devem nortear a educação escolar, contidos na nossa Carta Magna – a Constituição de 1988 –, em seu art. 206, assumidos no art. 3º da Lei 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), consta, explicitamente, a "gestão democrática	Ampliar a participação efetiva de todos os segmentos da escola	Reuniões periódicas Construção de regimentos para os setores Estabelecer conexão direta com o conselho escolar.	Todos os membros da escola	Durante todo ano letivo	Todos os recursos humanos da escola

<p>do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino" (inciso VIII do art. 3º da LDB) e art. 37 da Constituição Federal. - Trata-se de enfrentar o desafio de constituir uma gestão democrática que contribua efetivamente para o processo de construção de uma cidadania emancipadora, o que requer autonomia, participação, criação coletiva dos níveis de decisão e posicionamentos críticos que combatam a ideia burocrática de hierarquia. Para tanto, é fundamental que a escola tenha a sua "filosofia político-pedagógica norteadora", resultante de uma análise crítica da realidade nacional e local e expressa em uma Proposta Pedagógica que a caracterize em sua singularidade</p>					
--	--	--	--	--	--

GESTÃO DE PESSOAS

OBJETIVOS	META	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	PRAZOS	RECURSOS
Direcionar as relações interpessoais com os funcionários, educadores, alunos, família e comunidade local.	Que haja maior interação e participação entre todos.	Promovendo atividades, eventos e parcerias entre os indivíduos.	Direção.	Durante todo ano letivo	Todos os recursos humanos da escola
Coordenar a equipe escolar na condução do processo.	Que seja garantida um trabalho sistematizado da equipe no desempenho escolar.	Seguindo diretrizes da LDB, DRE, SME, CLT, Regimento Escolar e Municipal.			
Valorizar e propor a formação continuada, e auto avaliação do desempenho de cada membro da escola.				Durante todo ano letivo	Todos os recursos humanos da escola e parceiros da comunidade.

GESTÃO ADMINISTRATIVA/FINANCEIRA

OBJETIVOS	META	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	PRAZOS	RECURSOS
Cumprir e fazer cumprir normas e diretrizes emanadas da SEDF no tocante ao uso devido das verbas públicas e a prestação de contas da mesma	Que o trabalho realizado seja de parceria na busca da qualidade do ensino.	Realizando os encaminhamentos necessários, atendendo as orientações, cumprindo as normas, emitindo documentos oficiais e comunicados internos.	Direção.	Durante todo ano letivo	Direção e conselho escolar
Gerir e direcionar a Escola Classe 215 de Santa Maria no processo de Ensino Aprendizagem no tocante a instrumentalização dos recursos.	Garantia da qualidade do bom funcionamento das unidades escolares.	Cumprindo deveres e normas pertinentes a função.	Direção.	Durante todo ano letivo	Direção e conselho escolar
Preservar o patrimônio escolar, espaços, instalações e materiais pedagógicos são conservados através da conscientização dos professores e alunos.	Manter o que já se tem como recurso material em uso e adquirir Novos bens patrimoniais	Propor junto ao conselho escolar, normatizações de uso e atas de prioridades para aquisições	Direção E conselho Escolar	Durante todo ano letivo	Direção e conselho escolar

12. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA PP

Numa perspectiva de visão escolar onde os principais agentes transformadores e das dificuldades encontradas, estão dentro da comunidade escolar, elencou-se algumas das inúmeras possibilidades de ação para melhoria da qualidade do processo de ensino aprendizagem na Escola Classe 215 de Santa Maria.

O acompanhamento da proposta se dará em todos os momentos de planejamento das ações administrativas e pedagógicas.

Cabe à direção e à Coordenação Pedagógica da Escola a responsabilidade de articular e proporcionar momentos para reflexão e implementação da PP em voga, seja

nos encontros específicos com professores e comunidade ou nos momentos que exigem a participação de toda a comunidade escolar.

A avaliação deve acontecer no final da realização de cada ação, envolvendo estudantes, professores, comunidade escolar como um todo e direção da escola e deve acontecer uma avaliação sistemática com a participação para avaliar se os objetivos e metas definidos foram alcançados e apresentar propostas para a realimentação e execução da Proposta Pedagógica no ano em curso.

Para delimitação das ações, pensou-se nas estratégias que delimitam a avaliação de forma participativa. Sendo observada 3 estruturas básicas:

- Avaliação Coletiva: Busca-se com a mesma estabelecer conexão com toda comunidade escolar da instituição;
- Periodicidade: Cabe ressaltar a importância da avaliação periódica e sistemática em todas as ações desenvolvidas como desdobramentos do PP;
- Procedimentos e registros: De suma importância nesse contexto, os registros são a compilação dos resultados obtidos em cada passo da execução do plano em questão;

Projetos Institucionais Específicos

Baseada na explanação acerca do currículo escolar e da proposta pedagógica é importante considerar que a ampliação do ensino fundamental de oito para nove anos tem exigido um olhar diferenciado em relação ao processo de alfabetização.

Nesse contexto e baseado na proposta da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF) para o Bloco Inicial de Alfabetização (BIA) que fundamenta o processo de letramento/alfabetização dos anos iniciais, esta Unidade Escolar estabeleceu como prioridade de ensino o foco no processo de construção da leitura e da escrita, por acreditar que as demais áreas de conhecimento prescindem desse pressuposto.

Destaca-se, ainda, a inclusão dos conteúdos referentes à História e à Cultura Afro-Brasileira e Indígena, Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que serão ministrados no contexto de todo o currículo escolar; o tema Serviço Voluntário que será trabalhado de forma interdisciplinar, de acordo com o Decreto nº. 28.235, de 27 de agosto de 2007 (DODF de 28/8/07); e o conteúdo que aborda os direitos das crianças e dos adolescentes, preconizados pela Lei nº 11.525, de 25 de setembro de 2007, que acrescenta o § 5º ao Art. 32 da Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 2006; os conteúdos de direito e cidadania, previstos pela Lei Distrital nº 3.940, de 2 de janeiro de 2007; dentre outros temas serão desenvolvidos transversalmente por todos os componentes curriculares (DIRETRIZES PEDAGÓGICAS, 2009, p. 31).

Entre os principais projetos institucionais destacam-se:

- ***Bloco Inicial de Alfabetização (BIA)*** – *A escola realizará o Teste da Psicogênese como meio de diagnóstico para* adoção dos princípios metodológicos do BIA que são a enturmação, a formação continuada, o reagrupamento, os projetos interventivos, as quatro práticas de alfabetização e a avaliação; tendo como eixo integrador a alfabetização e letramento, e a ludicidade, em consonância com as Diretrizes Pedagógicas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (2009) e com a Proposta Pedagógica do Bloco Inicial de Alfabetização (2006). Ressaltamos que o Teste da Psicogênese será aplicado bimestralmente com o objetivo de verificar os possíveis avanços dos alunos de um nível para outro da escrita, e, principalmente como instrumento norteador da nossa prática pedagógica.
- **Semana de Educação para à vida:** Conforme previsto na Lei nº 11.998/2009 a escola desenvolve a cada ano a semana de educação para a vida abordando temáticas do cotidiano da comunidade em que estamos inseridos;

Em 2020 as temáticas desenvolvidas serão estabelecidas em consonância com a orientação geral da SEEDF.

SEMANA DE EDUCAÇÃO PARA A VIDA

Justificativa

A Semana de Educação para à vida é um projeto nacional e *tem como foco o cumprimento da Lei Federal nº 11.988/09, que dispõe sobre a criação da Semana nas escolas públicas de ensino fundamental e médio de todo o país* que visa uma abordagem sistematizada de assuntos cotidianos e relacionados a comunidades locais de cada região.

Objetivos

- ✓ Trabalhar de forma dinâmica temas do cotidiano das crianças;
- ✓ Proporcionar através dos dados obtidos, um trabalho de desdobramento que vise analisar cada situação problema e buscar soluções para os problemas levantados;

Metodologia

Serão usadas metodologias distintas e próprias de cada grupo de professor que serão realizadas por ano. A sugestão é que a partir da pesquisa sobre o tipo de profissão que cada aluno gostaria de trilhar, sejam proporcionados encontros com profissionais que exercem as referidas profissões.

Desdobramento

Palestras, debates, momentos de vivência com profissionais de áreas específicas.

- **Educação em Ciclos:** Propor uma educação que tenha como base a proposta de Ciclos amplamente discutida na SE/DF;
- **Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência:** Com base na Lei nº 11.133/2005 a Escola Classe 215 de Santa Maria propõe atividades que visam trabalhar a inclusão de forma a abranger toda comunidade escolar;
- **Dia Nacional de Consciência Negra:** Conforme a Lei nº 10.639/2003, serão realizados trabalhos que visam abordar a temática envolvendo as etnias e raças existentes no mundo, com enfoque na raça negra. Tal proposta de trabalho estará inserida concomitantemente a outros projetos da escola, uma vez que essa temática já se faz pertinente em outros contextos dentro do projeto macro, é uma visão do todo, e não de um momento estanque. Visamos uma causa e não uma ação ou momento.

Outros Projetos desenvolvidos pela escola

Buscando complementar outros aspectos curriculares do nosso plano de trabalho inserimos em nossa proposta os projetos:

- **Coordenação Seriada Compartilhada:** com vistas a um planejamento linear de forma vertical e horizontal, e por ter um grupo de professores que precisa exercer o planejamento em conjunto para que as atividades sejam realizadas de forma conjunta, será proposto uma compactação de horário por mês, onde no momento da tarde, toda escola se reúne com vistas ao planejamento mensal;
- **Teste da psicogênese:** O teste da psicogênese ocorrerá uma vez por bimestre e será aplicado em horário compactado pelos dois professores regentes;
- **Feira de Ciências** - Projeto em consonância com a proposta da SEEDF de ampliar o entendimento dos conceitos científicos a toda comunidade escolar do Distrito Federal, através de uma mostra do resultado dos trabalhos realizados nas instituições acerca da temática científica vigente.

A dinâmica elaborada pelo conselho de professores para a Feira de Ciências de 2020 se dará da seguinte forma: cada bloco de ano realizará pesquisas em comum (os temas serão escolhidos em coletiva, baseado nos temas propostos para a Feira de Ciências da Regional); as exposições ocorrerão em salas destinadas a cada ano; no dia da Feira de Ciências o fluxo de alunos será em forma de rodizio, passando por todos os anos de forma a gerar uma troca de conhecimentos entre os alunos, e; por fim, ocorrerão apresentações propostas pela coordenação pedagógica privilegiando os temas escolhidos em sala.

- **Chá Literária** (projeto anexo) Promover situações que os alunos experimentem diferentes procedimentos de leitura e escrita, podendo assim se desenvolver como leitores e escritores; Integrar o eixo pedagógico da escola com as questões étnico-raciais (Lei 10.639/03) o projeto tem por base trabalhar com escritores que abordem em suas obras este tema.

A dinâmica da Feira Literária 2020 se dará da seguinte forma: em coletiva, os professores escolherão os temas “livre por autor/gênero”; cada ano deverá organizar um chá literário por ano, de acordo com seu tema; as exposições ocorrerão no dia da culminância em estandes dispostos em espaços aleatórios na escola.

- **A Arte de Conhecer Brasília** – Reconhecer e identificar o processo histórico, cultural e artístico de Brasília;

- **Momento Cívico** – Resgatar valores e atitudes positivas relacionados ao civismo, a convivência escolar e cultura de paz; bem como conhecer os símbolos da nossa pátria e aprender a cantar o Hino Nacional brasileiro (projeto anexo);
- **Conselho de Classe Participativo:** Estabelecer um conselho de Classe Participativo onde a comunidade como um todo aborda questões referentes aos assuntos pertinentes a turma/sala/ano, etc;
- **O caráter Conta-** Proporcionar ações que visam uma formação de caráter tendo como base os valores positivos/ Projeto desenvolvido pelos professores de 4º e 5º anos;
- **Regimento Interno:** Proporcionar o conhecimento e aplicação eficiente do Regimento Interno, documento construído com a participação efetiva de todos os setores da escola e aprovado em assembleia com a presença de toda comunidade escolar (regimento anexo);
- **Recreio Legal** – Resgatar brincadeiras folclóricas e coletivas durante o intervalo promovendo maior socialização/interação entre os alunos.
- **Reagrupamento** – A proposta de trabalho da Escola Classe 215 é a partir dos temas levantados dentro dos conselhos de classes, e visa de forma geral trabalhar a diversidade de gêneros textuais, atendendo os alunos com atividades específicas para cada nível, levando-os a refletir e a compreender a função social de cada estilo (poesia, narrativo, informativo). O reagrupamento acontecerá dentro da base comum e terá como temática valores essenciais às relações humanas, sendo que cada semana será abordado um valor diferente, e com base no mesmo desenvolvido uma sequência didática;
- **Jogos Escolares:** Jogos envolvendo toda comunidade escolar, em alusão aos Jogos Olímpicos. O objetivo dos jogos escolares visa compreender e aplicar as regras dos jogos esportivos adaptados aos anos iniciais, bem como os conceitos de ética no esporte, fair-play e cooperação no jogo.
- **Promoção da cidadania e Cultura de Paz:** Atualmente a escola possui um estatuto que regulamenta o Conselho de Segurança da Escola Classe 215 e tem como atribuição identificar, discutir e sugerir medidas às autoridades competentes relativamente aos problemas de segurança dentro da escola e no perímetro escolar. No entanto por se tratar de uma escola classe e não possuir histórico de violência, muitas vezes não há necessidade de acionar o Conselho.

- **Projeto Interventivo-** A Escola Classe 215 entende como Projeto Interventivo estratégia diferenciada de ensino a alunos com defasagem idade série e tem como objetivo principal proporcionar a esses alunos uma dinâmica diversificada de construção do conhecimento.
- **Cultura Indígena:** Trabalhar a cultura indígena
- **Projeto Educação com Movimento:** O projeto visa ampliar as experiências corporais dos estudantes da Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental mediante a intervenção pedagógica integrada e interdisciplinar entre o(a) professor(a) de atividades e o(a) professor(a) de educação física na perspectiva da Educação Integral. Tem como objetivos específicos: explorar os conteúdos da cultura corporal presentes na educação física, tais como, o jogo, a brincadeira, o esporte, a luta, a ginástica, a dança e os conhecimentos sobre o corpo, integrando-os aos objetivos e conteúdos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; estimular a interdisciplinaridade na intervenção pedagógica do professor de educação física, por meio do planejamento e atuação integrada ao trabalho do professor de atividades, e; fortalecer o vínculo do estudante com a escola, considerando as necessidades da criança brincar, jogar e movimentar-se, utilizando as estratégias didático-metodológicas da educação física na organização do trabalho pedagógico da escola. Ressalta-se, que o planejamento e a intervenção do professor de educação física articulam-se ao planejamento e intervenção do professor de atividades, ou seja, requerem o exercício dos princípios epistemológicos, interdisciplinaridade, relação teoria e prática, flexibilização e contextualização por ambos os profissionais na organização do trabalho pedagógico. Essa perspectiva enfatiza a presença do professor de atividades como observador participante no processo de ensino-aprendizagem conduzido pelo professor de educação física, visando à compreensão da especificidade da intervenção pedagógica desenvolvida por meio da cultura corporal. São princípios para a realização do Projeto Educação com Movimento na escola: professor de educação física ter jornada de 40 horas semanais para atendimento de acordo com a jornada ampliada, regendo no período matutino ou vespertino, resguardando o contra turno para as atividades de coordenação pedagógica; o atendimento do professor deverá primar em todos os

casos pelo planejamento conjunto com o professor de atividades e participação efetiva dos espaços de coordenação pedagógica coletiva e por área do conhecimento; a intervenção pedagógica do professor de educação física deverá ser conjunta com o professor de atividades, firmando uma atuação pedagógica interdisciplinar; o professor deverá atender no mínimo 8 turmas e no máximo 15 turmas, em regime de jornada ampliada; a organização das aulas primará pelo fracionamento das aulas em tempos de 50 min. Para os 4º e 5º anos, enquanto que para o BIA o professor poderá optar entre dar uma aula de 1h e meia ou duas aulas de 50 min., e; por fim, a escola priorizará o atendimento das turmas de 5º anos, expandindo regressivamente para as de 4º, 3º, 2º e 1º, até que se complete o máximo de 15 turmas. Caso não consiga atender todas as turmas de um mesmo ano, poderão ser reduzidos os atendimentos deste ano para uma sessão semanal. Como forma de avaliação do projeto, os professores deverão realizar a produção de um portfólio numa perspectiva formativa da aprendizagem em conjunto, essa avaliação é produzida por todos os profissionais envolvidos no projeto (gestão escolar, professores regentes e professores de educação física).

- ***Todos contra a Dengue:***

JUSTIFICATIVA: Em 2019 ocorreu um aumento dos casos de dengue, em relação a 2018. Tendo em vista a epidemia e a necessidade de esclarecimento à população escolar, torna-se de alta relevância este projeto.

OBJETIVOS: Trabalhar junto à comunidade escolar esclarecendo sobre o vetor e a doença que vem causando muitas mortes. Contribuir para a preservação da saúde e incentivar atitudes de prevenção ao mosquito da dengue e também prevenir a proliferação do mosquito e como consequência a doença.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Identificar o mosquito transmissor *Aedes aegypti*;
- Reconhecer os sintomas do dengue, chikungunya e zika;
- Diagnosticar as dificuldades em conter o mosquito transmissor;
- Conscientizar a população sobre a contribuição de cada um na prevenção do Dengue.
- Reconhecer como os hábitos de higiene ajudam a manter a saúde e a prevenir doenças.
- Ter cuidado com o armazenamento do lixo.

- Aprender a selecionar o armazenamento do lixo: material reutilizável e lixo orgânico.

PÚBLICO ALVO:

Toda Comunidade escolar;

Comunidade do entorno da escola

ESTRATÉGIAS:

Sensibilizar professores, alunos com vídeos de campanha sobre a dengue, chikungunya e zika.

Exibição de vídeos sobre a doença e como evitá-la.

Leitura de noticiários sobre dengue.

Pesquisa na Internet sobre a dengue.

- **Arraiá (Festa) da Família** – integrar escola e comunidade, visando ampliar a participação dos pais, alunos, funcionários e professores, bem como, eliminar a fragmentação de comemorações isoladas, tais como: dia das mães; dia dos pais; dia dos avós. Cabe ressaltar que tal evento se dá com análise de uma temática. Dessa forma, a temática e suas subdivisões serão trabalhadas em sala de aula, resultando desse processo, trabalhos para expor na culminância, junto com as apresentações organizadas por ano. (projeto anexo)

13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: Secretaria de Educação Especial/ 2001.

_____, Ministério da Educação. Política Nacional de Educação especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: 2008.

_____, Secretaria de Educação do Distrito Federal, Subsecretaria de educação. Plano Orientador das Ações da Educação nas Escolas da Rede Pública do Distrito Federal. Currículo em Movimento.

_____, Ministério de Educação e Cultura. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira: Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília. 30p.

_____, Ministério de Educação e Cultura. Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003.

_____, Ministério de Educação e Cultura. Parâmetros Curriculares Nacionais, 1997.

_____, Secretaria de Educação Do Distrito Federal. Portaria 01 de 27 de novembro de 2009.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

CAPPELLETTI, Isabel Franchi. Avaliação Formativa: uma prática possível?: ALMEIDA, F. J. de (Org.). Avaliação em debate no Brasil e na França. São Paulo;

CASTORINA, J.A. Piaget - Vygotsky. Pensar a Educação: contribuições de Vygotsky DEMO, Pedro. Educar pela Pesquisa. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. Possibilidades para entender o currículo escolar. In: Pátio revista Pedagógica, ano X, nº 37, Editora Artmed, 2006.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia; saberes necessários à pratica pedagógica.

<https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/psicologia/psicologia-escolar-a-abordagem-historico-cultural/35690>

Currículo em Movimento da Educação Básica do ano de 2018 2ª Edição, Lei 4.751

KAMII, Constance. A criança e o número: Campinas, Editora Papirus, 1990;

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez Editora, 1994.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos

e recriando a prática. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2005.

PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PERRENOUD, Phillipe. O desafio da avaliação no contexto dos ciclos de aprendizagem plurianuais. In: PERRENOUD, P. et al. As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 35-59

VEIGA, I., P. A. Espaço da Proposta Pedagógica. Campinas, Papirus, 1998.

VYGOTSKY, Lev Semyonovitch. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

14. ANEXOS



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA
ESCOLA CLASSE 215 DE SANTA MARIA
PROETI- 2020

FEIRA LITERÁRIA

INTRODUÇÃO

Despertar o prazer da leitura é função primordial do professor de língua materna. A leitura de textos adequados na infância revela-se como um instrumento fundamental para realização dessa tarefa.

Diante das estatísticas que demonstram que o povo brasileiro não se interessa pela leitura, a necessidade de formação do profissional que forma leitores é imensa. Sabe-se que o interesse pela leitura tem de começar muito cedo e que as crianças leitoras serão adultos leitores também. A escolha de bons livros para iniciar essas crianças no mundo da leitura é de fundamental importância.

Existem hoje inúmeras pesquisas sobre a qualidade da leitura, pois, é por meio dela que extraímos conhecimento dos aspectos visuais, linguísticos e sócio-culturais.

Os professores e os pais têm um papel fundamental na formação dos leitores para que possam modificar as falhas no ensino e de fato formar pessoas capacitadas por meio da leitura.

Deve-se propiciar um encontro adequado entre as crianças e os textos. Se algum aluno chegar a ser escritor graças a intervenção escolar a missão do professor estará cumprida com lucro. Caso não ocorra é dever da escola que todos que retornem de suas aulas sejam pessoas que leiam, que quando necessário possam valer-se da leitura com adequação, tranquilidade e autonomia.

TEMA

A importância da leitura, da leitura de mundo e da produção de texto no desenvolvimento do ensino-aprendizagem.

OBJETIVO GERAL

Promover situações em que os alunos experimentem diferentes procedimentos de leitura e escrita, podendo assim se desenvolver como leitores e escritores.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Estimular a leitura como forma de prazer e conhecimento;
- Ampliar o repertório de leituras dos alunos;
- Propiciar aos alunos a utilização da sala de leitura como fonte de leitura por prazer e suporte para pesquisa bibliográfica;
- Estimular a escrita por meio de reconto e de produção texto;
- Apreciar livros em projetos e campanhas, feiras, noite de autógrafos e entrevista com o autor, exposição de livros especiais;
- Trabalhar com escritores que tratem da questão étnico racial de acordo com a lei 11.645/08.
- Confrontar opiniões e pontos de vista sobre as diferentes manifestações da linguagem verbal;
- Articular os diferentes gêneros, finalidades, estilos sobre um mesmo tema com o contexto sócio cultural expandindo os pensamentos criativos, ganhando melhores ideias e conceitos em relação ao mundo que o cerca;
- Integrar os pais e a comunidade no processo de valorização da leitura como ato de identificar, em situação de recepção a função social do texto, com a finalidade de obter informações, recriar, observar, comparar, compreender; a unidade temática de texto lido, as diferentes interpretações; os recursos expressivos e o ponto de vista do autor, segundo a função social, utilizando-se dos elementos estruturais identificados no trabalho de operação e reflexão sobre linguagem;

- Relacionar o tema aos filmes, músicas, peças teatrais, mini séries televisivas, e a outros livros, suscitando questões verbais e não verbais aprofundando e recriando a leitura por meio do desenvolvimento no sentido ético, estético e de formação;
- Levar o interlocutor a interagir de forma consciente com o autor, ou com as ideias que lhe são apresentadas ou reveladas no transcorrer do processo de compreensão, expressar a oportunidade de emendar todos os fatos, interiorizá-la, desejar lê-la esgotando suas experiências e antecipando o futuro hábito da leitura;
- Transformar a prática de introdução dos livros que se fará à medida que a criança adquire o gosto pela leitura, à Escola pode cumprir um papel importante e insubstituível ajudando-as especialmente, aqueles filhos de pais analfabetos ou semianalfabetos. O professor é quem pode minorar essa carência, adaptando o seu o repertório gradualmente, deixando à disposição livros com ilustrações a livro só com textos.
- Motivar o trabalho coletivo por meio da produção de um livro da turma;

HIPÓTESE

O trabalho explorando a leitura e produção de textos facilita a compreensão dos conteúdos das demais disciplinas. Da mesma forma, proporciona e ensina o educando a construir novos conhecimentos através do ato de ler e escrever de modo especial, vivenciando as atividades do dia-a-dia. É uma das formas mais eficazes de contribuir para a diminuição da repetência e da evasão escolar, elevando a qualidade do ensino-aprendizagem.

JUSTIFICATIVA

Na prática educativa muitas vezes nos deparamos com problemas relacionados à leitura e a escrita. O ato de ler é um ato de conhecimento, significa perceber as forças e as relações existentes no mundo e explicá-las.

As crianças necessitam de incentivo à leitura e à produção de texto, favorecendo o ensino-aprendizagem e instigando a criatividade, além de melhorar a leitura e a escrita, que são eixos fundamentais da educação básica, ajudam também a compreender as demais disciplinas e conteúdos ministrados em sala de aula.

O tema em questão objetiva contribuir para o sucesso educacional, bem como a diminuição da repetência e da evasão escolar, elevando a qualidade do ensino-aprendizagem.

É visto que a prática da leitura e da escrita proporciona ao aluno uma visão mais ampla dos conhecimentos escolares. Consideram-se conteúdos indispensáveis ao progresso escolar já que todo estudante precisa saber ler e escrever para dar continuidade aos estudos. Testes realizados em regiões do Brasil comprovam que boa parte da população brasileira é analfabeta funcional, ou seja, são pessoas que sabem ler e escrever, porém são incapazes de interpretar um texto ou escrever uma carta, daí a diferença entre alfabetização e letramento citada na Proposta Pedagógica do Bloco Inicial de Alfabetização (BIA), a qual fundamenta este trabalho.

Após análise dos principais fatores que dificultam o processo ensino aprendizagem dos alunos da Escola Classe 215 de Santa Maria percebeu-se que a leitura e escrita são eixos que norteiam o sucesso escolar, cujas falhas em tal processo acarretam evasão, distorção idade-série, desestímulo, entre outros.

Diante disso e baseados na Proposta Pedagógica do BIA é que se decidiu elaborar um projeto interventivo voltado para o desenvolvimento de práticas metodológicas, as quais abordem a leitura e a escrita de forma lúdica e prazerosa.

Muitas vezes o uso da leitura e suas facetas desenvolvidas na escola não são suficientes para a formação de leitores. Nos livros aprendemos sobre nós mesmos e sobre o mundo em que vivemos, encontramos sonhos, fantasias e emoções. O bom livro é um insubstituível veículo de cultura e prazer. Ler é desvendar os mistérios do mundo, sentir prazer e não apenas superar dificuldades, melhorar sua própria vida, ou ainda para aprender escrever. A possibilidade de convívio com os livros deve extrapolar as paredes da sala de aula e o desenvolvimento sistemático da sua escolarização. A criança, quando ouve uma

história, tem informação, tem lazer, imagina situações, tem oportunidade de desenvolver sua capacidade criadora, porque as histórias permitem o uso da fantasia, da imaginação, que na faixa de idade em que ela se encontra são predominantes.

REFERENCIAL TEÓRICO

Nas séries iniciais do Ensino Fundamental, as experiências e a vivência em grupo são de suma importância para que os alunos construam saberes e sua própria identidade.

Para que essa identidade seja construída de forma harmoniosa é preciso que, na escola, sejam desenvolvidos trabalhos significativos que oportunizem aos alunos a experiência e o debate de opiniões. Dentro desse contexto o trabalho com Projetos ganha lugar de destaque. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais:

Um projeto caracteriza-se por ser uma proposta que favorece a aprendizagem significativa, pois a estrutura de funcionamento dos projetos cria muita motivação nos alunos e oportunidade de trabalho com autonomia. (PCN / Arte 1997, p. 117).

Esta motivação a que o texto se refere proporciona ao educador desenvolver um trabalho amplo e significativo em qualquer área do conhecimento.

Na atualidade escolar em que vivemos é importante enfatizar o trabalho, através de projetos, com valores, pois se percebe que desde a infância, analisando o processo de desenvolvimento e de interação social, os seres humanos buscam a convivência social harmoniosa. Porém, muitas crianças, ao se depararem com o ambiente escolar, apresentam dificuldades em estabelecer relações saudáveis e seus comportamentos passam a não condizer com o que a sociedade espera. Sendo assim, muitos são “reprovados” socialmente o que pode causar uma insatisfação pessoal e social.

Para Piletti (1987):

É importante ensinar a pensar, a enfrentar desafios internos e externos, e fazer do ato de viver a grande oportunidade para a ampliação de subsídios na investigação da própria realidade. Só assim, uma transformação terá êxito e permitirá que cada indivíduo contribua para o progresso

consciente dos valores morais e espirituais, esforçando-se para cunhar um novo modelo de sociedade. (... p.10).

Esse é um dos papéis da escola: formar indivíduos conscientes de sua presença no mundo e da necessidade de cultivar valores primordiais à convivência humana.

Piletti (1997, p. 19) afirma que:

Através da leitura do escrito a criança pode reconhecer não só a leitura do real, que ela já faz, mas também ascender a outras visões de mundo, com as quais poderá dialogar, modificando, enriquecendo, questionando o texto do “outro” e/ou a sua própria realidade.

Enfim, deve-se atentar para a possibilidade e necessidade de conduzir os alunos a um conhecimento significativo tanto no que diz respeito aos conteúdos, como no que diz respeito ao conhecer para a vida. Não basta somente ensinar conteúdos prontos e acabados, precisamos, como profissionais da educação, transcender e repensar nossa prática diária, fazendo uso de métodos apropriados para que a educação de fato aconteça.

Para BRASIL (2001, p. 23) a Língua Portuguesa é vista como a principal disciplina para a progressão escolar. Além de ser um conteúdo, trata-se também de um idioma, pois a língua falada no Brasil é o português. Daí a grande importância de trabalhar a leitura e a escrita nas escolas, pois é a partir dessa assimilação que os alunos são capazes de se desenvolver na escola, todas as outras disciplinas necessitam da Língua Portuguesa para serem estudadas. Brasil 2001 afirma ainda que “O domínio da língua tem estreita relação com a possibilidade de plena participação social, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento.

Diante das transformações que ocorrem momentaneamente é preciso repensar a educação. A leitura e a escrita vistas como conteúdos obrigatórios, não conseguem transmitir aos estudantes o seu significado maior. A alfabetização faz a diferença quando o sujeito se torna consciente de sua importância para a vida social e no trabalho. Afinal, o principal foco do ensino é esse.

A alfabetização tradicional atualmente percorre por outros caminhos, visto que a revolução tecnológica está tão presente no dia-dia das pessoas. A alfabetização hoje está mais voltada para o momento atual em que o sujeito está inserido, ou seja, precisa-se preparar o estudante para o mundo da informatização para que o mesmo consiga decifrar as mudanças inseridas no seu contexto social. Cagliari 1993 salienta que:

É curioso notar atualmente uma preocupação, talvez a mais séria da História, com relação à alfabetização do tipo tradicional, num momento em que breve será considerado analfabeto quem não conseguir operar as máquinas e computadores: ser analfabeto nas belas letras hoje representa uma ameaça bem menor a quem detém as formas de poder da sociedade do que aprender a operar os computadores, que hoje são as verdadeiras bibliotecas, o lugar da memória coletiva da nossa sociedade. (CAGLIARI, 1993, p. 114).

As grandes transformações do século XXI levam o indivíduo cada vez mais a se desinteressar por livros. As pesquisas geralmente são feitas on-line, onde se podem conseguir várias informações com um simples clique. Em muitos casos, as informações divulgadas na Internet são divergentes da realidade. Outras são enganosas ou falsas.

O professor se vê num cercado de indagações, tendo de ensinar através dos livros aqueles que navegam pela Internet e não pretendem ler o material oferecido pela escola.

O papel do educador diante de tais colocações é instigar o interesse dos alunos a ler, interpretar e escrever corretamente. Entender o que está lendo é fundamental para uma educação de qualidade. Escrever um texto não é apenas colocar as palavras no papel, é necessário que haja coesão e coerência para que o leitor possa compreender as ideias do escritor.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (vol. 2, p. 30):

... cabe à escola viabilizar o acesso da criança ao universo dos textos que circulam socialmente, ensinar a produzi-los e interpretá-los. Isso inclui os textos das diferentes disciplinas, com as quais o aluno se defronta sistematicamente no cotidiano escolar e, mesmo assim, não consegue manejar, pois não há um trabalho planejado com essa finalidade. Um exemplo: nas aulas de Língua Portuguesa, não se ensina a trabalhar com textos expositivos como os das áreas de História, Geografia e Ciências Naturais; e nessas aulas também não, pois se considera que trabalhar com textos é uma atividade específica da área de Língua Portuguesa. Em

consequência, o aluno não se torna capaz de utilizar textos, cuja finalidade seja compreender um conceito, apresentar uma informação nova, descrever um problema, comparar diferentes pontos de vista, argumentar a favor ou contra uma determinada hipótese ou teoria. E essa capacidade, que permite o acesso à informação escrita com autonomia, é condição para uma boa aprendizagem, pois dela depende a possibilidade de aprender os diferentes conteúdos. Por isso, todas as disciplinas têm responsabilidade de ensinar a utilizar os textos de que fazem uso, mas é a Língua Portuguesa que deve tomar para si o papel de fazê-lo de modo mais sistemático.

De acordo com os PCN's de Língua Portuguesa, um dos objetivos do primeiro e do segundo ciclo respectivamente é:

Leitura para os alunos que ainda não leem.
Ler automaticamente diferentes tipos de textos dos gêneros previstos para o ciclo, sabendo identificar aqueles que respondem às suas necessidades imediatas e selecionar estratégias adequadas para abordá-los (PCN - Língua Portuguesa. V. 2. p. 117 e124)

O objetivo do ensino da leitura deve estar claro e fundamentado. Segundo Staiger os objetivos devem ser:

- Incentivo ao pleno uso das potencialidades do indivíduo em sua leitura. De modo a influir ao máximo no seu bem estar e levá-lo a auto - realização.
- Emprego eficiente da leitura como um instrumento de aprendizado e crítica e também de relaxamento e diversão.
- Ampliação constante dos interesses de leitura dos estudantes.
- Estímulo a atitudes que levem a um interesse permanente pela leitura de muitos gêneros e para inúmeros fins (STAIGER, R. (120, p. 61-8. apud BAMBERGER, 2000).

Na escola a prática de leitura intensa é necessária por muitas razões. I

- Ampliar a visão de mundo e inserir o leitor na cultura letrada;
- Estimular o desejo de outras leituras;
- Possibilitar a vivência de emoções, o exercício da fantasia e da imaginação;
- Permitir a compreensão do funcionamento comunicativo da escrita: escreve-se para ser lido;
- Expandir o conhecimento a partir da própria leitura;

•Aproximar o leitor dos textos e os tornar familiares _ condição para leitura fluente e para a produção de textos;

- Possibilitar condições orais, escritas e em outras linguagens;
- Informar como escrever e sugerir sobre o que escreve;
- Ensinar a estudar;
- Possibilitar ao leitor compreender a relação que existe entre a fala e a escrita;
- Favorecer a aquisição de velocidade na leitura;
- Favorecer a estabilização de formas ortográficas. (PCN - Língua Portuguesa;

v. 2. p. 64 e65)

Para isso as estratégias são inúmeras:

A primeira é propor a prontidão para leitura em todos os níveis, promovendo rodas de leitura. Se os alunos são até seis anos, segundo Beinlich (2000), estão na fase das gravuras e dos versos infantis, podendo ser explorado pelos pais a interação com os livros e com os desenhos, reproduzindo a leitura verbal. Dos cinco aos nove anos estão na realidade do realismo mágico, em que pode ser introduzido o conto de fadas, os desenho de televisão, as brincadeiras da imaginação, o teatro por meio de fantoches, todos incentivados pelo professor, principalmente se até certo momento o aluno ainda não souber ler.

Se os alunos são de nove a doze anos estão na idade das histórias ambientais, em que já existe um ordenamento de ideias pseudo-realistas, em que podem ser introduzidas as dramatizações de livros. As caixinhas de leitura também podem fazer parte como estratégia para a disciplina do hábito de ler, na qual o professor escolhe algumas frases, parágrafos curtos, textos e outros e cada aluno retira da caixa diariamente num momento reservado o que deverá ler no dia. A fase dos doze aos catorze anos caracteriza-se pela idade de histórias de aventuras, em que podem ser explorados os livros de aventuras, romances sensacionais, livros de viagens, histórias que tratem do sentimentalismo. Além disso, podem ser utilizadas estratégias como "Vender um Livro" em que cada aluno após a leitura faz a apresentação do livro lido convencendo os demais de que o mesmo é bom. Dos catorze aos dezessete, os alunos estão na fase do desenvolvimento da escala estético - literária da leitura, em que há o descobrimento do mundo interior de egocentrismo crítico. Nesse âmbito já podem ser explorados os romances históricos, biografias, atualidades, literaturas, as quais podem ser relacionadas com as preferências vocacionais. Assim, a estratégia pode ser "Música na Leitura", a qual o professor pode usar o universo da música para trabalhar aspectos do cotidiano, melodia, letra, interpretação, inferências, e outros.

A segunda é superar a premissa metodológica da alfabetização, principalmente o método fonético.

A terceira é a leitura em unidades de pensamento, ou seja, de forma coerente e objetiva.

A quarta é a leitura silenciosa em sala de aula, pois esta deverá permanecer até a fase adulta que é a base para a educação individual da leitura. Uma das questões que traz dúvidas aos professores é se os alunos devem ler em voz alta ao mesmo tempo em sala de aula. De fato não é uma situação muito favorável, pois intimida os limites pessoais de cada um e como já foi dito cada leitor é único.

A quinta é o ensino individualizado da leitura, no qual cada aluno teria mais oportunidades de recuperar suas dificuldades. Esse processo requer uma mudança nos métodos educacionais.

A sexta se caracteriza pelo treinamento da velocidade e da cor

Ler e escrever são exercícios que envolvem a reflexão, raciocínio e experimentação. (Eliane Minguês - Educadora e Assessora Pedagógica, Apud, Revista Nova Escola - Abril/2003)

As estratégias para formar um leitor competente não se esgotam. Seguem exemplos de como o professor pode desenvolver a leitura em sala de aula.

- **CONTADOR DE HISTÓRIA**, no momento da integração, o zelador, o pai, a coordenadora e outros mais, serão convidados para contar uma história.

- **ALÔ LEITURA**: o professor dividirá a turma em grupos de dois a dois, em que todos simularão uma ligação telefônica para contar ao amigo o livro que escolheu e aquilo que mais chamou sua atenção ao lê-lo.

- **SELF- SERVICE**: o professor colocará à disposição dos alunos várias opções de leitura, por exemplo, gibis, literatura e outros, para que escolham a leitura do dia.

- **A CADEIRA DO LEITOR**: o professor enfeita uma cadeira para colocá-la em frente aos demais alunos e, assim, o aluno escolhido falará sobre o livro lido.

- **GIRA - GIRA DO LIVRO**: cada aluno lerá uma página do livro, e ao final todos terão participado.

•FEIRA DO LIVRO: o professor promoverá na escola uma feira de exposição dos livros lidos pelos alunos. Cada um pode apresentar três livros na exposição.

•TROCA - TROCA DE LEITURA: após a realização da leitura diária, o professor fará a divisão da turma em grupos de dois ou três para que nos grupos aconteça a troca do experiência do livro lido, cada grupo fala sobre o que leu.

• TEATRO DA LEITURA: procedida à leitura do livro escolhido, o aluno apresentará o conteúdo da história através de teatro de vara, fantoches, dobraduras e outros.

• RECONTANDO A HISTÓRIA: momento em que cada aluno terá a oportunidade de recontar uma história, uma lenda ou outros.

• TEXTOTECA: é quando o professor colocará a disposição dos alunos, textos diversos para leitura.

•REPÓRTER DA LEITURA: o professor escolherá um aluno para ser repórter. As perguntas deverão ser direcionadas para o questionamento do livro lido pelo entrevistado.

•PERSONAGEM DA HISTÓRIA: realizada a leitura do dia, o aluno deverá comentar os personagens que mais se destacaram na história em questão.

•FALANDO COM O ESCRITOR: o professor propõe a leitura de um livro e depois chama o escritor para um bate-papo.

•DESENHANDO A HISTÓRIA, após a leitura os alunos representam com desenhos o que entenderam.

• LEITURA DE UMA CARTA: O professor pode trabalhar todas as características de uma carta

PÚBLICO ALVO

Toda comunidade escolar

DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE AÇÃO

- Como a escola atende alunos do 1º ao 5º anos, cada ano trabalhará um tema da Feira que são cinco, escolhendo personalidades ligadas a cada tema cujas obras servirão de base para as atividades realizadas dentro do projeto, no decorrer do 1º semestre e início do 2º semestre.
- Pesquisar bibliografia e obras;
- Realizar atividades selecionadas nas “Sugestões para o trabalho pedagógico.”

- Participar da visita orientada à biblioteca uma vez por semana.
- Criar um "cantinho de leitura" na sala de aula, com livros, gibis, etc.
- Ler e contar histórias para a turma, se possível diariamente. A alternância destas atividades de ler e contar histórias colocará os alunos em contato com as modalidades oral e escrita da língua, uma vez que a língua atualiza-se na leitura.
- Promover a oportunidade de as crianças contarem histórias para o grupo. As histórias poderão ser reais ou inventadas.
- Sugerir que as crianças reescrevam uma história que foi contada, ilustrando-a.
- Trabalhar com rótulos e embalagens, propondo a criação de textos como receitas, propagandas, etc.
- Propor a "leitura" de textos em diferentes linguagens: uma pintura, um gesto, etc.
- Promover debates sobre textos lidos, histórias, notícias, etc. Recolher diferentes opiniões e compor um painel com a atividade.
- Propiciar o encontro de alunos com autores, ilustradores, jornalistas, contadores de histórias...
- Realizar entrevistas sobre temas de interesse da comunidade.
- Visitar, se possível, várias bibliotecas e livrarias.
- Promover exposições, por stand, dos autores escolhidos.
- Parada para a leitura: a um sinal, toda a escola deverá fazer uma leitura de sua escolha.
- As coordenações coletivas dos professores serão iniciadas com a leitura de algum material selecionado pelos próprios professores.

RESUMO DAS ATIVIDADES

✓ **Estudo biográfico e releitura de obras;**

✓ **Conta pra mim!?**

A cada quinze dias o professor fará a leitura de um livro do tema escolhido;

Exploração oral coletiva de todos os aspectos apresentados no texto.

Produção de reconto coletivo oral e escrito, observando os aspectos ortográficos e estruturais do texto.

✓ **Hora do conto/reconto:**

A cada quinze dias o aluno fará a leitura de um livro e produzirá um reconto escrito (escolha livre caixa estante).

✓ **Maratona literária**

Momentos de leituras na biblioteca, supervisionadas pelo professor.

✓ **Dinamizando a hora cívica:**

Pequenas apresentações ao longo do projeto; leitura de um texto, apresentação da biografia, de uma música entre outros.

✓ **Concurso literário:** Escola toda;

✓ **Produção de um livro:** Por turma

✓ **Preparação de uma apresentação:** Por ano;

✓ **Produção de um mural:** Por sala

✓ **Culminância:** Feira literária (Exposição dos trabalhos em stands, organizados por ano e, apresentações preparadas ao longo do período). Culminância dias estabelecidos por cada ano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Revista Nova Escola, Ano XXIV, nº 219, Jan/Fevereiro 2009

SMITH, Frank. **Compreendendo a leitura: uma análise psicolinguística da leitura e do aprender a ler.** Porto Alegre: ed. Artes Médicas Sul LTDA, 1989.

A Aprendizagem da Leitura e da Escrita a Partir de Uma perspectiva Construtivista/ Organizado por Ascen Diéz de Ulzurrien Paisas; trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: Artemed, 2004.

FERREIRO, Emília. PALÁCIO, Margarita Gomes. **Os Processos de Leitura e Escrita: novas perspectivas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

FOUCAMBERT, Jean. **A leitura em Questão**. Porto Alegre: Artmed, 1994.

_____. **A Criança, o Professor e a Leitura**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

BAMBERGER, Richard. **Como incentivar o hábito da leitura**. São Paulo: Ática 2000.

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura Infantil: Gostosuras e Bobices**. São Paulo: Scipione, 5ª ed. 1999.

Regimento Interno da Escola Classe 215 de Santa Maria- Ano 2020

I. Horários, entrada e saída

Artigo 1º - É direito de o estudante ter acesso a uma escola de qualidade, como a carga horária prevista em lei;

Artigo 2º – É dever de o estudante comparecer pontual e assiduamente às atividades escolares. O aluno que chegar atrasado, será encaminhado a coordenação pedagógica que efetuará o registro, o responsável será comunicado via bilhete ou telefonema (fixo), o

responsável deverá dar ciência no bilhete enviado na agenda. Caso reincida, o aluno será advertido até três vezes e não havendo mudança o conselho tutelar será acionado.

§1 -Quando necessitar de se ausentar das atividades escolares ou de saída antecipada, o estudante ou seu responsável deverá solicitar autorização junto à direção, que fará os encaminhamentos necessários;

§2-Será mantido um rígido controle para a entrada, permanência e saída de pessoas que não estejam em horário de aula no interior da escola. Para tanto, será exigido um documento de identificação, que deverá ser obrigatoriamente apresentado e ficará registrado na portaria.

§3- Será permitido, em casos excepcionais, o atraso máximo de 15(quinze) minutos.

§4- O retorno do estudante é de responsabilidade da família, que deverá respeitar os horários definidos pela escola.

§5- os estudantes que utilizam o transporte escolar têm as mesmas regras dos outros estudantes.

II. Identificação

Artigo 3º – O uso do uniforme pelo estudante é imprescindível para facilitar sua identificação no ambiente escolar. O responsável pelo aluno será comunicado caso o aluno venha para as aulas sem uniforme e caso reincida, o fato deverá ser comunicado à direção por escrito;

Artigo 4º – O estudante deverá trajar-se com vestimenta condizente ao ambiente escolar, sendo proibido o uso de minissaias, shorts curtos, top, roupas transparentes e decotadas;

§1º- O uso de vestimenta adequada para a prática de educação física é obrigatório, o que compreende o uso de tênis e roupas que permitam os movimentos exigidos pela aula;

§2º- Somente em dias que, o clima justifique, será aceito o uso de outras roupas por cima do uniforme;

§3º- É permanentemente proibida qualquer alteração da camisa do uniforme quanto à cor, modelo ou escrita;

§4º- Em casos excepcionais, o estudante poderá entrar na escola sem uniforme, se acompanhado dos pais /responsáveis e mediante justificativa junto à direção da escola;

§5º- É obrigatório o registro fotográfico do estudante, realizado pela direção para fins pedagógicos. Bem como o uso da carteirinha estudantil fornecida pela escola.

III. Material escolar e livro didático

Artigo 5º- É direito de o estudante receber os livros didáticos para o ano letivo, fornecidos pelo programa nacional do livro didático do ministério da educação;

Artigo 6- É dever de o estudante trazer os livros didáticos para a utilização em sala de aula, bem como conservá-los e responsabilizar-se pela devolução ao final do ano letivo.

§1º- O estudante deverá trazer todo o material individual exigido para as aulas, zelar e se responsabilizar por seus objetos de uso pessoal, dentro e fora da sala de aula. A escola não se responsabilizará em caso de perdas ou danos.

IV. Aparelhos eletrônicos

Artigo 7º- o uso de aparelhos eletrônicos em sala de aula só será permitido por orientação do professor para fins pedagógicos;

V. Porte de armas drogas

Artigo 8º- visando a segurança, a saúde e a integridade física da comunidade escolar, é proibido ao estudante portar armas de fogo, objetos cortantes ou substâncias entorpecentes de qualquer ordem, além do uso de explosivos e de quaisquer materiais que representem perigo para si mesmo e para os outros.

VI. Lanche

Artigo 9º – É direito de o estudante receber lanche de qualidade na escola e ter conhecimento do cardápio semanal de merenda.

§1º- É direito de o estudante usufruir dos serviços prestados pela cantina comercial somente nos horários do intervalo e lanche.

§2º- O estudante não poderá lanchar durante as aulas, o que compreende também mascar chicletes, comer doces, pirulitos e sanduíches, beber refrigerantes ou sucos.

§3º- É expressamente proibido brincadeiras, desperdício e descaso com a merenda escolar e utensílios.

VII- Uso dos banheiros e dos bebedouros

Artigo 10º - É direito de o estudante utilizar banheiros e bebedouros sempre limpos e conservados, de acordo com a normatização de cada escola.

Artigo 11º – É vedado aos alunos o uso do banheiro dos professores.

VII. Depredação do patrimônio, limpeza e conservação

Artigo 12º- toda comunidade escolar deverá zelar pela limpeza e conservação das instalações, dos equipamentos e dos materiais existentes na escola.

Artigo 13- O estudante, ou seu responsável, será responsabilizado em caso de dano causado ao patrimônio da escola;

§1º – Conforme exposto na lei, o aluno que pichar, quebrar ou depredar o prédio ou a mobília será convocado a reparar o dano causado, arcando a família com o ônus.

VIII. - Relações interpessoais

Artigo 13º- É direito do estudante ser respeitado em sua dignidade humana e valorizado em sua individualidade por todos os membros da comunidade escolar, cabendo ao aluno respeitar a todos;

Artigo 14º- Os professores do diurno atenderão os pais ou responsáveis no turno contrário a aula, ou seja, nos dias específicos de sua coordenação.

Artigo 15º- O estudante deverá respeitar e tratar com cordialidade todos os membros da comunidade escolar, não colocando apelidos nos outros ou realizando brincadeiras que denigram a imagem dos outros;

Artigo 16º- É proibida a prática de bullying, cyberbullying, racismo, homofobia e quaisquer discriminações por parte de toda a comunidade escolar. A ocorrência de tais atos deverá ser comunicada à coordenação/supervisão pedagógica, que tomará as providências cabíveis.

IX. Avaliação

Artigo 17º- É direito do estudante, conhecer as diretrizes de avaliação da rede pública de ensino do distrito federal, ter ciência do currículo em vigor;

§1º – É direito da comunidade escolar participar e ter acesso ao Projeto Pedagógico da escola;

§2º – É direito do estudante conhecer os critérios adotados pelo professor no processo avaliativo e conhecer o resultado de seu desempenho escolar.

X. –assiduidade

Artigo 18º- É direito dos responsáveis serem informados sobre a frequência e do rendimento do estudante. Para tanto os pais/ responsáveis deverão manter endereço e telefone fixo devidamente atualizados na secretaria da escola;

Artigo 19º- Será considerada, para fins de promoção do aluno, a frequência mínima de 75%(setenta e cinco por cento) do total de horas letivas estabelecido para o ano ou semestre letivo, sendo computados também os exercícios domiciliares amparados por lei.

§ 1º - O aluno que, por motivo justo, faltar a qualquer atividade pedagógica, deverá apresentar à direção da escola a justificativa em até 5(cinco) dias letivos após o ocorrido.

§ 2º - O estudante, assegurando por atestado médico, tem o direito às atividades avaliativas, desde que informe à escola em tempo estabelecido pela escola.

XII- Transporte escolar

Artigo 20º- O estudante que utilizar transporte escolar deve cumprir as mesmas obrigações, possuirão os mesmos direitos dos demais, devendo assim respeitar os horários estabelecidos pela escola.

§ 1º – A escola se isenta de quaisquer responsabilidades referentes ao transporte escolar particular.

XIII- sanções

Artigo 21º- ao estudante, cujo comportamento não for condizente com o regimento, serão aplicadas as seguintes medidas:

- I.- Advertência oral;
- II.- Advertência escrita;
- III.- Suspensão com tarefas escolares de, no máximo, 3(três) dias letivos, e/ou com atividades alternativas na escola tendo acompanhamento pelo e tanto o aluno quanto a família;
- IV. Transferência, por comprovada inadaptação à escola, quando o ato for aconselhável para a melhoria do desenvolvimento do estudante, ou para a garantia de sua segurança e da comunidade escolar

XIV- Gerais

Artigo 23º- A mudança de turma só poderá ser realizada mediante solicitação da direção ou do conselho de classe desta unidade pública de ensino.

XV- Agenda escolar

A agenda escolar de uso obrigatório servirá como meio de comunicação geral, sendo nela enviados comunicados e bilhetes, devendo a família dar ciência nos bilhetes recebidos.

XVI- aspectos pedagógicos

Artigo 25º - é direito do aluno participar das atividades cívicas, esportivas, culturais e recreativas que a escola promove, salvo por questões religiosas;

Artigo 26º- é dever do aluno empenhar-se para executar todas as atividades didáticas pedagógicas propostas pela escola;

Artigo 27º- é dever da família acompanhar as atividades enviadas para casa e auxiliar o aluno quanto a execução da mesma, bem como toda a vida escolar do aluno;